



João Vítor Carvalho da Ponte

Homofobia nas Redes Sociais – Uma Análise de Discurso Homofóbico no Facebook

Dissertação de Mestrado em Comunicação, Redes e Tecnologias

Trabalho realizado sob orientação de:
Professor Doutor Manuel Bogalheiro

Dissertação defendida em provas públicas na Universidade Lusófona do Porto no dia 20/01/2022, perante o júri seguinte:

Presidente: Prof. Doutor Rui Alberto Mateus Pereira

(Professor Auxiliar da Universidade Lusófona do Porto);

Arguente: Prof^a. Doutora Ana Margarida Ferreira Rato Jorge

(Professora Auxiliar da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias)

Orientador: Prof. Doutor Manuel Luís Bogalheiro Rocha Fernandes

(Professor Auxiliar da Universidade Lusófona do Porto)

janeiro 2022

De acordo com a legislação em vigor, não é permitida a reprodução de reprodução de qualquer parte desta dissertação.

Aos meus pais

*“Quanto mais aumenta o nosso conhecimento, mais evidente fica a nossa
ignorância”.*

John F. Kennedy

AGRADECIMENTOS

Este meu percurso académico não seria o mesmo se não tivesse os melhores ao meu lado, e se esta etapa eu estou prestes a cumprir devo, em grande parte, a todos os que me ajudaram e aos que já me cruzei ao longo deste pequeno, mas grande caminho. Não há grandes projetos sem pessoas, e não há verdadeiras pessoas sem outras para as ajudar. Assim sendo, e em jeito de reconhecimento e gratidão agradeço:

À minha mãe, pelo carinho, amizade, compreensão, respeito e amor. Pela incondicional presença na minha vida e pela insistência em querer o melhor para mim. Por trás de uma grande mãe há um filho que pode ter tudo.

Ao meu pai, que sempre me apoiou e apoia, e que, por trás de um brilho no olhar, sente-se realizado por me ver feliz e por eu estar a conquistar tudo o que eu queria.

Às minhas irmãs, Daniela e Juliana, por quererem o melhor para mim e por estarem sempre presentes na minha vida. Sem elas também este percurso não se realizaria da mesma forma.

Ao Pedro, o companheiro e amigo, que está sempre por perto e apoia-me em todos os momentos. Obrigado pela paciência, compreensão e carinho.

Aos meus avós, que mesmo sem saberem o nome do curso, apoiam e estão sempre prontos para me ver com algo mais. Obrigado pelo vosso apoio e obrigado por estarem a guiar-me nesta vida.

Ao meu professor e orientador Manuel Bogalheiro pela compreensão, respeito e disponibilidade que teve para comigo. Obrigado, professor, pelo interesse e conhecimento que partilhou comigo. Obrigado pela liberdade e confiança.

A todos os meus professores, que sem eles nada disto seria possível também. Todos, à sua maneira, ensinaram-me algo e este algo hoje é tão importante.

Aos meus amigos pela ajuda e amizade nestes últimos anos, em especial à Cátia, que sempre esteve presente no meu percurso académico e em outras importantes fases da minha vida.

Muito obrigado a todos!

RESUMO

A interação e a socialização conhecidas num dito mundo *offline* transferiram-se, há muito, para uma nova realidade online, caracterizada por ser, sobretudo, invisível e complexa, e por originar novas maneiras de estar e ser. A esta nova realidade, muitos dos problemas que já existiam no seio das sociedades perduraram e até intensificaram-se, por se passar a estar num espaço onde a liberdade se sobrepõe a outros valores e crenças e o indivíduo deixar de ser ele próprio, para uma representação sua (Castells, 2009).

Com a eclosão das ferramentas digitais e online da WEB 2.0, sobretudo dos sites de redes sociais, onde a partilha e a constante interação prevalecem e há a possibilidade de, em representação ou em anonimato se partilhar, reagir e comentar livremente qualquer tipo de tema, causa ou problema conhecido social e culturalmente, nasceram novas formas de apoio e, simultaneamente de ódio, para com o que na esfera pública existe. Um dos casos é o da liberalização da homossexualidade e dos movimentos da Comunidade LGBTI+, em luta por direitos, igualdades e garantias para indivíduos com identidade, comportamentos e orientações sexuais distintas, que no espaço da rede ganham novas dimensões e interpretações (Borillo, 2015).

A seguinte investigação teve como objetivo estudar, analisar e entender de que modo a rede social Facebook, enquanto um dos principais canais de comunicação e interação online (Carrera, 2018), facilita ou não a disseminação e construção de discursos homofóbicos e de ódio perante a Comunidade LGBTI+, mediante matérias noticiosas partilhadas pelo jornal Público na rede social e relacionadas direta ou indiretamente com a homossexualidade, homofobia e a comunidade LGBTI+.

Através de uma revisão bibliográfica, sustentada teoricamente por diversos autores, e da realização de um estudo empírico, por via de uma pesquisa qualitativa com recurso à análise de conteúdo, concluiu-se que o Facebook é uma rede que permite a representação da comunidade, mas demove valores defendidos pela mesma, seja pelo seu desenho, como pelos mecanismos de interação; e os comentários realizados a este tipo de matéria tendem a ser de direção e intensidade negativas, traduzindo-se em posições de ódio e discriminação.

PALAVRAS-CHAVE: Homofobia, Discurso Homofóbico, Comunidade LGBTI+, Rede Social, Facebook

ABSTRACT

The interaction and socialization known in a so-called offline world have been moved to a new online reality, characterized by being, above all, invisible and complex, and by giving new ways of being. However, to this new reality many of the problems that already existed within societies have persisted and even intensified, for being in a space where freedom overrides other values and beliefs and the individual is no longer himself, but a representation of him. (Castells, 2009).

With the advent of WEB 2.0 digital and online tools, especially social networking sites, where sharing and constant interaction predominate and where it is possible to share, react, and comment freely on any kind of theme, cause, or problem known socially and culturally, new forms of support and, at the same time, hatred, for what exists in the public sphere, have been born. One of the cases is the liberalization of homosexuality and the movements of the LGBTI+ community, fighting for rights, equality and guarantees for individuals with distinct sexual identities, behaviours and orientations, which in the network space gain new dimensions and interpretations (Borillo, 2015).

The following research aims, therefore, to study, analyse and understand how the social network Facebook, as one of the main channels of online communication and interaction (Carrera, 2018), facilitates the dissemination and construction of homophobic and hate discourses towards LGBTI+ community, through news shared by *Público* newspaper on the social network and related to homosexuality, homophobia and the LGBTI+ community.

Through a literature review, theoretically supported by several authors, and an empirical study, through qualitative research using content analysis, it was concluded that Facebook is a network that allows the representation of the community, but demotes values defended by it, either by its design or by the interaction mechanisms; and the comments made to this type of matter tend to be of negative direction and intensity, translating into hate and discrimination positions.

KEYWORDS: homophobia, homophobic speech, LGBTI+ community, social network, Facebook

ÍNDICE GERAL

AGRADECIMENTOS	I
RESUMO	III
ABSTRACT	V
INTRODUÇÃO	1
1. REVISÃO DA LITERATURA.....	5
1.1. REDE, COMPORTAMENTO E INTERAÇÃO.....	5
1.1.1. Noção de Rede	7
1.1.2. Indivíduo, Protocolo e Valores Imersos na Rede	20
1.1.3. Rede Social.....	30
1.1.4. Comportamento na Rede Social	40
1.2. FACEBOOK: SOCIALIZAÇÃO E REALIDADE	45
1.2.1. Facebook	47
1.2.2. Interface e Design do Facebook	54
1.2.3. Tipos de Páginas do Facebook.....	59
1.2.4. Funções do Facebook.....	62
1.2.5. Reações e Comentários do Facebook.....	64
1.3. HOMOSSEXUALIDADE: IDENTIDADE, ÓDIO E CONTRASTES	66
1.3.1. Identidade e Género	68
1.3.2. Homossexualidade e Homofobia	73
1.3.3. Comunidade LGBTI+ - Direitos, garantias e liberdades.....	78
1.3.4. Teoria da Rotulagem	81
1.3.5. Discursos de ódio e homofóbicos	83
2. ESTUDO EMPÍRICO	87
2.1. QUESTÃO DE INVESTIGAÇÃO E PROBLEMÁTICA.....	88
2.2. OBJETIVOS E HIPÓTESES.....	89
2.3. METODOLOGIA E MÉTODO DE INVESTIGAÇÃO	92
2.4. CONTEXTO DA INVESTIGAÇÃO	95
2.5. TÉCNICAS E INSTRUMENTOS DE RECOLHA E ANÁLISE DE DADOS.....	100

2.6. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	103
2.7. TRATAMENTO DE DADOS	105
2.8. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	110
2.8.1. Validação, Verificação e Confronto das Hipóteses	117
CONCLUSÃO.....	123
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	129

ANEXOS

ANEXO A TABELA DE ANÁLISE DOS COMENTÁRIOS

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura nº 1 – Modelos reticulares de rede	14
Figura nº 2 – Exemplos de redes emergentes.....	37
Figura nº 3 – Exemplos de redes de filiação ou associação.....	38
Figura nº 4 – Fases do processo metodológico.....	104
Figura nº 5 – Escala bipolar de sete pontos	109

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela nº 1 – Propriedades das redes sociais	36
Tabela nº 2 – Diferenças entre tipologias de páginas de Facebook	61
Tabela nº 3 – Análise principal dos comentários e reações às matérias noticiosas partilhas no <i>Facebook</i> pelo público	108
Tabela nº 4 – Palavras-chave associadas aos comentários analisados.....	109
Tabela nº 5 – Palavras-chave de comentários com direção negativa	116
Tabela nº 6 – Palavras-chave de comentários com direção negativa	116

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico nº 1 – Género dos utilizadores que comentaram as notícias analisadas	112
Gráfico nº 2 – Direção do comentário	113
Gráfico nº 3 – Intensidade dos conectores dos comentários	114
Gráfico nº 4 – Direção dos qualificadores.....	115

SIGLAS

ARPANET – *Advanced Research Projects Agency Network*

ARPA – *Advanced Research Projects Agency*

SMS – *Short Message Service*

GPS – *Global Positioning System*

IP – *Internet Protocol address*

LGBTI+ – Lésbica, Gay, Bissexual, Transexual, Intersexo

OECD – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

INTRODUÇÃO

O indivíduo, que emerge como ator social na rede, fixa-se e interage com os seus pares em torno de objetivos e faz-se representar através desta mesma interação. A sensação de liberdade e a consequente expressão de valores e ideias, que atravessam novas dimensões, através de um dispositivo, uma interface e um indeterminável (invisível) espaço, reconfigura-se por todo o globo. O fenómeno das redes sociais, com as suas oportunidades de comunicação, partilha e ubiquidade acresce-se à nova realidade e faz do indivíduo o seu utilizador.

Tal como Castells (2005) refere, as redes são a nova morfologia das sociedades, alterando padrões culturais, sociais e de comportamento e mantendo-se vivas através da constante interatividade que surge na lógica e espaço das redes. Como modo de representação do real, e mesmo com recursos próprios de mapeamento, controlo e protocolo do espaço, a incessante conexão faz, assim, surgir espaços em comum e de partilha, que permitem ao indivíduo ajustar-se, sentir-se (subentendidamente) livre e com poder.

Com a desmaterialização das relações individuais e o surgimento de novas potencialidades de formar comunidades e ligar indivíduos, as redes sociais surgem como espaço de interação e comunicação, e como nova via de expressão, em que qualquer estímulo é uma motivação para manifestação e participação (Recuerdo, 2009). Para além disto, com o surgimento da Internet, e consequentemente, das plataformas, canais e meios digitais e interativos de comunicar, referentes à WEB 2.0, o indivíduo passa a ser um utilizador online, consumidor, produtor e um coprodutor de blogues, plataformas colaborativas, sites de redes sociais e outras próprias deste ecossistema, tendo ao seu dispor um conjunto indeterminável e democrático de conteúdos, opções e informações (Carrera, 2018).

No entanto, as diversas possibilidades de intervenção e de expressão de valores, crenças e ideias próprias do indivíduo, enquanto ator social da rede social, alargam o espectro de

questões relacionadas com a privacidade e fazem surgir novas questões de índole social, cultural e político, respetivamente (Fialho *et al.*, 2018). A globalização, a introdução de novas tecnologias de informação e comunicação e a intensidade do fluxo de informação tanto facilitam a expressão livre e a interação, como a construção e disseminação de novos modos de opressão, discriminação, desvalorização e homogeneização, fragmentando o sujeito e a sua possível afirmação, e intensificando modos de existir e interpretar, de acordo com o contexto e tradição, do ser humano (Costa, 2012).

A homossexualidade, enquanto orientação sexual, foi reprimida e desvalorizada ao longo da história da humanidade por diversos grupos, organizações e estados, sendo considerada como um comportamento desviante e antinatural face à heterossexualidade (Borillo, 2015). Com a inserção das novas formas e tecnologias de comunicação em rede e online, criou-se espaço para a proclamação, por parte da comunidade LGBTI+, de direitos, igualdades e garantias conquistadas nas últimas décadas, como também permitiu, de acordo com o princípio da liberdade de expressão e de ferramentas próprias presentes nos sites e plataformas, a discriminação, o incentivo ao ódio e a opressão do indivíduo, quanto à sua forma de ser e ao seu género (Costa, 2012). A identidade, enquanto conjunto de características e traços distintivos de carácter individual de um sujeito ou grupo, também exerce influência no modo como a comunidade agrupa os indivíduos e estes se fazem representar no meio social, fazendo emergir novas interpretações, visões ou sujeições (Giddens, 2005).

É com base nestas premissas, na constante evolução dos meios, canais e formas de se relacionar em rede e no modo como se potencializam, criam e difundem modos de ser e estar na sociedade contemporânea, que se propõe analisar a influência das redes sociais, em específico o Facebook, na disseminação e na construção de discursos de ódio e homofóbicos perante a Comunidade LGBTI+ em Portugal. Esta intenção de estudo teve por base a seguinte questão de partida – *“Em que medida a rede social Facebook facilita a construção de discursos homofóbicos e de ódio perante a Comunidade LBGTI+, em Portugal, mediante matérias noticiosas publicadas pelo Jornal Público em 2020?”*

Reunir-se-á, numa primeira parte, todas as temáticas que envolvem a problemática e a questão inicial, de modo a que haja uma fundamentação teórica que sustente os objetivos e análise empírica da investigação.

Assim sendo, de um modo mais específico, no primeiro capítulo da revisão bibliográfica, o conceito de rede, e respetivas formas, figurações e representações, será apresentado, de acordo com autores como Castells (2009), Galloway (2012), Di Felice (2012) e Chun (2016), de modo a que haja uma noção clara e definida do que constitui este espaço e de que forma o indivíduo emerge nele. Rede social será igualmente alvo de estudo neste capítulo, por forma a entender quais as suas especificidades e derivações da rede e quais as características, percursos e modos de comportamento e atuação por parte do indivíduo. Esta será fundamentada através de autores como Recuero (2009) e Fialho *et al.* (2018).

No segundo capítulo tratar-se-á a rede social Facebook em específico, uma vez que é a rede social mais utilizada por todo o mundo, tal como Carrera (2018) menciona, e constitui uma das importantes partes para a realização desta investigação. Será definido o Facebook, enquanto site de rede social, e serão apresentadas as suas potencialidades, características, interface, funções e contrastes, tendo sempre por base a definição e os aspetos descritos no capítulo anterior. Autores como Santos (2013), Dantas e Neto (2015), Peixoto (2017) e Marques (2017) foram importantes para a sua correta interpretação e estudo.

No terceiro e último capítulo teórico serão abordados temas como homossexualidade, homofobia, comunidade LGBTI+, identidade e discurso homofóbico/ódio, mediante a posição de autores como Giddens (2005), Carlos (2019), Borillo (2015) e Souza (2019). Todos estes conceitos concluem com a relação das temáticas que se estabelecem na questão inicial e o seu tratamento, análise e estudo será fundamental para a sua compreensão e interligação com a rede e rede social.

Na segunda parte, estudo empírico e aplicação prática da investigação, explicitar-se-á a metodologia, métodos e técnicas de análise utilizados, assim como todos os resultados e conclusões associadas à análise realizada. Face à questão de investigação, às hipóteses colocadas e aos objetivos definidos, desenvolveu-se uma pesquisa qualitativa, com recurso à análise de conteúdo, tendo sido analisados comentários realizados a matérias noticiosas partilhadas pelo jornal Público – entidade e projeto jornalístico que partilha matérias sem qualquer imposição cultural, social, política e económica e tenta retratar todas as questões presentes na sociedade contemporânea (Público, 2021). Importa, ainda, referir que a realização deste estudo teve como intuito analisar e estudar a rede social Facebook, se esta

facilita ou não a construção e disseminação de discursos de ódio perante a comunidade LGBTI+ em Portugal e que tipo de conteúdo e mecanismos se faz representar a última na rede em questão. Autores como Campenhoudt, Marquet e Quivy (2019), Fortin (2009), Bardin (2019) e Gonçalves *et al.* (2021) auxiliaram na definição e na construção de toda a metodologia e *corpus* empírico.

Assim sendo, ao longo desta dissertação, serão definidos e relacionados constantemente os conceitos que circunscrevem o problema, nomeadamente rede, rede social, Facebook, homofobia, discurso homofóbico e comunidade LGBTI+. É a partir da conexão destes que se irá tornar possível clarificar o tema, a questão e as hipóteses, como também será possível sustentar toda a parte empírica e metodológica.

1

REVISÃO DA LITERATURA

1.1. REDE, COMPORTAMENTO E INTERAÇÃO

A onnipresença da atualidade; a constante e incessante renovação tecnológica; a adaptação à digitalização da comunicação mediada por interfaces; e a conectividade de aparelhos, passaram a ser todas possíveis através da conexão através de uma rede. As sociedades sustentam-se, em grande parte, a partir da ideia formulada e que se traduz na era da hiper conectividade, que se criou algures no ciberespaço, espaço este que se cria, alimenta e sustenta a rede. Algo vasto, dinâmico e incontrolável, em que o indivíduo emerge, subsiste e ajuda a fortalecer cada nó que se cria.

Castells afirma que “as redes constituem a nova morfologia das nossas sociedades, e a difusão da lógica de criação de redes determina largamente o processo de produção, de experiência, de poder, de cultura”. Tendo por base esta visão, subtrai-se a influência que as redes exercem na própria interação e existência das sociedades, alargando o seu poder a nível sociopolítico, cultural, antropológico e económico (Castells, 2009, p.416). Esta “Sociedade em rede”, tal como o mesmo autor assim designa, surge em detrimento de uma evolução clara das tecnologias da informação e da comunicação, e remete para a existência de uma sociedade interativa, onde privilegia de diferentes possibilidades de comunicação e se cria, online, novos espaços públicos e de socialização (*ibidem*, 2009).

A amplitude do espaço e a sua desmaterialização coloca o indivíduo numa posição de constante interação consigo mesmo e com os outros, sem que tenha de manter verdadeiramente a sua identidade ou até mesmo implique a sua clara representatividade para realizar qualquer tipo de operação, atividade ou transação. O indivíduo vê-se, assim, como um forasteiro num imenso mundo de possibilidades, que por mais familiarizado esteja com

os procedimentos que realiza, deixa de existir a singular experiência da certeza. Torna-se uma pequena peça para completar e fortalecer os grandes nós que criam a rede.

Esta representação do real cria várias formas de mapear e desenhar novas alternativas de interpretação daquele que é o mundo, conforme nos foi instituído. A constante ligação e inexistência (ou não implicação) de um tempo e espaço concreto de interação fazem incluir quaisquer expressões culturais e sociais, que tomam assim um novo espaço para ganhar poder ou renascer. No entanto, revê a constante necessidade que se tem em fomentar a criação de espaços em comum, de partilha e de reprodução da totalidade (Babo, 2005).

O comportamento do indivíduo altera-se também à medida que se insere na rede. Há uma necessidade incessante de ser utilizador; de pertencer para não ficar excluído, ou para garantir novas liberdades e modos de expressão; de fugir à simples condição de ser e estar; de poder e ser emancipado. O indivíduo, com os seus interesses e necessidades, passa, assim, a fazer-se representar na rede, independentemente da sua importância, lugar ou tempo. Para além disto, passa a estabelecer relações com outros, gerando, consequentemente, caminhos e perfis para novas entradas (de dados) na rede e passa a ser alvo de controlo subentendido provocado pelo protocolo e valores presentes na mesma.

As redes sociais, por sua vez, como uma das novas potencialidades presentes e disponíveis na rede, e enquanto espaço privilegiado de comunicação e de ligação de atores e formação de novas comunidades, surge como tentativa de aproximar indivíduos e não só computadores. Surge, a partir das redes sociais, um novo paradigma social e cultural, implicando também dimensões políticas e económico-financeiras (Recuerdo, 2009).

A evolução e a desmaterialização das relações individuais através das redes sociais fortalecem, deste modo, o poder e a importância das próprias redes, cedendo espaço para novos dados, interpretações e controlo, afetando, indiretamente, o percurso que o utilizador (ou indivíduo) trilha.

Da rede, como espaço de ligação com todos os seus valores, exigências e procedimentos implicados pelo próprio sistema, ao indivíduo que nela imerge; e da rede social ao modo como o indivíduo se comporta e interage na mesma, este trecho introdutório sustenta, em grande parte, as ideias principais dos temas, tópicos e subtópicos inframencionados.

1.1.1. NOÇÃO DE REDE

Rede: um espaço preconizado por muitos autores como de interconexão; ligação de diversos e diferentes pontos; comunicação; conectividade; interação; ou até mesmo multiplicidade. Apesar de existirem várias possibilidades em torno deste singular conceito, que circunscreve e fundamenta, em grande parte, a sua definição e que contribuem para a construção de um universo de possibilidades de confronto com a própria interação do indivíduo, a rede constitui-se como uma extensão de algo, alguém ou de um lugar, independentemente do tempo ou espaço em que se forma.

A definição de noção do que eventualmente (não sendo totalmente consensual) é a rede e o que este “espaço” significa para quem o produz e o traduz para quem nele participa, torna-se, assim, importante para perceber de que maneira realmente se forma e de que modo se pode (in)surgir na mesma.

Para que se possa entender e estudar este conceito e o que dele pode surgir, é importante, numa primeira instância, apresentar abordagens generalizadas ou epistemologias reticulares que se circunscrevem a rede. Desde a rede, enquanto malha (tecido) utilizada para pescar, caçar ou cercar animais; representação das próprias formas da natureza, como uma teia de aranha; configurações criadas e desenvolvidas para explicitar, estudar e/ou ilustrar teorias do mundo das ciências, desde a matemática, física à antropologia, sociologia, psicologia, ecologia, etc.; traçado das vias de comunicação (estradas, transportes, esgotos, eletricidade, fibra ótica, telefónica, etc.); estrutura da tecnologia; extensão orgânica, ligada a áreas do saber como a biologia e a genética, com a figuração de fibras, nervos, neurónios e fluxos e de tudo aquilo que sustenta um corpo vivo; ou, até mesmo, aos próprios tecidos, que surgem como junção de várias linhas interlaçadas. Em torno deste conceito cria-se, deste modo, uma metáfora de hipóteses e de utilizações, que para além da sua materialidade (ou não), passa pela mesma finalidade: unir, ligar e conectar (Galloway, 2010).

No entanto, para além destas atribuições vulgarizadas, a rede passou a ser representada, metaforicamente, através de diversos teoremas e teorias, que rapidamente fizeram transparecer a ideia do que invisivelmente ou esquematicamente é uma rede. Uma das primeiras representações, numa abordagem científica, concretizou-se com Leonard Euler, em 1736, e a sua teoria dos grafos. Nesta mesma teoria, o matemático fazia representar a

cidade de Königsberg, ilha no rio Pregolya ligada por sete pontes e com quatro acessos terrestres, e a demonstração de que para entrar numa determinada parte da cidade e sair sem passar pela mesma ponte, seria necessário passar por outras duas pontes, ou seja, tornava-se impossível ter somente um acesso alternativo ao inicial, sem ter que passar por mais um. Neste teorema, cada parte da cidade era um ponto ou nó e as pontes eram as arestas, que asseguram a conexão entre pontos. A partir desta, percebe-se a atribuição teórica que muitos autores concederam até hoje para a interpretação da rede enquanto sistema, com as suas próprias interações, autores e meios (Recuerdo, 2009).

A dissolução da rede em várias perspectivas e a generalização do seu uso, transpôs-se e estendeu-se também para os conceitos de internet e de redes sociais, ambos ligados diretamente aos campos do digital e da cibernética, que se caracterizam como redes por se constituírem como uma construção própria que liga, entre si, vários pontos, de modo a atingir, representar ou servir um determinado objetivo, indivíduo, estado ou organização. É a partir destas que se constituem a atual noção do que é (ou poderá ser) uma rede.

Na perspectiva de Castells (2009, p.45), “Uma rede é um conjunto de nós interconectados. Os nós da rede podem ter maior ou menor relevância para o conjunto da rede, uma vez que os mais importantes se designam por ‘centros’ (...)”. Os nós, que sustentam a abertura da rede são os pontos onde a curva se intersecta a si própria e podem ser acrescentados ou removidos de acordo com as alterações que os programas necessitam para atingir os objetivos delineados para o desempenho da rede. Os programas (decididos socialmente e fora da rede), por sua vez, determinam a lógica da rede, visto que esta configura-se de acordo com as instruções dos mesmos, acrescentado, modificando, alterando e apagando, até surgir um novo programa que substitua ou transforme os códigos que dirigem o sistema operativo.

O mesmo autor refere também que “qualquer componente que pertence a uma rede (inclusive os ‘centros’) é um nó e a sua função e significado dependem dos programas da rede e da sua interação com os outros nós presentes nesta”. A rede consiste, assim, na ligação de vários nós ou pontos, sendo que cada indivíduo ou organização/grupo (com o seu conjunto próprio de indivíduos) desempenha um papel significativo, diferente e de acordo com a sua importância, circunscrita à relação que estabelecem entre si. Castells ressalva também que são necessários todos estes mesmos nós para que a rede subsista e evolua: as ligações que

existem e que se criam entre estes elementos unidos são a força para o correto funcionamento da rede.

Ademais, para que uma rede funcione na íntegra, é necessário que haja uma partilha dos mesmos códigos de comunicação entre os nós que se formam, dado que só assim é que esta, enquanto sistema com uma estrutura aberta e que se expande de um modo ilimitado, garante que não haja ameaças ao seu próprio equilíbrio e dinâmica. Esta somente evolui com as extensões e conexões criadas, por via da sociabilidade e troca constante de informações.

Se com Euler interpretava-se um dos primeiros sinais do que viria a constituir a figuração de uma rede, Castells extrapola a sua dimensão para o campo da interatividade e transversalidade do próprio indivíduo, revelando que qualquer um que se insere na rede, auxilia a criação de novos nós ou fortalece os que já existem, levando, também, à criação de novos percursos e pontes. Numa rede deixam de existir polos isolados e passa a haver a construção de um todo, de uma só unidade.

Numa perspetiva complementar, Galloway (2010) apresenta as redes como sistemas de interconectividade, que implicam a construção frequente de conexões entre as mais diversas partes, ultrapassando o isolamento das últimas. A rede consiste num ambiente complexo e invisível, tanto no modo como funciona, bem como no modo como se criam as conexões. Para o mesmo autor, as redes “são mais do que simplesmente a agregação de partes, devem sustentar todas as mesmas partes numa constante relação” (*Ibidem*, 2010, p.283).

Chun (2016), por sua vez, refere que as redes são representações do próprio real e criam a sensação e uma imagem de conexão, não deixando de ser elas próprias. Há uma fragmentação da ideia do todo, ao “integrar ações individuais em hábitos e tendências partilháveis”, dissolvendo a ideia de coletivo que envolve a própria noção de sociedade, num rendilhado de nós e arestas, que se repetem e transformam todas as interações que possam surgir a seguir, para um coletivo imaginário que representa primeiro o “eu” e depois o “nós”. Vistas pela mesma autora como uma projeção técnica e um fenómeno natural, simultaneamente, as redes são estruturas empíricas que asseguram a formulação de interações virais, através de canais de comunicação vivos que mapeiam e geram um espaço fragmentado: “as redes cortam a continuidade do espaço e do tempo em fragmentos de

conectividade: elas projetam ligações e cortam o ruído para criar uma linha perceptível entre emissores e recetores” (*Ibidem*, 2016, p.13).

Em conformidade com as defesas teóricas dos autores anteriores, Fialho *et al.* (2018) afirma que as redes são a extrapolação da estrutura relacional da própria sociedade, em que o estudo destas está ligado diretamente à forma como os indivíduos se comportam, juntam-se em grupo ou isolam-se. Esta definição sustenta a forma reticular como a sociedade surge e estrutura as relações sociais e interpessoais, de modo a que haja efetivamente partilha, circulação e comunicação, mesmo que através de conexões ou laços impercetíveis de propriedade, afetivos, trabalho ou instintivos. Há a mobilização de todos para o comum, de forma orgânica e natural, em conjunto ou individualmente.

Em traços gerais, a rede comporta tanto uma dimensão material, que se traduz numa estrutura física e composta, como também numa dimensão formal, em que se realça o que é selecionado ou capturado e o modo como aquilo que se apreendeu pode contribuir para a edificação da mesma rede. A partir desta complementaridade dimensional, torna-se possível formar novas realidades, capturar e priorizar determinadas partes em detrimento de outras, de modo a que haja uma forma minimamente organizada, independentemente de ser intencional ou espontânea, visível ou invisível.

Quanto à própria estruturação e sustentação das redes digitais, estas só se mantêm se houver, assim, uma constante circulação de informação. A informação é uma fonte imprescindível para uma rede “viva”, em que cada nó ou centro só fortalece a própria rede à medida que há absorção de informação e o devido processamento da última. No entanto, somente quem forma e participa nos nós ou centros, num sentido comunicacional bidirecional, é que passa a ter acesso a todas estas informações, independentemente do contexto, lugar ou tempo. Trata-se, assim, de um sistema aberto, tanto na forma como se processa, como por quem o constitui; e numa unidade total e global, que se organiza em torno de interações e fluxos de partilha de informações entre indivíduos, elementos e ações (Di Felice, 2011-2012).

Ascott (1989, pp. 222 e 223) reforça a ideia de que a “rede de computador significa a ligação de pessoa com pessoa, mente com mente, memória com memória independentemente da sua distensão no espaço e da sua deslocação no tempo.” Todos passam a ser parte integrante deste todo global que une hemisférios e que funciona a partir

da imposição de uma inestimável e densa circulação de dados e informação, que garante *a posteriori* a transversalidade de acesso. Os dados garantem a continuidade de ligação, visto que estão em todo o lado e em nenhum ao mesmo tempo, sendo efémeros, transitórios e em constante mudança. É nesta última afirmação que se suporta a ideia de que a rede é um espaço de conexão, colaboração e, simultaneamente, de transcendência, onde se permite novas liberdades, modos de pensar, interagir, criar e fazer circular todo o tipo de conteúdos, relações e media.

Acrescente-se que a informação determina, ainda, a capacidade que existe entre os canais e consequentemente o poder que será atribuído a cada centro formado pela rede, em termos de capacidade e mensurabilidade. É através da informação que se cria e desenvolve na rede que se pode analisar a probabilidade de repetição ou criação de novas ligações e perceber quais as diferenças, falhas e o modo como os próprios algoritmos surgem e evoluem. As redes são sistemas abertos, em que a sua condição e existência circunscrevem-se, assim, à manutenção de uma troca contínua de informação e dados.

Dada a evolução das tecnologias da informação e comunicação e consequente burocratização da produção e consumo de informação com o surgimento de redes, possibilitou-se ampliar um constante e atual círculo de partilha de dados e símbolos, dos mais diversos ramos do saber. A era da informação, da interação e da partilha incessante que marcam as redes são ideias que sustentam a transformação dos paradigmas sociais e culturais da sociedade; a reestruturação do modo de produção e de desenvolvimento industrial; a acumulação, armazenamento e difusão de conhecimentos e informações; a comunicação ilimitada e aberta, através de um código comum; o empoderamento de indivíduos e sociedades; a criação de novos modos de interação e socialização; a inversão das redes hierárquicas de poder; e transformação do modo como o indivíduo passou a estar perante si mesmo e os outros.

A arquitetura da própria rede, se a relacionarmos com as ideias reticulares partilhadas inicialmente, pressupõe união, partilha de pontos e nós. De interações à comunicação garante-se uma forma, que não é de todo externa a quem para ela colaborou. Passa-se, assim, a ser parte integrante de uma rede e a estar imerso na mesma, em que a identidade de quem

é o emissor ou quem é o recetor dissolve-se para a lógica do todo unitário e identitário formado pela rede.

Importa, também, introduzir a noção de rizoma, relacionada às formações e representações reticulares de sistemas em rede. Deleuze e Guattari (1987) apresentam, enquanto forma própria da modernidade, o rizoma ou o sistema radícula como figura que desaponta e termina com as extremidades estabelecidas (polos fixos que corrompem os restantes) para estabelecer relações imediatas de associação e de multiplicidade entre diversas unidades. Um rizoma integra, assim, um conjunto de raízes secundárias que subsistem sem que ligadas à raiz principal, como uma totalidade fragmentada e unificada em simultâneo. Apresenta diversas formas, direções e dimensões quanto à sua potencialidade de ramificação, cresce de acordo com os princípios da conexão e heterogeneidade (qualquer ponto pode se conectar a outro) e multiplica-se sem que existam pontos ou posições fixas, apenas através linhas de conexão. Também o facto de as raízes do rizoma, em sentido plano, preencherem e ocuparem todas as dimensões e de que mesmo com cortes, estas unificam-se novamente com outras linhas segmentares, readaptando-se constantemente, de modo a articular todas as partes.

Integrando várias entradas, um rizoma “conecta qualquer ponto com outro ponto qualquer e cada um dos seus traços não remete necessariamente a traços da mesma natureza”, sendo que este não começa nem se conclui, é apenas a constante adição e aliança de partes (*Ibidem*, 1987, p. 25).

Na perspectiva complementar de Chun (2016), o rizoma caracteriza-se por não ter uma raiz profunda e por crescer horizontalmente, alastrando-se e criando várias uniões abertas, desterritorializadas. Esta noção transpõe-se, então, para a rede, na medida em que se caracteriza como descentralizada, distribuída, acessível, flexível e desierarquizada, passível de articular pequenos fragmentos com um todo e de melhor entender os processos dinâmicos. As relações estabelecidas, no entanto, não se repetem e são estáticas, uma vez que a “repetição torna possível a imaginação e a elucidação de conexão, bem como a ligação entre humanos e máquinas como seres que repetem” (*Ibidem*, 2016, p.53). A questão da horizontalidade que se destaca também é importante porque numa rede não há centros de poder totalmente estabelecidos para comandar ou tomar pose de outros centros, havendo uma partilha de informação entre todos e uma rutura de relações estreitas e por hierarquia.

Umberto Eco (1984, pp.30-31) alude que a melhor representação que se pode atribuir a uma rede é também a de um rizoma, pois a sobreposição e emaranhado de bolbos e tubérculos, que surgem constantemente e espalham-se rapidamente, é semelhante à rede. O autor apresenta as seguintes características de rizoma, indicando, simultaneamente e metaforicamente a várias noções do conceito de rede:

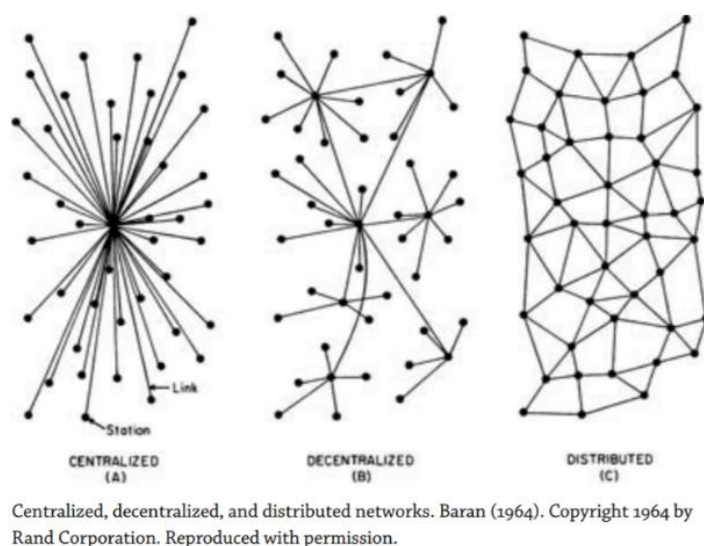
- a. Cada ponto de um rizoma tem de estar ligado com todos os outros pontos.
- b. Apenas existem linhas num rizoma, não havendo, assim, posições ou centros.
- c. Um rizoma pode ser quebrado em qualquer ponto e reconectado a qualquer uma das suas linhas.
- d. Um rizoma não tem identidade.
- e. Um rizoma tem o seu próprio exterior, o que leva a um outro rizoma. No entanto, um rizoma total não tem interior ou exterior.
- f. Um rizoma pode ser conectado a algo mais em todas as suas dimensões; é desmontável, reversível ou suscetível a modificações contínuas.
- g. Uma rede de árvores que abrem em todas as direções pode criar um rizoma.
- h. Não é possível descrever na totalidade um rizoma, visto que a sua estrutura se modifica constantemente e qualquer ligação pode levar a uma inferência contraditória, levando a novas possibilidades.
- i. Uma estrutura que não pode ser descrita na sua totalidade, apenas pode ser analisada através da potencial soma das descrições locais.
- j. Visto que se trata de uma estrutura sem um exterior, pode-se analisar somente o interior, surgindo um labirinto de possibilidades: em cada nó que se forma nesta rede é impossível analisar e ter uma visão da totalidade de hipóteses que estão estabelecidas e ainda podem vir a surgir, apenas consegue-se descrever as que estão mais próximas.

Todas estas características servem, deste modo, como extrapolação para a definição e contextualização do que é (ou pode-se interpretar como) a rede. Aspetos como a não

contabilização de todas as ligações estabelecidas em rede, a não identidade, reversibilidade, inexistência de centros de poder, falta de uma estrutura concreta e a conectividade refletem algumas das bases teóricas que defendem vários autores quando discutem a noção de rede.

Na mesma base teórica, Galloway (2010) une também a rede a rizoma, referindo que “As redes têm o potencial de desierarquizar, corromper e dissolver com as mais variadas estruturas rígidas”. Ademais, o autor refere a relação antagônica existente entre rede e autoridade, uma vez que somente a rede é que assume a forma de organização capaz de ameaçar centros de poder fortes. É possível, assim, destacar três modelos reticulares de rede (Figura 1) descritos por Paul Baran (1964) em Galloway (2010) como: centralizada, descentralizada e distribuída.

Figura nº 1 – Modelos reticulares de rede



Fonte: Baran (1964)

O primeiro modelo, designado por rede centralizada ou por rede “estrela”, assume um ponto central e as ligações realizadas estão ligadas diretamente com este mesmo ponto, não havendo outras sem que o centro não exista, ou seja, há uma interdependência do polo. Assim sendo, neste modelo há um centro de poder que origina outros nós, mantendo uma relação bidirecional com os mesmos. Não possibilita também que se estabeleçam ligações entre nós por outras vias.

Quanto ao segundo modelo apresentado, rede descentralizada, intercala vários pontos centrais, formando algumas sub-redes “estrela”, sendo que destas conectam-se os restantes

pontos (não se estando todos ligados entre si, apenas dos pontos centrais se estabelecem as ligações). Neste caso, os nós que se vão formando são derivados apenas das relações estabelecidas inicialmente entre o centro e as “estações” secundárias e não se completam sem ser através da relação primeiramente estabelecida.

O terceiro e último modelo, rede distribuída, difere dos anteriores e há uma ligação entre todos os pontos, sem nenhum ponto central ou estrela, quer isto dizer que há “equidade entre os nós formados, ligações bidirecionais, elevado grau de redundância e uma falta geral de hierarquia interna” (Galloway, 2010, p.288). Todos eles ligam-se de alguma forma e há interdependência de todas as relações que se constroem, fortalecendo e unido a rede e evitando pontos de exclusão. A percepção de rede neste modelo contempla a noção de um ilimitado território de conectividade, sem um poder concentrado ou algo excluído.

É a partir do último modelo apresentado que se retira a forma reticular distribuída da Rede ARPANET (*Advanced Research Projects Agency Network*), rede de computação desenvolvida anos 60 do século XX, e que mais tarde veio a materializar a internet. A ARPANET foi das primeiras patentes a mudar o modo como a tecnologia e a comunicação passaram a se conjugar, surgindo interfaces, aplicações e protocolos de controlo remotamente. Apesar de, inicialmente, o seu fim ser meramente educacional, esta rede financiada pela ARPA - *Advanced Research Projects Agency* - foi utilizada pelo departamento da defesa dos Estados Unidos da América, aquando da Guerra Fria contra a União Soviética, a fim de conectar os computadores em instituições de pesquisa financiadas pelo Pentágono através de linhas telefónicas, sem que existisse propriamente uma central ou núcleo central, quartel-general ou base de operações/comunicações, e que não fosse facilmente desvendada e destruída pelos inimigos. Com esta pretendia-se reorganizar a informação de modo a possibilitar uma resposta a um ataque nuclear.

De acordo com Roberts (1986, p.146), esta mesma rede visava servir de suporte para a criação de um protocolo para a interface dos computadores e de um novo modelo tecnológico de comunicação em rede, capaz de garantir a ligação entre vários computadores ao mesmo tempo. As razões que originaram a criação desta rede computacional foram:

1. Partilha de carga de trabalho: envio de programas e de dados remotamente de modo a balancear a carga de trabalho.
2. Serviço de mensagens: serviços de correio eletrónico.
3. Partida de dados: acesso remoto a bases de dados.
4. Partilha de programas: envio de dados e programas remotamente.
5. Serviço remoto: através do *login* a um computador remoto, acede-se a todos os programas e dados.

A partir deste conceito e da sua própria evolução tornou-se possível concretizar a internet. Uma rede independente de outras, que supera e revoluciona a noção inicial de conectividade, abrangendo um conjunto indeterminável de dispositivos e interfaces, e em que facilmente se acede a dados, *software* e outros programas, de um modo cómodo, rápido e remoto. Passou também a ser a ponte de ligação virtual entre indivíduos, que se vêm desde então na condição de utilizadores ou usuários, que usufruem e contribuem de e para a mesma (*Ibidem*, 1986).

A Internet, designada por rede comunicativa e virtual, que passou a representar uma grande evolução no mundo das tecnologias de informação e comunicação, surgiu de forma a que se pudesse conectar vários computadores ao mesmo tempo e a aceder à informação de um modo mais rápido e organizado. Segundo Di Felice (2012), esta nova arquitetura, para além de corromper com a comunicação bidirecional entre emissor e recetor, cede aos utilizadores a capacidade de serem simultaneamente recetores e emissores e de acederem a qualquer tipo de informações, independentemente do seu lugar ou posição.

Para Castells (2003, p.8), a internet constitui um meio de comunicação que permite a interação de muitos para muitos, num determinado momento e contexto, à escala global. Enquanto rede que liga computadores e outros dispositivos através da energização a partir da informação, passou também a reestruturar atividades económicas, sociais, políticas e culturais. A rapidez e a volatilidade com que se concretizam as mudanças, passou a exigir a necessidade de sobreviver à nova emergência tecnológica, que mesmo criando dualismos e contradições nos vários espectros que envolvem a sociedade, não pode ser evitada.

O mesmo autor aponta duas vantagens essenciais desta rede em específico: existência de mecanismos de organização e flexibilidade/adaptabilidade dos próprios sistemas desenvolvidos, que garantem a sobrevivência e a prospeção no ambiente de uma constante e rápida mutuação. Para além disto, o poder que as redes têm nos dias de hoje, Castells atribui a responsabilidade à que considera maior de todas – internet, visto que terminou com os domínios instalados na própria sociedade e quebrou as relações hierárquicas verticais e burocraticamente centralizadas. A introdução da informação em massa, das tecnologias de comunicação e da internet permite que a rede assuma uma natureza revolucionária (Castells, 2003).

Castells (2003, p.255) afirma que a “Internet é sociedade, expressa os processos sociais, os interesses sociais, os valores sociais, as instituições sociais. (...)”; formando uma sólida base material e tecnológica para uma sociedade unida e em rede. É através desta possibilidade de conexão contínua através dos canais de comunicação disponíveis que se passa a viver num estado de *link* (ligar), através do online.

Pode também a internet ser interpretada como um rizoma, uma vez que sustenta as ligações criadas localmente, criando e alastrando novos caminhos. Para além disto, representa o expoente de multiplicidade, heterogeneidade e desierarquização, enquanto sistema de comunicação de distribuição de informação global. A ideia de maleabilidade e flexibilidade de partilha de conteúdos e dados, sem que haja uma origem totalmente idealizada, organizada ou marcada, permite incluir todos os usuários da internet e torná-los novas “raízes”. Cada novo usuário, cada dado, cada informação contribui para o alargamento horizontal de possibilidades na internet.

A inexistência de um tempo e de um espaço concreto, a globalização e massificação da informação e, ainda, a infinitude de dados que se processa, caracterizam a internet, rede esta que se configura no ciberespaço. Neste espaço vive-se uma era da comunicação global, que redesenha e transforma constantemente a condição simples do ser humano e as suas necessidades básicas. Apesar de ser ainda uma era um pouco desconhecida e pouco perceptível, o Homem consegue estar presente, ainda que ausente; estar perto, ainda que longe e informado. Barlow (1996), na “Declaração da Independência do Ciberespaço”, preconiza o Ciberespaço como um espaço de “transações, relações e do próprio pensamento, como

uma onda estacionária na nossa rede de comunicações.” É um espaço que se desenvolve por si só (não podendo ser previsível ou projetado), através de todas as ações coletivas. É uma nova realidade social, global e anti soberana, em que todos podem expressar livremente os seus pensamentos e o que acreditam para a humanidade.

Redes interativas e globais de computadores interligados, como a internet e a concretização da *World Wide WEB* – *WWW* – rede mundial de computadores, crescem e desenvolvem-se em segundos. Não obstante, surgem com estas novas formas e novos canais de comunicação e, conseqüentemente, novos modos de regulação e prospeção. Ao ciberespaço entrega-se aos utilizadores um espaço em rede e uma realidade que vai para além de uma interface, com novas liberdades e formas de expressão, mas também com novas oportunidades de controlo. O indivíduo que navega na web, através de *Browsers*, localiza páginas, realiza transações e acede a informações, transfere os seus percursos, em jeito de vestígio, e deixa-os abertos para serem posteriormente dominados e usados.

Vive-se, deste modo, numa sociedade em rede: “uma estrutura social baseada em redes operadas por tecnologias de comunicação e informação fundamentadas na microelectrónica e em redes digitais de computadores que geram, processam e distribuem informação a partir de conhecimento acumulado nos nós dessas redes” (Castells e Cardoso, 2005, p.20). Concretizou-se alterações no modo como se processam e desenrolam as atividades económicas e políticas, assim como no modo como se manifesta a sociabilidade e as interações.

Castells (2003, p.255), na sua reflexão sobre a própria sociedade e o poder que esta detém, afirma que a rede é, atualmente, “(...) o tecido das nossas vidas”. As redes são, assim, a forma de uma nova morfologia social e é na difusão desta lógica criada em torno das redes que se alteram os processos de produção, poder, cultura e experiência.

Esta sociedade sobrevive em detrimento da centralidade da tecnologia da informação, da preposição do desenvolvimento e da dependência nos recursos que desta advêm. É uma estrutura social que absorve e molda novas formas de ser e estar, fazendo com que todos os seus atores colaborem e potencializem sinergias para um bem comum (ou aproveitamento do que em retorno possa existir), mesmo que não se façam depender desta mesma realidade (*Ibidem*, 2003).

Contudo, a rede, como um fenómeno global emergente, apresenta e extrapola outras situações, atividades e problemas, como por exemplo pandemias, terrorismo, crises financeiras, rastreamento da identidade por parte de organizações e governos, vírus de computador, entre outros, que quando inseridos nela, não podem ser previsíveis ou controlados e passam a ser universais, capazes de se desenvolver espontaneamente, agrupar uma quantidade massiva e universal de dados e a transformar, sob uma estrutura ainda mais complexa, a dinâmica da rede. De acordo com Caldarelli e Catanzaro (2012), a rede é o presente da sociedade, que tanto se reconfigura naturalmente, em jeito de auto-organização, como também torna possível o melhor entendimento sobre a velocidade e a dinâmica com que todos estes processos acontecem.

A virtualidade dá lugar ao real. A interação face a face dá lugar à interação mediada por uma interface. Ao surgirem novas formas de comunicação sem fios, como os *SMS* (*Short Message Service*), *WiFi* e redes sociais passa-se a viver num ambiente hipersocial, concretizado pelo isolamento e domínio individual de dispositivos que possibilitem articular os vários modos tecnológicos de socializar e as necessidades próprias de cada indivíduo. Este novo sistema de comunicação digital concretiza-se, em grande parte, com a edificação da sociedade em rede.

Utilizadores ou grupos de utilizadores participam nas redes das novas tecnologias da comunicação ou cibernéticas e contribuem para a sua expansão, autonomamente de qualquer influência externa. Passam a interagir uns com os outros, a consumir conteúdos e a produzir novos, sendo produtores, autores e consumidores em simultâneo. Com a internet e o surgimento de outras ferramentas próprias da Web 2.0, como os *blogues*, *vlogues*, redes sociais e plataformas colaborativas, a comunicação deixa de ser restrita e medida por sistemas próprios (Castells e Cardoso, 2005).

É neste ambiente de representação, simulação, aproximação e ligação com o real que se potencializa o sentido de ser da rede. O virtual não quebra com o estado do próprio real, mas sim com a atualidade, que se torna universal e que se realiza, alterando pessoas, governos, espaços e modos de partilhar e ser em sociedade. Porém, mesmo que nas redes se criem novas oportunidades do mundo social, se transformem hábitos e costumes quotidianos para o online e se entreguem aos indivíduos novos canais de interação, deixa de existir uma

delimitação clara entre o local e o global e gera-se limitações às próprias relações humanas e a determinadas comunidades.

A ambiguidade, velocidade e a volatilidade com que tudo se desenrola nas redes, projeta um mundo emergente, que impõe interatividade e constante adaptação. A mobilidade e conectividade passam a ser sinónimos deste novo estado de comunicação cibernética, que se converte a partir de uma plataforma que digitaliza produtos, informações e conteúdos distintos. A rede é onnipresente, em qualquer lugar e em qualquer momento ela surge, insurge e cresce.

A rede, com todas as suas características e derivações, surge, assim, como uma metáfora para a realidade. Uma extensão da vivência humana, da realidade interativa e comunicacional que o ser humano desenvolve em torno de si e para com os outros. Desenvolve-se na rede um mundo de possibilidades, quer de interação quer de prospeção do próprio utilizador, independentemente do rumo e da intenção que o mesmo tem quando nela navega. Tudo o que nela imerge é inserido numa cadeia de articulação de ideias, comportamentos e informações, que numa lógica bidirecional convertem-se em interconectividade, ou numa global participação. As redes são o atual fenómeno global, que conecta indivíduos, retira e organiza dados de todos os campos do saber, sob um paradigma invisível, abstrato, dinâmico e complexo. Reitera a noção de que se trata de um sistema vivo, organizado como uma teia de redes dentro de redes, em que cada elemento tem a sua própria autonomia e tem acesso a tudo o que nela se cria, como forma de subsistir e se conectar com os outros.

1.1.2. INDIVÍDUO, PROTOCOLO E VALORES IMERSOS NA REDE

Com a pós-modernidade e os efeitos que desta provêm, como a globalização, que emerge a partir da segunda metade do século XX, elevam-se as sociedades de consumo e dá-se a proliferação e massificação dos meios de comunicação, alterando-se o modo como o indivíduo interage e (sobre)vive em sociedade, visto que este passa a ter a necessidade de ressurgir com novas bases ideais. Diferentes estilos de vida, a padronização das opiniões e dos gostos levaram a que o indivíduo se reconfigurasse, centrando em si o que defende e o que pretende. Por outro lado, a proclamação ao direito à diferença e da liberdade, a defesa dos direitos humanos universais e a pluralidade de referenciais marcam esta nova configuração e atuação do indivíduo.

À mercê desta atualidade que ainda se vive, há cada vez mais um distanciamento de valores tradicionais, ligados à religião, política e ao modo como o próprio sentido de ser social se organiza, mesmo que outrora marcasse inevitavelmente a forma de estar em sociedade. Apesar desta fratura, e numa perspectiva contraditória, existe a necessidade de o indivíduo fazer prevalecer determinados ideais e viver de acordo com as lógicas, que circunscrevem a sua própria identidade e que guiam a sua ação e participação. Estes mesmos referenciais podem evoluir ou alterar-se ao longo do tempo, de modo a que se satisfaça socialmente (Babo, 2005).

O individualismo ou lógica individualista emerge, na perspectiva de Isabel Babo (2005), como uma das bases provenientes de uma cultura de massas, que quebra um conjunto inevitável de valores tradicionais e que passa a sobressair, à margem da sociedade, a consciencialização e o predomínio do “Eu” próprio. O indivíduo surge, assim, como um ser autónomo, capaz de exercer em pleno a sua liberdade, perante si mesmo e os restantes indivíduos, e detentor de uma diversidade de referências que asseguram a sua satisfação.

Lipovetsky (1983) refere que o indivíduo se desliga dos valores impostos (moralmente) pela sociedade, em prol do bem-comum, e que o mesmo segue um conjunto de lógicas próprias da pós-modernidade, como o de passar a assumir-se como um ser informado, narcisista, responsável e centrado em si mesmo. Em contrapartida, e num processo de personalização, este deixa de se preocupar com a vida pública e, em parte, com o bem comum, visto que já o dá como garantido. O conceito é também apresentado por Lash (2000), sendo que o autor defende a individualização como o centro da mudança social (não passando pelas tradicionais e vinculativas estruturas sociais), em que o indivíduo passa a separar-se do coletivo, concentrando em si as suas decisões e enaltecendo a sua liberdade e autonomia.

Para Castells (2009, p.166), o individualismo, em traços gerais, consiste no “conjunto de valores e crenças que dão prioridade à satisfação das necessidades, desejos e projetos de cada indivíduo como orientação do seu comportamento”. O indivíduo interage em sociedade de acordo com o que lhe satisfaz e rege-se pelas suas próprias motivações e interesses, tornando-se agente de si mesmo, responsável e livre quando inserido no espaço público.

Quanto ao individualismo, este surgiu como inevitável e intrínseco às sociedades contemporâneas, na medida em que deixa de existir um contrato social fixo e rígido perante determinadas instituições, há um declínio das hierarquias verticais de poder e dos próprios códigos de conduta, uma maior liberdade de expressão e de condução de comportamentos na vida pública e é entregue ao indivíduo um papel ativo na sociedade, quer isto dizer, o indivíduo assume e passa a praticar um conjunto de direitos e deveres, na vida pública, que o responsabilizam socialmente. Não obstante, ao ceder poder ao indivíduo para que se possa realizar a si próprio, impõe um sentido de responsabilidade social e ética acrescida, dada a reflexão sobre a consciência dos atos e ações, e consequentemente repercussões nos outros, e a abertura para a tolerância e cidadania. Este antagonismo aparente de comum/individual e dever/poder, referente ao relativismo moral presente na contemporaneidade, impõe ao indivíduo um conjunto de referências que se, por um lado, enfraquecem a moral coletiva, podem igualmente constituir-se fontes de responsabilidade social e solidariedade, em prol da igualdade (Babo, 2005).

Relativamente ao indivíduo na rede, mediante a perspectiva de Castells (2009) e considerando o indivíduo como apto para desenvolver relações na mesma, este é uma parte fundamental para que se concretize a própria ideia de rede, dado que cada um constitui uma componente responsável por estabelecer elos de ligação e por manter em funcionamento a rede. A rede, enquanto organismo vivo, requer interação e é sustentada por informação, e é o indivíduo, na sua total capacidade de ser social e poder comunicar, que contribui ao fomentar os nós e as conexões da mesma.

Porém, é na rede que o indivíduo se projeta e fomenta novos gostos e valores. Na articulação entre a globalização, consumismo e individualização, o indivíduo amplia na rede a sua própria sociabilidade e constrói, de um modo seletivo e a partir das suas preferências, disposições, projetos e interesses, o seu próprio mundo e referências culturais. Para Castells (2009, p. 176), “a cultura do individualismo em rede pode encontrar forma de expressão num sistema de comunicação caracterizado pela autonomia, conexão horizontal em rede, interatividade e recombinação de conteúdos desenvolvidos por iniciativa do indivíduo e nas próprias redes”. Já tendo sido apresentado como um sistema aberto, capaz de fomentar a liberdade e integrar o mais variado tipo de dados e informações, a rede abre novas raízes para uma comunicação autónoma e para a cultura da experimentação, onde a interação que

o indivíduo faz por si só e com os outros, multiplica-se e transcende para multidirecionais eixos de partilha em rede.

O indivíduo não utiliza apenas a rede, este conecta-se e fica imerso na rede, tornando-se parte desta, não podendo desligar-se totalmente, caso o pretenda. Segundo Maria Augusta Babo (2002, p.6), “O sujeito não existe, de todo em todo, senão em função das redes, às quais tem acesso e nas quais se dilui em ponto de conexão”, ou seja, o sujeito vive em função das redes e inevitavelmente insere-se nestas, deixando de se representar por si só, pela subjetividade que a rede impera e também para ser parte de um todo. Há também a dissolução de uma identidade física e corpórea, que dá lugar a uma nova constituição virtual como representação do que o indivíduo é ou pretende ser.

A pluralidade de ser estende-se para a nova realidade digital e cibernética, culminando com novas formas de expressão e múltiplos (e amplos) espaços públicos, com formas próprias e diferentes de socialização e interação. A individualização, a informação, a comunicação e o conhecimento flexibilizam-se e ganham novas extensões. As relações sociais passam a ser desterritorializadas, com regras e normas plurais e flexíveis e a funcionarem em função de interesses (Babo, 2005). Com a amplitude do espaço online e o apogeu da internet, concretizada na Sociedade em Rede, preconizada por Castells (2009), cria-se espaço para uma nova dimensão com novos costumes, gostos e estilos de vida e surgem novas formas globais de socialização, comunidades virtuais e novos espaços de discussão e troca de informação.

As redes passam a constituir-se como estruturas comunicativas de organização própria das sociedades do século XXI, que da qual criam pontes de contacto e um fluxo de comunicação entre diversos utilizadores, tempos e espaços, mas que através dos seus programas e códigos específicos conseguem com cada um faça prevalecer os seus valores e interesses na atuação com outros usuários. Para além de conectividade, sobressai na rede e no conjunto de interesses e valores que a mesma representa, o sentido de cooperação, que através de protocolos de comunicação comuns entre todos os pontos de conexão, garante a interação e partilha, sem barreiras espaciais e temporais. No entanto, as redes podem também levar à destituição ou exclusão de partes que a constituem, envolvendo indivíduos, visto que as mesmas funcionam numa lógica binária de inclusão-exclusão e a infinita distância entre

nós, que se conectam entre si, podem levar a que se exclua ou altere determinada propriedade de algum programa de comunicação (Castells, 2009).

O indivíduo, quando emerge nas redes, passa a ter acesso a um largo conjunto de possibilidades de conexões e a exercer livremente e de um modo independente as suas ações, sem prejuízos aparentes, passando, assim, a pertencer a algo que transcende a própria fisicalidade e a ultrapassar, caso pretenda, certas limitações da própria vida quotidiana (Di Felice, 2012). Apesar disto, a privacidade e a segurança dos utilizadores da rede são colocadas em causa, uma vez que são recolhidas informações, que posteriormente se transformam em dados, acerca de tudo o que é realizado na rede, seja por assegurar o funcionamento regularizado (ou até mesmo controlado), seja para fins políticos ou económicos. Esta última torna o indivíduo vulnerável, mesmo que não tenha conhecimento ou não perceba, visto que todos os caminhos que escolhe e todas ligações que realiza, por via do protocolo presente na rede, são controladas e manipuladas. Isto acontece, sobretudo, devido à secreta recolha de dados (*Dirty Data* por Hito Steyerl) realizada por grandes organizações, que criam padrões e categorias transformados em algoritmos e que, por sua vez, se transformam, em perfis errados, ultrapassando o próprio indivíduo em prol do coletivo ou de um coletivo imaginário (Steyerl, 2016).

Numa perspetiva complementar, Chun (2016, p.39) menciona que as redes “capturam relações individuais e (pré)individuais protegidas pela capa das massas. Elas descobrem conexões e fluxos – e produzem constantemente crises – ao ligar e violar o individual e o coletivo, o político e o tecnológico, o biológico e o mecanizado, o teórico e o empírico.” Assim sendo, o contraste constante que as redes causam entre opostos e o que daqui elas capturam, para além de provocar, de certa forma, ruturas, estas acabam por estabelecer outras ligações subjetivas e inerentes ao próprio usuário, ultrapassando o seu domínio, percepção ou conhecimento.

Ressaltando novamente que o indivíduo procura também seguir um determinado conjunto de ideais para a sua atuação e para satisfazer as suas necessidades e desejos, e visto que a rede se define como heterogénea, flexível e sustenta uma representação do próprio real, fragmentando algumas vezes a ideia de todo para que o individual possa subsistir, o indivíduo afeta a rede quando há uma propagação de comportamentos e ações que afetem as representações - “Os comportamentos baseados nos interesses individuais podem agregar um justo e eficiente estado global que atravessa todos os utilizadores, especialmente quando

há sinais apropriados de feedback” (Chun, 2016). No entanto, apesar de vários autores defenderem que a rede só vale como um todo e não como a articulação de várias partes, há espaço para que o indivíduo possa fazer prevalecer interesses, valores e ideais que superem o previsto, especialmente nas relações que se estabelecem, em que o “eu” prevalece e há um distanciamento do outro, seja por motivos culturais, religiosos ou sociais, como também económicos e políticos. Assim sendo, a rede constitui-se vasta demais para haver um controlo totalmente eficaz e reúne utilizadores emancipados, capazes de se expressarem livremente.

O indivíduo define as suas relações e, conseqüentemente, as dinâmicas em que se pretende envolver. Apesar da interdependência para com as redes, valoriza-se, no entanto, o “eu”, para que perdure a continuidade de relações entre diversos pontos isolados, quando submersos na rede. No entanto, a conectividade provocada pelo indivíduo e o rasto que este deixa assim que surge (ou imerge) na rede, deixa apenas de estar submersa para imersa, na vastidão de dados e relações que a compõe, de segundo a segundo.

Interpretando a rede como um fenómeno global e como um facto presente na vida de cada um, esta constitui subentendidamente uma arma de poder, influência e de controlo sobre quem a utiliza, possível por via das informações imersas na mesma rede, que se transformam em dados (subentendidos pela forma de algoritmos). Apesar de se tratar de um controlo discreto e contínuo, ou seja, facilmente compreendido e explicável pelos dados retirados, este é sustentado pelo protocolo (Galloway, 2010).

O protocolo consiste nas regras que regem as ações/interações e fazem as conexões funcionar na rede. É um aparelho que tanto auxilia a rede a assegurar que nenhuma das ações coloque em causa a sua integridade e potencialidades, como também cede novos mecanismos de controlo aos governos para verificar o modo como as coisas são realizadas dentro do mesmo aparelho. Galloway e Tracker (2004, p.9) ressaltam algumas das características e qualidades que o protocolo tem para que se organize eficientemente o aparelho: “o protocolo facilita as relações entre entidades interconectadas e autónomas; o protocolo, quanto às suas virtudes, é robusto, contingente, inalterável, flexível e heterogéneo; o objetivo do protocolo é acomodar tudo, independentemente da fonte ou o destino, e da definição e identidade originária; enquanto o protocolo é universal, é sempre

atingido através da negociação; protocolo é o sistema responsável por manter a organização e o controlo na rede.”

Todas as características referidas distinguem o protocolo de qualquer outra forma de organização social ou técnica, visto que as torna um poderoso instrumento de controlo distribuído, ou seja, é capaz de controlar as informações e as relações que se estabelecem entre os nós da rede, sem qualquer domínio rígido e visível para quem nela navega. Assim sendo, passam a ser uma tecnologia que ultrapassa o domínio institucional e governamental, e controla o fluxo, os códigos, padrões e relações presentes na rede, não constituindo, deste modo, uma disciplina ou uma forma de exercício de poder, nem na libertação anárquica de dados, mas sim na orientação dos fluxos de comunicação e informação. Galloway e Tracker (2004) realizam, ainda, uma alusão à Sociedade de Controlo preconizada por Deleuze (1990), como exemplo pelo qual o protocolo se pode expressar, sendo que a informação ocupa também o papel principal, de modo a que haja a materialização da rede.

Pode-se determinar o protocolo como estrutura robusta, heterogénea, flexível e facilitadora do funcionamento da rede, que organiza e viabiliza o seu estado e governa o modo como se desenrolam as relações, que mesmo anónimas e universais, passam a construir uma forma concreta em torno da mesma rede. Ao limitar as ações discretamente, passa a existir um controlo facilmente explicável, que circunscreve e alimenta a totalidade da rede, quer isto dizer, que o protocolo é universal e acomoda qualquer tipo de fonte, recurso, conteúdo, informação e/ou dado, sem ter em conta o destino ou origem.

Este protocolo, enquanto sistema sofisticado de controlo, é implementado de uma forma expansiva em rede, não servindo como um polo apenas do domínio institucional, governamental ou empresarial, mas como tecnologia que regula os fluxos de comunicação e interação, as relações através de códigos e a eficiência dos diretórios do espaço virtual. De acordo com Galloway e Tracker (2004, p.10), o protocolo “tem menos a haver com poder (confinamento, disciplina, normatividade) e mais com controlo (modulação, distribuição, flexibilidade)”, isto é, passam a existir formas de regulamentação ou estratégias, muitas vezes nem percebidas (visto que são colocadas em várias camadas em algoritmos e códigos), que garantem que os vários espaços e sítios que se desenvolvem em rede são “seguros” para os seus utilizadores.

O protocolo não é, assim, um aparelho que visa exercer poder, mas sim materializar um controlo distribuído em rede. Também não serve como forma de garantir a liberalização anárquica de dados, mas sim gerir e direcionar corretamente os fluxos de informação e comunicação, visto que é através da informação que o protocolo consegue controlo e efetivamente resultados de ação e implementação – A “Informação é a substância do Protocolo” (Galloway e Tracker, 2004, p.20).

No entanto, quando se insere um mecanismo como o protocolo em rede, que garante consequentemente um controlo, independentemente da sua natureza e mesmo que distribuído, há valores, princípios e lógicas individuais e universais, que mesmo tendo sido dados como garantidos neste espaço, passam a ser colocados em causa como a autonomia, respeito, liberdade, autodeterminação, princípio à vida privada e outros, que entram em conflito para que se garanta a sobrevivência na era online.

Garante-se ao indivíduo independência para se integrar numa representação do real, mas condicionada a novas formas de mapear as interações, pesquisas e percursos delineados por este na rede, quer isto dizer, apesar de na rede se revelar, teoricamente, um retrocesso nas estruturas de poder hierárquicas verticais, existe um mecanismo que flui, é dinâmico, flexível, influencia toda a rede, que explora politicamente todas as ligações e que acontece sob a armadura desenvolvida como interconectividade.

Outro aspeto a mencionar é a privacidade na rede: um indivíduo quando participa ou faz parte de uma rede, sobretudo cibernética, passa a ser um membro, participante e produtor, ficando imerso nesta (Di Felice, 2012). A privacidade do indivíduo é colocada em causa quando este se insere numa rede, na medida em que todos os seus passos e ligações são convertidos em dados e expostos. Há, também, controlo por via do protocolo, uma vez que muitos dos percursos e opções realizadas são revistos e convertidos, seja para fins informacionais, comunicacionais, económicos, políticos ou governamentais (Galloway e Tracker, 2004).

Numa tendência associada, em grande parte, ao capitalismo e aos efeitos da globalização, as redes, enquanto estruturas abertas, passaram a ser também alvo de novas oportunidades de mapeamento. Uma vez que o controlo existe e é evidente em rede, e todos os utilizadores contribuem constantemente, com todo o tipo de conteúdos, informações e dados, para a

mesma, abre-se, neste mundo de possibilidades e de multiplicidade, novos caminhos para ceder poder e ampliar as redes.

O modo como os dados são extraídos de cada elemento da rede corrompe igualmente com as lógicas da privacidade, segurança e da proteção, visto que os hábitos e atos repetidos, bem como os comportamentos revelados na rede, transformam-se em informações, algoritmos e números, pertencentes a um grande arquivo de dados (*Big Data*), que extrapolam os motivos e as razões pelas quais aconteceram – “*Big Data* desafia fundamentalmente a eficiência da causalidade porque mostra que a correlação supera a causalidade: o ‘o quê’ é mais importante do que o ‘porquê’” (Chun, 2016, p.56). A relação não causal destes dados, que derivam, deste modo, da análise dos hábitos na rede, pode gerar erros, na medida em que depende de ações coletivas e não de experiências individuais do passado, colocando, muitas vezes, os indivíduos numa posição de risco na própria rede.

Para além disto, com as novas possibilidades de ação e interação provenientes com o evento da internet, tornou-se ainda mais acessível aceder a um conjunto indeterminável de dados e também a padrões coletivos, relativos a comportamentos, movimentos e preferências de navegação nesta rede. Com as alterações dos endereços de IP e com o cruzamento em diferentes plataformas e sites de *logins* e *cookies*, cede-se novas formas de controlo e rastreamento das ações dos utilizadores. A privacidade vê-se, assim, em risco, por correlações de ferramentas e dados, que colocam barreiras instáveis de proteção à segurança e fortalecem a existência de sistemas corrosivos. Tal como Chun (2016, pp.21 e 22) refere, “Num sistema concebido para preempção das ações, torna-se impossível de saber quantas pessoas têm sido inocentemente detidas ou presas. (...) este tipo de sistema procura erradicar preventivamente tudo no ser humano para que se mantenha incerto ou virtual. (...) estes sistemas criam um falso sentido de segurança.” Assim sendo, a lógica imaginária de captura de relações em rede para a fortalecer, deixa lugar para a de rastreamento ou controlo de conexões, onde através de algoritmos e dados, e numa linha ténue de hábito e esvaziamento de identidade, cria-se novas raízes para sistemas socio-tecnológicos que passam a usar, gravar e analisar toda a atividade.

Tanto a construção de falsas informações e identificações, pela associação de padrões coletivos a partir de ações individuais, como o modo não natural ou inevitável como os dados são retirados, o indivíduo vê o seu percurso registado, dadas as políticas (que porventura maior parte não estão institucionalizadas nem são do conhecimento geral) e a prática da

memória como armazenagem aplicadas em rede. Todos estes dados passam a ser utilizados não só como forma de perceber comportamentos, para fins comerciais e económicos, mas também para entender outras dimensões capazes de traçar um perfil que não o correspondente ao utilizador. A formulação de algoritmos baseados em correlações, em que há um registo de tudo, independentemente do local, do tempo e do próprio utilizador, e em que não se tem em conta a perceção e intenção humana, faz surgir também um novo espaço para a discriminação e para desigualdade, quanto à raça, religião, escolaridade, estatuto, sexo, género e cor.

Existem, por isso, tecnologias (*software* ou código) de identificação, conhecimento, armazenamento e investigação que delimitam as rotas criadas pelo indivíduo e que estão sob a tutela de organizações e estados. Porém, estas mesmas tecnologias assentam em dois pressupostos, que segundo Castells (2001) são o conhecimento assimétrico dos códigos na rede e a capacidade de definir um espaço específico de comunicação que possa ser controlado, criando, assim, diferentes espaços em rede, que ou são de total liberdade do utilizador ou são alvo de vários filtros, estão sob vigilância e onde a ação é monitorizada. O indivíduo vê a sua privacidade a diluir-se quando deixa os seus dados a serem seguidos por tecnologias de identificação (*cookies*, senhas, autenticação em sites, etc.), a sua localização controlada por tecnologias de vigilância e a autorizar (inconscientemente) o armazenamento de informações para a construção de bancos de dados, a partir de tecnologias de investigação. A tecnologia de criptografia, mecanismo responsável pela segurança em rede (na Internet, sobretudo) e por garantir a proteção da privacidade das informações partilhadas pelo indivíduo, é também ambígua porque serve de base para tecnologias de identificação, uma vez que qualquer assinatura ou registo realizado, após ser autorizado, deixa de ser anónimo ou invisível para a rede. A rede global implica que os acessos sejam locais, e estes são mais fáceis de localizar e rastrear, sobretudo quando há instrumentos ativos de controlo da ação e filtros instalados quando se realizam os acessos, condicionando a total liberdade do indivíduo neste espaço (*ibidem*, 2001).

O indivíduo deixa-se fluir na rede: espaço em que se liga a outros indivíduos e entidades, mas que exerce controlo através de dados e da observação dos percursos realizados e idealizados pelo mesmo. O indivíduo deixa a sua pegada digital na rede, isto é, todos os gestos e interações deixam determinados rastros e marcas num arquivo e que, posteriormente,

se convertem em *metadados* (informação sobre informação). Isto passou a acontecer através de códigos e algoritmos sofisticados e cada vez mais completos, que deixaram de necessitar do humano para apurar padrões, estatísticas e números, colocando o indivíduo na condição de um utilizador de uma gigantesca máquina autónoma e que funciona à margem daquilo que o mesmo realiza.

Códigos e tecnologias circunscrevem a ação do indivíduo em rede, neutralizam o seu poder de liberdade e interação, neste mundo cibernético, para que hajam novas e fortes ferramentas para manipular e controlar conexões estabelecidas, bem como os dados inseridos. A rede é um espaço de conquista, mas de submissão. O abstrato converte-se em números e em novos códigos. A universalidade advém do local. Não obstante, a dinâmica, a rapidez e a extensão com que tudo acontece em rede é o que baralha o sistema, dito como “complexo”, e que não leva a que se atinja o controlo eficaz e total sobre o que na rede se forma, fazendo com que haja pequenas fissuras entre os nós desenvolvidos ou até mesmo outros nós e ligações, que ficam sempre por descobrir ou alcançar.

No labirinto que a rede forma, o indivíduo entra, com novos valores, comportamentos e ambições. No entanto, há interferências no modo como o indivíduo pode emergir, mesmo quando dotado de uma capacidade total de exercer a sua liberdade, num espaço que mesmo não sendo controlado completamente, possibilita veículos de controlo e protocolo, que orientam, analisam e investigam cada percurso que o indivíduo traça em rede, pondo em causa a sua privacidade e segurança. O indivíduo não vive se não em torno da rede, mas a rede alimenta-se e engrandece por aquilo que o indivíduo constrói, seja nas suas conexões seja nas informações e comunicações que nesta transmite. A ambiguidade é, deste modo, frequente quando se pretende definir rede e o papel do indivíduo na mesma, visto que tanto há uma possibilidade de movimento como também há forças de aprisionamento e controlo.

1.1.3. REDE SOCIAL

Com o evento da internet, sobretudo com o desenvolvimento da WEB 2.0, que se caracteriza por uma bifurcação da comunicação, pela partilha e ação conectiva, o modo de interagir em sociedade mudou, alterando-se comportamentos e modos de estar para uma maior interação, socialização e colaboração, por via de ferramentas e aplicações de comunicação, em rede, mediadas por uma interface. De acordo com Recuerdo (2009), as ferramentas de comunicação levaram a que “atores pudessem construir-se, interagir e

comunicar com outros atores, deixando, na rede de computadores, rastros que permitem o reconhecimento dos padrões de suas conexões” (*Ibidem*, p.24). Passamos, assim, a fazer nos representar pelas tecnologias na própria rede, a estabelecer relações e a partilhar, num espaço comum invisível (online) e permanente: informação, ideias, interesses, necessidades, conhecimentos, conteúdos, etc.

Um dos expoentes máximos dessa interconectividade social, partilhada e colaborativa em rede tomou, assim, forma com o surgimento das redes sociais. Numa janela do browser abre-se uma nova realidade, uma nova forma de socialização, que transcende qualquer barreira física e temporal entre os elementos ou atores. Esta nova forma de organização em rede levou a que os atores ou usuários pudessem redescobrir, interagir e comunicar uns com os outros, formando nós nestas redes, que fomentam consecutivamente novas formas de rastreamento e de construção de padrões e comunidades.

Uma rede social é uma configuração da própria rede, enquanto espaço virtual e cibernético. Há igualmente nós e há conexões, mas sem a possibilidade de isolamento de qualquer interveniente ou relação. Estas mesmas redes incidem sobretudo sobre a estrutura social, isto é, nas relações que se estabelecem entre indivíduos, através de uma comunicação mediada por uma interface, e dos comportamentos, informações e trocas sociais que destas advém, assim como servem como metáfora para a representação e compreensão dos diversos grupos sociais que se inserem na internet.

Ampliando o sentido da estrutura social, quando imersa no grande sistema de interligação que é a rede, a rede social une um conjunto de atores dispersos e autónomos, de modo a que se possa apurar ideias, valores e interesses comuns entre estes. Mesmo cada indivíduo tendo a sua própria função e identidade, quando se insere na rede social, é na relação que constrói com os restantes atores que se forma uma rede coesa e representativa (Tomaél, Alcará e Chiara, 2005).

Para Fialho *et al.* (2018), as redes sociais, à semelhança da noção teórica de rede, funcionam em torno da lógica da ligação constante de um conjunto de nós, que se estabelecem entre atores isolados ou não, mas num ambiente sem hierarquia e com uma dinâmica distinta e reticular – “Uma rede social é um conjunto de pessoas, grupos, organizações, etc. (atores) que se encontram ligados (nós) por relacionamentos sociais,

imbuídos, por exemplo, por lógicas de cooperação, partilha, amizade (tipo de laços) e, através destas interações, desenvolvem e dinamizam uma estrutura social com uma identidade relacional muito própria, formando um ecossistema em rede” (Fialho *et al.*, 2018, p. 20).

As relações que se estabelecem, tal como nas dinâmicas que decorrem na sociedade, advêm de características como a partilha, cooperação, conflito, competição e outros próprios da formação equilibrada de interligações constantes, mediadas por uma interface. Cada elemento, indivíduo ou membro é importante para manter o equilíbrio quanto ao funcionamento da rede social e é responsável por construir novas redes, dinâmicas e conexões. Os mesmos autores defendem, ainda, que as redes sociais são o símbolo atual de constante comunicação, que esbate diferenças e limitações culturais, e que nasce em detrimento da intencionalidade dos relacionamentos entre pessoas e grupos e nos objetivos que se traçam entre estes quando interagem (*Ibidem*, 2018).

Em sentido complementar, Fialho *et al.* (2018) apresenta as redes sociais como um sinónimo de ação coletiva, que se move por associações de mobilização social e coletiva. As redes sociais são unidades sociais e de relação que se formam tanto coletivamente, de um modo autónomo, informal e espontâneo assente no processo de socialização de indivíduos, como também através da atuação específica de grupos, organizações, instituições e movimentos que se reúnem e guiam a sua ação em torno de objetivos e causas comuns.

Recuerdo (2009), acrescenta que para se definir uma rede social é necessário ter em conta dois elementos: os atores e as suas conexões, ou seja, um conjunto de indivíduos, instituições ou grupos (o que designa de nós da rede) e a relação ou laço que se estabelece entre estes (linhas resultantes da união dos nós). Para a mesma autora, uma rede tem como objetivo “observar os padrões de conexão de um grupo social, a partir das conexões estabelecidas entre os diversos autores” (Recuerdo, 2009, p.24).

Os atores, enquanto primeiro elemento da rede social, são os nós que se formam em rede, pois é a partir destes, da sua identidade - anónima, fictícia ou correspondente à que se considera real – e das informações, conteúdos e dados que deixa que são capazes de formar relações. Os indivíduos ou usuários fazem-se representar neste espaço e envolvem-se socialmente, havendo várias ferramentas que facilitam a interação e expressão individual perante o coletivo. É apenas uma representação do ator social, porque a mediação por via de uma interface possibilita a criação de várias construções identitárias, de personalidade e do

“eu”, que podem ser diferentes, pouco concretas ou distintas consoante o espaço em que se insere. Os atores sociais podem ser identificados a partir dos seus perfis; das conexões e vínculos que estabelecem em espaços sociais e, também, através das informações que deixam e geram.

Esta multiplicidade individual e a apropriação de espaços virtuais sob a forma de perfis surgem em consequência da imposição individualista que se marca com a globalização e hegemonia das tecnologias da informação e da comunicação. Para além disto, impõe inequivocamente a necessidade do indivíduo ser visto e de ter de pertencer às estruturas do ciberespaço, para poder garantir a sua sociabilidade e integração nos grupos e comunidades; poder usufruir da sua liberdade e da sua expressão; poder construir-se em cada página que pertence e poder fazer representar diferentes aspetos da sua identidade (*ibidem*, 2009).

O ator em rede pode ser tanto uma pessoa, como uma instituição, grupo ou qualquer organismo vivo e social que interage, se configura, comunica e tem capacidade para sobreviver no dinamismo próprio da rede, que por sua vez vê-se entrelaçado por fluxos, experiências, relacionamentos e identidades. O ator renasce nestas redes globais, com uma configuração globalizada, mas vincada pelo local, que se envolve culturalmente e simbolicamente; desenvolve novos padrões de ação e comportamento; ajusta-se a novos valores e atitudes; partilha e difunde conteúdos, com intensidades e em quantidades diferentes de todos; e passa a pertencer a novos mecanismos de protesto e poder (Fialho *et al.*, 2018).

As conexões, por sua vez, são interpretadas como resultado das interações estabelecidas entre os atores sociais e, assim, dos seus vínculos sociais. As conexões tornam possível o crescimento das redes sociais e fomentam as estruturas que se formam nestas, de acordo com as trocas sociais que se realizam e, sobretudo, através dos seus principais elementos, que Recuero (2009), apresenta como interação, relações e laços sociais. É através da interação que se gera conexão entre os indivíduos e percebe-se a intenção dessas relações, e consequentemente levam a que se desenvolvam outros laços sociais.

A interação implica ações, transferências e reações entre dois ou mais elementos, num processo bilateral de comunicação, que implica reciprocidade (ou não) das intenções e também perceção das motivações que originaram a mesma interação. Assim sendo, a

interação é qualquer “ação que tem um reflexo comunicativo entre o indivíduo e os seus pares, como reflexo social. (...) A interação, pois, tem sempre um caráter social perene e diretamente relacionado ao processo comunicativo” (*Ibidem*, 2009, p.31). No ciberespaço e na comunicação mediada por um ecrã, para além de favorecer a ligação entre indivíduos, impõe outras particularidades relativamente a este fator da conexão, visto que não há uma perceção completa e imediata dos atores, há a inexistência de outros aspetos da linguagem não verbal inerentes ao processo de comunicação face-a-face, existe uma variedade de contextos de interpretação do tempo e do espaço e uma multiplicidade de ferramentas de interação e de comunicação (desde blogues, sites de redes sociais, plataformas colaborativas, etc.). Às últimas ainda se acrescentam outra diferença quanto à resposta e à temporalidade da comunicação, dado que podem levar a uma interação assíncrona, onde a resposta não é imediata e espera-se que o ator não esteja presente no exato momento em que a mensagem é enviada, e também a uma interação síncrona, em que há uma simulação da interação em tempo real e espera-se uma resposta imediata.

Primo (2003), citado por Recuerdo (2009), relativamente à comunicação através de um ecrã e à manutenção da relação entre atores na rede social, ainda aponta outra distinção quanto à interação, dividindo-a em interação mútua e interação reativa. A interação mútua, segundo o mesmo autor, caracteriza-se por relações interdependentes e processos de negociação, em que cada ator participa na construção da própria relação e afeta-se reciprocamente. Por outro lado, a interação reativa corresponde a uma interação construída por um determinado ator, e *a posteriori* por um sistema ou não (por exemplo um *link*), com um certo propósito, de modo a guiar outros de uma forma específica, limitando todos os envolvidos do processo em relações baseadas numa lógica de estímulo e resposta, isto é, a interação é construída, unidirecional e negociada.

Quanto à relação social, esta é a unidade básica de uma rede social e constitui-se a partir das interações que os atores estabelecem, quer sejam positivas ou negativas. Deste modo, o conteúdo das mensagens que os intervenientes partilham e todos os significados delas extraídos, auxiliam a definição da relação, variando consoante o contexto, espaço e tempo. Quando mediada por um computador ou outro dispositivo, a relação pode ainda sofrer alterações devido às limitações contextuais, distanciamento do conhecimento da realidade física e de personalidade dos atores e inexistência de aspetos da linguagem não verbal que auxiliem a compreensão da intenção da relação. As relações na rede social diluem-se,

nascem e evoluem constantemente, porque não há um envolvimento concreto e físico entre os atores (abrindo espaço para o anonimato) e há uma maior liberdade de ação no ciberespaço (Recuerdo, 2009).

Os laços sociais, construídos através da interação e das relações estabelecidas em rede, são a forma efetiva da conexão entre atores, desenvolvida num determinado espaço de tempo. Para Wellman (2001, p.7), citado por Recuerdo (2009), os “laços consistem em uma ou mais relações específicas, tais como proximidade, contato frequente, fluxos de informação, conflito ou suporte emocional. A interconexão destes laços canaliza recursos para localizações específicas na estrutura dos sistemas sociais. Os padrões destas relações – a estrutura da rede social – organiza os sistemas de troca, controlo, dependência, cooperação e conflito.” Para além disto, um laço social pode ser constituído por associação, isto é, quando um indivíduo se conecta a um grupo ou a uma instituição, forma um laço em rede, num sentimento de pertença ou de interesse em pertencer ao mesmo grupo, instituição ou local. Os valores destes laços dependem em fatores como intimidade, proximidade e intencionalidade em estabelecer a conexão e podem ser muito difíceis de identificar em espaços como a internet, dada a sua desterritorialização e flexibilidade.

Outro aspeto relevante das redes sociais é, de facto, que estas consistem, sobretudo, em associações voluntárias por parte dos indivíduos quando imersos nelas. Estas associações desenvolvem-se com base em fatores como a confiança e reciprocidade em rede, aquando das escolhas interpessoais, e favorecem o capital social que gere a cooperação e conexão entre indivíduos. É com base neste capital que se incutem os valores do coletivo – necessidade de se agrupar - e do individual – valorização dos interesses individuais – presentes neste tipo de redes, bem como se incute a criação e evolução de comunidades.

Tal como no estudo da teoria da rede, as redes sociais possuem características e propriedades próprias e específicas, que circunscrevem as conexões e os atores que se formam e participam, respetivamente. Recuerdo (2009), aponta as seguintes propriedades, de modo a explicitar a dinâmica da própria rede, a sua natureza e os processos a ela inerentes: o grau de conexão, a densidade, a centralidade, a centralização e a multiplexidade.

Tabela nº 1 – Propriedades das redes sociais

<i>Propriedades das Redes Sociais</i>	
<i>Propriedade</i>	<i>Definição</i>
a) Grau de Conexão	O Grau de Conexão de uma rede social reflete a quantidade de conexões que se estabelece em rede por um nó, isto é, depende das conexões recebidas e formadas por um nó. Quanto mais conexões, maior é o grau de conexão.
b) Densidade	A Densidade é a relação proporcional entre o número de conexões de um nó numa rede social relativamente ao número máximo que a estrutura suporta. É, assim, a quantidade de conexões que um nó tem que traduz a densidade da rede.
c) Centralidade	A centralidade refere-se a quão popular é um determinado nó, ou seja, o quão central, em termos de posição e relevância, é um nó na rede social. Esta é uma propriedade que também decorre do grau e da quantidade de conexões, assim como da distância e proximidade entre nós.
d) Centralização	A centralização é a propriedade que analisa a rede na sua totalidade e que analisa a centralidade de uma em relação a outras redes sociais, em termos de formação estrutural. É através da centralização que se averigua determinados agrupamentos em rede e o quão central é a estrutura da rede. Quanto maior é a proximidade e densidade das relações em rede, maior é a centralização.
e) Multiplexidade	A Multiplexidade é a propriedade que atenta sobre os diferentes tipos de relações sociais, em variedade e qualidade, que se estabelecem em rede, assim como, todas as formas e ferramentas que garantem estas mesmas conexões sociais.

Fonte: Adaptado de Recuero (2009, pp.71-90)

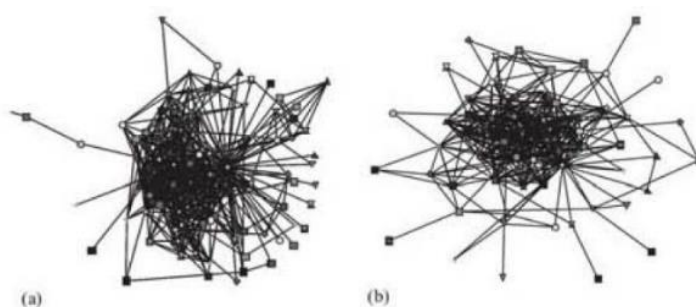
Uma rede social altera-se com o tempo e adapta-se às novas e constantes necessidades de comunicação do indivíduo. Estas alterações e dinâmicas próprias das redes sociais dependem das interações que se formam em rede e podem influenciar todo o funcionamento das suas estruturas. Uma rede social é também um sistema aberto, que faz emergir processos diferentes de agrupamento, ordem, rutura, caos e desagrupamento social. A interação e esta constante evolução depende do comportamento e do modo de participação do ator em rede, mas também por fatores que sustentam a mesma como cooperação, competição e conflito. Estes mesmos fatores são naturais, influenciam os processos sociais estabelecidos em rede,

assim como fazem surgir/perceber padrões de comunicação e interação: a cooperação, mesmo que movida por lógicas e interesses individuais ou por finalidades grupais, garante a organização em rede e as ações coletivas em rede; a competição leva à luta de valores, interesses e questões sociais, que mesmo individuais podem levar à cooperação entre indivíduos; e o conflito, que leva à rutura e à hostilidade entre os atores numa rede social (Ogburn e Nimkoff, 1975).

Relativamente às redes sociais, quando inseridas na Internet, permitiu-se que novas formas de organização social surgissem, conectando pessoas e instituições através de ferramentas e canais de comunicação digitais e online próprias. Estas têm os seus próprios usos por parte dos atores sociais, estruturas com características distintas e que, segundo Recuero (2009) podem ser categorizadas em dois tipos: Redes Emergentes e Redes de Filiação ou Associação.

As redes sociais emergentes (Figura 2) advêm da interação resultante dos atores sociais e a partir da mediação através de um dispositivo, como um computador. As conexões que se estabelecem neste tipo de redes são realizadas e desconstruídas através de trocas sociais, dependem da capacidade que o ator social tem em interagir e surgem de um modo descentralizado, concentrando um maior número de interações entre os mesmos nós. Apresentam uma dinâmica por agregação, de constante mutuação, que pode provocar frequentemente rutura na sua estrutura. Também são redes que dependem do interesse do ator em querer se relacionar em termos sociais, de confiança e reciprocidade com outros atores sociais, assim como do tempo e do investimento pessoal em interagir em rede.

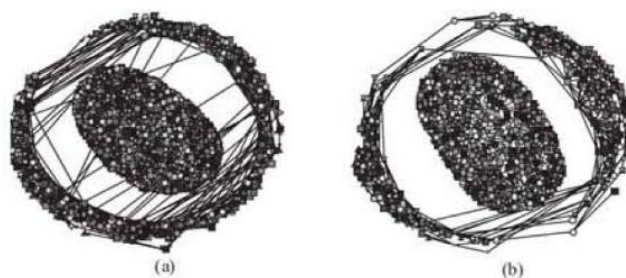
Figura nº 2 – Exemplos de redes emergentes



Fonte: Recuero (2009)

As redes sociais de filiação ou de associação (Figura 3), por sua vez, analisam um determinado conjunto de atores e os eventos a quem pertence em rede, isto é, estuda-se o modo como o ator interage e os grupos que ele participa, e conseqüentemente, se conecta. As relações estabelecidas nesta rede são realizadas de um modo reativo e através de mecanismos de associação a outros atores e grupos de interesse. No entanto, estas redes podem revelar laços estabelecidos entre atores fora das redes online ou até mesmo laços fracos por não haver qualquer tipo de ligação. Não têm qualquer tipo de implicação para os atores sociais, desenvolvem-se naturalmente e o sistema garante a manutenção das conexões de um modo automático. São redes com uma estrutura diferente, mais centralizada, com uma grande quantidade de nós, mas com uma menor densidade das conexões, visto que não se ligam efetivamente entre si, constituindo diversas redes menores. No entanto, as conexões criadas nesta rede são mais duradouras, estáveis e raramente mudam, visto que funcionam por agregação.

Figura nº 3 – Exemplos de redes de filiação ou associação



Fonte: Recuerdo (2009)

Outra configuração que as redes sociais podem tomar é a de site, que em consequência do desenvolvimento de ferramentas de comunicação mediada por uma interface ou dispositivo por parte do ator social, permite que haja uma maior apropriação e utilização na internet. Os sites de redes sociais são sistemas, dispostos na Internet, que permitem a articulação entre redes sociais; a manutenção e transcensão dos laços sociais concretizados nos espaços *offline*; a criação de personas ilustrativas do ator social, através de um perfil ou página pessoal; interação por reações e comentários; exposição pública da vida dos atores.

O foco desta tipologia de rede social é o ator social e ao que este cria, produz e replica em rede, perante os outros atores e, conseqüentemente, ao que estes partilham e criam. Ademais, caracterizam-se por servirem como suporte para a individualização e construção

do “eu” em rede, pela possibilidade de exposição pública, criação e personalização individual e ligação a listas de interação com outros atores escolhidas pelo próprio (*Ibidem*, 2009).

A possibilidade de extensão e utilização de vários sites de redes sociais em simultâneo gera-se em torno da onnipresença exigida em prol do próprio indivíduo e dos seus objetivos. A relação que pode ou não existir entre a conexão e uso de diferentes sites, que são independentes entre si, levam à criação de diversos espaços de interação e partilha, aumento de popularidade e autoridade, bem como a construção e difusão de experiências e conhecimento. O Facebook, Twitter, Instagram, Youtube, LinkedIn, Snapchat, Tiktok, WhatsApp e outros sites passam a marcar presença no quotidiano do indivíduo e a pautar o modo como se comporta, age e comunica com os outros.

Este tipo de ferramenta e aplicação online, que reveste a forma de rede social, suporta mecanismos sistemáticos e ordeiros de dados, planeados e estudados, proporcionando guias de interação e ação entre atores, quer isto dizer, é um programa de *software* social, que proporciona e cria, de um modo atrativo, intuitivo, informal e apelativo, um sítio de partilha de interesses, necessidades, experiências e objetivos, capaz de integrar e disseminar conhecimento, comunicação, colaboração e interação.

Para além do gigantesco potencial de capital social, enquanto espaço de interação preconizado na internet, os sites de redes sociais possibilitam igualmente a partilha acessível, móvel e rápida de informação e conhecimento, tornando-se num importante instrumento, para o desenvolvimento da dinâmica das próprias redes e para a sua sustentação. Os atores sociais são os principais responsáveis por esta partilha de conhecimento, que se gera em rede, e que se baseiam, sobretudo, na articulação de informações cedidas, transferidas, comunicadas e partilhadas no espaço entre atores.

A transversalidade e multiplicidade das redes sociais originam conteúdos e informações diversificadas à escala global, que atravessam ecrãs e esbatem valores, mentalidades, comportamentos e até dados, serviços e atividades. Enquanto ferramenta online e digital e detentora de um sistema de informação aberto, evolui a partir das contribuições realizadas entre atores, organizações e grupos e, também, dos conteúdos já existentes, tendo, assim, as redes sociais a capacidade para armazenar dados, traçar perfis e públicos, manipular e

converter situações, informações e experiências, facilitar a interdisciplinaridade, traçar e extrair valor das interações e transações entre atores, eternizar e automatizar conexões, e proporcionar, sem qualquer barreira temporal e espacial, a partilha de dados e conteúdos e comunicação entre atores sociais (Sebastião e Viegas, 2020).

A vasta possibilidade de dados, informações e conteúdos, que coloca o verdadeiro sentido de comunicação, o de pôr em comum e partilhar, em prática, alinha-se com a ideia de criação de um espaço comum de colaboração e interação, que se proporciona com as redes sociais. As redes sociais são, portanto, um mecanismo de associação complexo de diferentes atores sociais, de um modo democrático e igualitário, que permite a fácil e rápida disseminação de qualquer informação e que responde à grande evolução e mudança de paradigma social das últimas décadas. Reflete o novo sentido de comunidade e relacionamento, com dinâmicas e linguagem próprias, capaz de incluir (e excluir) qualquer diferença cultural e social e contrair as relações de poder, movendo ativismos e atuações de solidariedade.

1.1.4. COMPORTAMENTO NA REDE SOCIAL

Quando os indivíduos passam a estar inseridos numa lógica comum criada pela rede, enquanto sistema, estes passam a ter a oportunidade inata de interagir uns com os outros e de poder construir a sua própria identidade, provocando uma alteração na própria sociabilidade, nas relações e nos comportamentos. O indivíduo passa a interagir virtualmente, mediante uma interface, e passa a explorar novas dimensões do ser social, online, servindo como ponte de ligação e extensão para o que representa em sociedade. A capacidade de transcendência e de adaptação do indivíduo numa rede social marcam, assim, o seu comportamento e modo de ser e estar, e ampliam o seu conhecimento, capacidade de comunicação e informação.

Para Recuerdo (2009), as redes sociais modificaram a estrutura social, não só pela forma como se passou a construir relações, como também pelo modo como se passou a difundir valores, sentidos e significados. Estes mesmos sentidos e significados acabam por refletir as redes e toda a informação que derivam destas, uma vez que passam a ser disponibilizadas, difundidas e comentadas num sentido amplo de partilha ativa, específica e adaptada ao contexto e com a possibilidade de construção de grupos, em torno de objetivos e funções próprias.

A fisicalidade que a interação *offline* exigia, passa a transpor-se para uma realidade online, mediada por uma interface. Apesar de nas redes sociais existirem ferramentas de comunicação síncrona (simulação de uma interação em tempo real) e assíncrona (momento de construção da comunicação não corresponde ao momento de receção), a delimitação da linguagem não verbal e dos próprios significados, tratam a interação como uma simulação do próprio real. Os agentes envolvidos passam, assim, a estar limitados ou não às suas próprias escolhas e à sua própria identidade (*ibidem*, 2009).

Outro facto relevante, quanto à ação do indivíduo em rede social, é o de este passar a interagir num espaço comum, de partilha de informações, conteúdos, contactos e conhecimento, mas com menos restrições, normas e padrões de conduta. Abre-se uma variedade de possibilidades de comunicação e formas de reagir e interagir em rede, tornando possível a diluição de espaços fixos e regidos por uma cadeia temporal específica e rígida. Na rede social, o indivíduo deixa de estar limitado social e culturalmente, de modo a poder inserir-se numa realidade em que é possível interagir com grupos e outros indivíduos, com interesses e objetivos comuns, independentemente de níveis hierárquicos, classes, etnias, religiões, orientação sexual, etc. (Silva *et al.*, 2013). Ademais, a virtualização e desmaterialização da comunicação nas redes sociais projetaram, mesmo que de um modo constante, novos canais e novas formas de comportamento do indivíduo, podendo estar associados aos interesses e objetivos concretos de utilização e à crescente e veloz evolução das ferramentas e aplicações associadas às mesmas.

A velocidade com que a comunicação online passou a concretizar-se com os sites de redes sociais permitiu, à escala global, a transversalidade de uma linguagem, a construção de um paradigma de socialização inclusivo (quanto à acessibilidade e uso das ferramentas e aplicações) e a oportunidade de difusão de opiniões, experiências e vivências, sem qualquer tipo de filtro e através de uma dinâmica social própria (Subramanian, 2017). Vive-se, deste modo, na era da comunicação global, em que o indivíduo transformou e redesenhou a sua própria condição humana e as suas necessidades, em prol de um desconhecido espaço que lhe cede força para, sem hesitações ou constrangimentos, ser quem pretende ser, sem impedimentos ou expectativas, e poder estar sempre presente e informado, mesmo que não se faça assim entender.

A expressão de sentimentos para com os outros também ganhou uma nova configuração: os gestos, o toque e as palavras ditas no mundo *offline*, passam a reações (à distância de um mero clique), comentários e partilhas de conteúdos ou a mensagens recebidas na rede. As reações variam consoante a forma como o usuário se sente em relação a determinada ideia ou publicação, sendo possível exprimir, por *emojis* (símbolos gráficos), o facto de gostar, adorar, fazer rir, sentir-se surpreso ou com ira.

No entanto, esta transformação não provocou, de todo, o isolamento social de indivíduos entre ou para os grupos, quer isto dizer, o enfraquecimento da ligação face-a-face para o ecrã, uma vez que este acabou por potenciar a criação de novos grupos e contactos sociais, ativos, envolventes e no ambiente virtual (Castells e Cardoso, 2005). Esta comunicação mediada por uma interface virtual tornou as relações superficiais e impessoais, colocando a veracidade e a autenticidade em questão quando há interação na rede social.

Num emaranhado de relações de pontos e nós, o indivíduo, com a sua nova configuração, usuário da rede social, autenticado e representado por uma persona e uma página WEB, adapta-se. Adapta-se à regulação social através de novos modos e canais de comunicação digitais, à constante e incessante atualização dos próprios *softwares* e à desmaterialização total do espaço e do tempo de interação social. O indivíduo passa, assim, a fazer parte das redes sociais, enquanto partícula no ciberespaço, e como reconfiguração de si mesmo, ajustando-se à realidade virtual e à projeção online da sua vida, necessidades e experiência.

A continuidade de um espaço virtual torna possível estabelecer rapidamente interação e uma partilha de interesses, necessidades e objetivos, de um modo informal e atrativo, tornando as redes sociais, e a própria tecnologia, parte integrante das relações humanas e o motor de modificação da forma como se desenvolvem as mesmas. Em oposição, a própria conexão social é enfraquecida por canais online, mas propositadamente, dado que as relações precisam de ser visíveis e não experimentadas em rede: “as relações sociais não são fortalecidas pelas redes sociais como acontece face-a-face, por isso não é intenção tornar mais forte os relacionamentos – estes tendem a existir no *status quo*” (Subramanian, 2017).

Apesar da inexistência de barreiras ou limitações físicas para o estabelecimento de comunicação, a sobrelotação de informação que deriva das redes sociais circunscreve o usuário e incentiva a incessante necessidade de a consumir, independentemente da origem. O usuário sente-se, quase como involuntário, sujeito a ver, comentar, partilhar e reagir às

atualizações de e aos conteúdos que são dispostos num *feed*. Absorvido pela vastidão de possibilidades na rede social, o indivíduo passa assim a interagir, como se por uma adição, a partir de um pequeno ecrã, dando prioridade à comunicação online e digital, em detrimento da interação face-a-face. A sua identidade online surge das opções de comunicação e consumo, e facilita a interação digital com os outros usuários, mas pode interferir, no entanto, nas relações interpessoais reais, uma vez que pode gerar uma menor sensibilidade emocional para distinguir as ações entre ambos os mundos e uma relação intensa com a tecnologia e com a realidade virtual pode privar a atenção, mediação e o entendimento que exige uma conexão social (*Ibidem*, 2017).

Os sites de redes sociais vieram também a trazer outro problema, relacionado com a atuação do indivíduo: a falta de privacidade no espaço. O utilizador passou a partilhar informações pessoais e conteúdos multimédia que identificam a si e a outros que com este se relacionam socialmente. Há um preenchimento de um conjunto de dados relacionados diretamente com o indivíduo (pessoais, académicos, profissionais, etc.), quase que obrigatórios, para que o indivíduo possa se inserir neste tipo de sites e que garanta um perfil identitário semelhante ou próximo do real. A privacidade é colocada, deste modo, em causa: tudo o que se insere num site de rede social, pode ser alvo de pesquisa e utilização por outras entidades e pode colocar em causa a integridade do próprio indivíduo.

Como novo meio de projeção individual e de contínua conectividade, as redes sociais conduzem à ideia de que o relacionamento interpessoal é fragmentado pela mediação de uma interface, construída e desenvolvida para apelar à comunicação entre indivíduos virtualmente: as relações deixam de ser efetivas, refletem-se apenas num conjunto de interações, que independentemente do seu conteúdo, nascem e constroem-se através de trocas de informação e símbolos. De acordo com Recuerdo (2009), gera-se uma associação social, que reflete o modo como o usuário deste tipo de redes se comporta e se relaciona com os demais usuários, e que através de laços de interação reativa e mútua, fazem com que se estabeleça efetivamente a relação. A interação reativa, que advém de um laço associativo, está ligada ao sentido de pertença a determinado grupo social e que decorre de uma ação formal de partilha ou conexão (p.e. adicionar um amigo no Facebook, partilhar um vídeo no mural, etc.), podendo ou não ser devolvido. A interação mútua, unida a um laço dialógico, liga-se também ao sentido de pertença a determinado grupo, mas que emerge por via da

comunicação e da partilha direta de informação entre usuários (p.e. Trocar mensagens pelo *Messenger*, enviar vídeos e fotografias por *direct message*, etc.). Os laços que o indivíduo produz numa rede social podem igualmente ser classificados por fortes ou fracos, dependendo da quantidade, tempo, intensidade emocional e intimidade com que se estabelece e se concretiza as conexões. Enquanto que os laços fortes caracterizam-se por uma elevada intimidade, proximidade e intencionalidade quanto à conexão que se estabelece entre dois usuários, através de vias de interação mais amplas e diretas, os laços fracos tendem a refletir-se em relações difusas e dispersas, em que não exige demasiada proximidade, intensidade, tempo e proximidade e as trocas são mais difusas. Ao determinar a força do laço, tem-se também em consideração a reciprocidade, pois depende do valor que cada ator atribui à conexão e ao sentido da troca de informações e interações (podendo não ser igualitária).

As redes sociais passaram a ser sinónimo de comunicação e, também, de visibilidade. Para que haja inclusão no espaço preconizado pelas redes é necessário ser visto e expor-se, principalmente a nível pessoal, independentemente se corresponde ou não à verdade do indivíduo. Assim sendo, para que haja uma conexão e interação torna-se necessário a representatividade. Para além disto, as redes incrementam a participação dos usuários. Os conteúdos partilhados e criados passam a ser reinventados, divulgados, guardados, partilhados e comentados, seja pela negativa ou pela positiva. As redes possibilitam, portanto, a troca entre atores, grupos, instituições e comunidades, tendo sempre em conta os interesses, afinidades, crenças e valores pessoais de cada utilizador (Castells e Cardoso, 2005).

A oportunidade de se fazer pertencer a um determinado local, instituição e grupo é outra das características da associação e interação que o usuário realiza na rede social. As relações sociais podem-se estabelecer através da interação direta ou indireta entre vários atores sociais, num determinado contexto e em torno de uma ideia ou objeto. Para Castells (2003), a inovação tecnológica gerou novas fontes culturais na internet, bem como novas formas de organização social. Uma comunidade virtual reflete novos valores, comportamentos, padrões e normas sociais, em que há uma comunicação livre e horizontal, sem restrições ou burocracias, e uma autonomia na sua constituição, podendo qualquer usuário encontrar a sua designação na rede, criar e partilhar a sua informação e se associar com outros usuários, satisfazendo, em grupo, um conjunto de necessidades e interesses em comum. Esta

flexibilidade de ação coletiva e de organização autónoma na rede, pode, no entanto, gerar movimentos sociais, grupos de todo o tipo, inclusivo com ideologias extremistas e ou de disseminação de ódio/violência contra determinados grupos sociais.

Acrescenta-se, também, o facto de se permitir a construção de falsas identidades ou o anonimato em redes sociais. A mediação das interações através de uma interface traz diferenças na forma como se constroem e estabelecem as relações, visto que há um distanciamento entre os sujeitos envolvidos. Este distanciamento físico pode gerar anonimato, uma vez que a relação entre o corpo físico e a personalidade dos atores não são dadas a conhecer de imediato e não há pistas da linguagem não verbal que orientem e guiem a ação e interação na rede, facilitando o início ou término das relações. Recuerdo (2009, p.37) refere ainda que “barreiras como a sexualidade, cor, limitações físicas e outras não são imediatamente dadas a conhecer, proporcionando uma maior liberdade aos atores envolvidos na relação, que podem reconstruir-se no ciberespaço.” Este fator pode levar à falta de autenticidade e credibilidade da identidade dos atores sociais na rede social, reportando-se em vulnerabilidade e desconfiança daqueles que estabelecem qualquer tipo de laço com os anónimos, como também pode levar à disseminação de ódio e da violência por parte destes mesmos usuários em relação a determinados assuntos, indivíduos e grupos. Esta disseminação, realizada sobretudo sob a forma de discursos preconceituosos, hostis e violentos, é influenciada pela intolerância individual e pessoal sobre algo ou realiza-se como forma de protesto a causas políticas, económicas, sociais, ambientais, etc.

1.2. FACEBOOK: SOCIALIZAÇÃO E REALIDADE

Com o evento da Internet e, posteriormente, da WEB 2.0, o indivíduo passou a comunicar de um modo mais interativo e a partir de novas plataformas e dispositivos. O mesmo, inserido num dos maiores sistemas de informação e comunicação, em rede e a nível global, passa a marcar presença online e a interagir mediante uma interface. A WEB 2.0 é definida e introduzida por O'Reilly (2005), citado por Carrera (2012), como um conjunto de ferramentas e websites colaborativos e de participação conjunta, em que se dá uma partilha e uma produção conjunta e constante de informação. Carrera (2012) adiciona a ideia de que com esta WEB se procede a uma alteração no papel do utilizador online, deixando este de

estar submisso e passivo aos conteúdos existentes, para ser ativo e coprodutor deste múltiplo ecossistema.

Blogues, Plataformas colaborativas e Redes Sociais são alguns dos exemplos que marcaram a comunicação digital na entrada do século XXI, preconizando, na íntegra, a Era da comunicação, em que o internauta (indivíduo que navega na Internet) torna-se um produtor, consumidor, coprodutor e utilizador em simultâneo e há uma democratização extensiva de todos os conteúdos, opções e informações disponibilizadas na WEB. Esta rápida adesão e aceitação das novas ferramentas, e consequentemente, o seu sucesso deve-se, em parte, à necessidade, desejo e ambição do indivíduo socializar e partilhar as suas próprias experiências.

As redes sociais, tal como se demonstrou anteriormente, são “redes de comunicação e interação que envolvem uma linguagem simbólica, limites culturais e relações de poder”, com novos padrões de estabelecimento de relações, de conhecer, pensar, exprimir pensamentos e opiniões socialmente. Estas redes, desenvolvidas em detrimento do processo de globalização, passam a ser globais (de acesso e ligação a todos), mas com identidades locais, ganhando potência, atualmente, através de redes sociais, que enquanto plataformas digitais, permitem a interação online (Fialho *et al.*, 2018, p.23).

A partir destes suportes de interação online, as redes sociais desenvolvem-se, criando inúmeros laços e fluxos de comunicação, entre amigos, conhecidos, desconhecidos, familiares, vizinhança, etc. Com vínculo ou não, criam-se relações, que independentemente da sua lógica, permanecem e estão sempre em constante mutuação, na teia de interações que se estabelece nas plataformas digitais de interação, tornando-se numa nova dimensão da estrutura social: complexa, única e dinâmica. O indivíduo ou utilizador destas plataformas vê-se livre para fomentar ou realizar qualquer tipo de ligação com outro(s), uma vez que as mesmas induzem à comunicação e à interação, de um modo natural e espontâneo, sem filtro e limitações quanto à linguagem com que se apresentam.

Esta extensão acessível e mobilizada a que o indivíduo passa a inserir-se, que se converte e realiza a capacidade que estes têm, enquanto atores sociais, pessoas, grupos ou instituições de se relacionarem, através de dispositivos eletrónicos, conectados a uma rede ou tecnologia móvel, possibilita o dinamismo e a frequência das conexões que estabelecem, bem como a multidireccionalidade das mesmas.

O indivíduo também vê as suas possibilidades de intervenção alargadas nestas plataformas de redes sociais digitais, uma vez que pode promover livremente *posts* de diferentes índoles e cunhos, que fazem representar os seus valores, crenças e atitudes enquanto ator social da rede, bem como, “curtir, comentar, repostar, seguir e/ou participar em grupos de discussão específicos, sejam abertos ou fechados (...)” (Fialho *et al.*, 2018, p.101). Todas estas ações, representadas maioritariamente na sua conta pessoal da plataforma digital, servem como ponte de verificação, tanto da atividade e participação, assim como da sua identidade na rede social.

Factualmente, as redes sociais digitais têm vindo a alterar o modo como o indivíduo se comporta e interage em sociedade, sendo que há cada vez mais utilizadores e adeptos destas plataformas digitais, com mais tempo de navegação e interação a partir das mesmas. Este assume igualmente o papel de consumidor e produtor nestas redes sociais digitais e desafia constantemente os processos desenvolvidos: assume o controlo da comunicação e é cada vez mais um elemento participativo. “A nível global, o Facebook tem 1650 milhões de utilizadores ativos mensais, o Instagram cerca de 500 milhões, o Twitter 320 milhões, o Snapchat 200 milhões e o LinkedIn 433 milhões (...)” (Marques, p.19, 2017).

1.2.1. FACEBOOK

Designado como cidadão global e da era digital, o indivíduo passa a ter à sua mercê um conjunto de possibilidades de comunicação e interação em rede (sobretudo na Internet), que o conduzem a novas relações e à partilha incessante de informação e dados, tornando-se tudo instantâneo, em que os interesses e conhecimentos individuais são embebidos pela tecnologia. Um conjunto de aplicações online abertas a todos os utilizadores da WEB assolam o isolamento e quaisquer barreiras geográficas, tornando o indivíduo um utilizador, que manipula, controla e interage com outros, como se num processo social e de partilha de conhecimento e ideias de um modo informal, e que passa a integrar numa comunidade, autorregulada pela própria informação.

De acordo com Carrera (2018), as redes sociais digitais são a nova (e atual) forma que o indivíduo tem de comunicar e se conectar com outros (independentemente do lugar ou do tempo), para se apresentar, sob a forma de um perfil, para construir a sua rede de contactos e trocar todo o tipo de conteúdos em diferentes formatos.

Os sites de redes sociais visam sobretudo criar e gerir relações e ceder um conjunto de possibilidades que permitem a interação online. As ferramentas, mecanismos e aplicações cedidas nestes mesmos sites visam orientar a ação do utilizador na rede e possibilitar a pesquisa de outros utilizadores com interesses em comum, trocar ligações e outras informações e partilhar mensagens, bem como criar um perfil público ou semipúblico dentro de um sistema limitado, articular uma lista de outros utilizadores a quem estão ligados e ver as listas de contactos (Fialho *et al.*, 2018).

Um dos exemplos de site de rede social digital que concretiza, em grande parte, o processo de interação e comunicação digital em rede é o Facebook. O Facebook, fundado em 2004 por Mark Zuckerberg, Eduardo Saverin, Dustin Moskovitz e Chris Hughes, mesmo tendo sido concretizado com o objetivo específico de ser uma rede de contactos e partilha apenas para os estudantes da universidade americana de Harvard e destinado à socialização dos mesmos membros da comunidade, tornou-se pública em 2006 e é, atualmente, um dos sites de redes sociais mais utilizados à escala global e que tem como principal objetivo aproximar e conectar pessoas, independentemente da sua localização, idade, profissão ou género. Esta rede, que possibilita o desenvolvimento de um perfil, a todas as pessoas maiores de 13 anos, e a constante conexão com outros utilizadores da mesma, conta, em média, com mais de 2 mil milhões de utilizadores ativos e visa ceder aos diferentes utilizadores “o poder de partilhar experiências e tornar o mundo mais aberto e conectado” (Peixoto, 2017, p.23).

Tal como outros sites de redes sociais, o Facebook visa criar um espaço de apresentação individual, que a partir deste permite a interação com outros (mantendo e ampliando muitos dos contactos), assim como disponibilizar funcionalidades de partilha de conteúdos. Carrera (2018, p.207) refere que sites de redes sociais, como a em estudo, incluem “comunidades de pessoas que partilham interesses e atividades ou que estão interessadas em explorar os interesses e atividades de outros, através da colocação de conteúdos em texto ou em formato multimédia” e “baseiam-se em perfis, também estes baseados em conteúdos de texto e multimédia, em comentários e contributos multimédia de outros membros e, adicionalmente, em listas públicas de amigos interconectados.” Em traços gerais e de acordo com o mesmo autor, o utilizador pode, através do Facebook, realizar as seguintes operações:

- Criação de um perfil online, contendo informações de natureza pessoal e profissional;

- Atualização da informação no perfil;
- Criação de redes de amigos;
- Partilha de álbuns de fotografias e vídeos;
- Informação do que se está a fazer em tempo real;
- Organização de eventos, assim como promoção de produtos e serviços;
- Utilização de aplicações para uma maior interação entre utilizadores, como por exemplo inquéritos, testes ou jogos;
- Extensão virtual da personalidade individual do utilizador;
- Criação de comunidades e grupos virtuais em torno de interesses e objetivos em comum.

Para Magalhães (2016, p.28), o “Facebook é uma rede social que permite aos utilizadores explorar, conhecer, e até mesmo expressar ideias ou revoltas publicamente (...)”, que reúne um conjunto de especificidades e mecanismos internos que permitem a criação e divulgação de uma identidade individual; a comunicação, exposição e conexão para com outros utilizadores e ampliar a rede de contactos e de relações. Através da criação de um perfil, por via de um registo com dados pessoais, os utilizadores podem usufruir de um conjunto de ferramentas para criar e divulgar conteúdo sob a forma de publicações, adicionar outros utilizadores à sua sub-rede pessoal (através de um *hyperlink* para integrar na lista de “amigos”), criar perfis e páginas, trocar mensagens privadas e públicas, receber notificações, vender produtos, criar eventos, ligar-se a grupos, tornar-se fã de páginas de personalidades, marcas ou organizações e outras possibilidades.

Esta foi desenhada para que todos os indivíduos pudessem ter uma voz e serem escutados, mesmo quando para contrariar os direitos dos outros; conectar, unir e criar uma comunidade; servir todos com tecnologia acessível; proteger as pessoas e a sua privacidade; e promover oportunidades económicas (Facebook, 2016) ¹. No entanto, há uma diluição,

¹ Informação retirada do site oficial do Facebook: <https://about.facebook.com/> (Acedido a 30 de junho de 2021).

através de todas as funcionalidades presentes nesta rede, de barreiras de comunicação ligadas diretamente ao tempo e espaço, uma vez que há a diminuição da distância entre utilizadores; há uma constante atualização da informação quanto à atividade global; e permite que se crie uma identidade individual, que pode ou não corresponder à realidade pessoal, mas que favorece a partilha e expressão de conhecimentos, padrões, comportamentos, experiências e informações com que cada utilizador se identifique.

O Facebook, para além de aproximar pessoas, instituições ou grupos sociais, possibilita a ligação, partilha, debate, bem como a criação e divulgação de conteúdos diversos, sejam estes em formato de texto, imagem, *GIF*, vídeo e *links*. A conexão entre utilizadores ou a representação de laços sociais, a rede trata-a como amizade virtual, seja para novas como para as existentes no mundo *offline*, permitindo, assim, que se construa um espaço social, com diferentes atores sociais e que se gere práticas quotidianas que representam os seus usos.

Enquanto rede social horizontal, o Facebook cria um ambiente virtual que possibilita a comunicação e interação constante, assim como a partilha ativa de informação, levando a novos veículos de socialização e à formação de várias comunidades virtuais, que se unem em torno de interesses, valores e conhecimentos comuns. Esta é utilizada igualmente como forma de expressão de ideias e temáticas sobre as mais diversas questões sociais, uma vez que não ficam sujeitas à desvalorização ou depreciação direta, e facilitam a aproximação social (Magalhães, 2016).

Não obstante, apesar de proporcionar todos estes aspetos positivos de interação e integração de indivíduos na rede social, a mesma cede, no sentido oposto, espaço para o agravamento de problemas sociais (Bullying, Homofobia, Racismo, Xenofobia, etc.) e de socialização, dada a elevada exposição e divulgação de dados e conteúdos pessoais, assim como a discussão, defesa e partilha de opiniões, crenças, valores e ideais, sem imposição de qualquer tipo de filtro (Souza, Moreira, Cabral e Sousa, 2018).

Quanto à interatividade do próprio Facebook, esta materializa-se através de comentários, reações (gosto; adoro; surpresa; riso; tristeza e ira), partilhas e envio de mensagem privadas aos conteúdos desenvolvidos e partilhados na mesma rede (Gonçalves, 2010). O poder de criar e divulgar perfis, adicionar usuários como “amigos”, colocar e partilhar publicações sob diferentes formas e temas, acesso a um conjunto indeterminável de símbolos associados, receber notificações dos percursos individuais e dos outros utilizadores, também conduzem

à ideia de uma nova socialização, que através de uma interface, perceptível por um dispositivo, ganha poder e dilui-se em vontades e comportamentos individuais para com um gigantesco coletivo.

De acordo com Dantas e Neto (2015), a rede social em questão atualiza-se constantemente, relativamente às suas funcionalidades, e amplia-se porque tem sempre em conta a participação/utilização dos usuários. Para além de garantir a partilha de conteúdos pessoais ou informativos online, o Facebook tornou-se “num ambiente complexo onde se torna possível observar uma grande variedade de dados referentes à formação de identidade e trocas de conteúdos com os quais os sujeitos se identifiquem” (Dantas e Neto, 2015, p.29).

É na identidade que o indivíduo se constrói e desenvolve nesta rede, visto que através da perceção da mesma é possível também a interação e a relação com os outros utilizadores. É por via de um perfil, associado a uma conta de cariz pessoal, que o indivíduo expõe todos os dados necessários acerca de si próprio para que outros o possam reconhecer ou para que haja algo pertinente que assegure a conexão entre perfis. Ademais, é a partir deste perfil identitário criado na rede que o utilizador promove a sua atividade na mesma, construindo *posts* estéticos ou de opinião, sobre as mais diversas áreas de interesse e assentando sobre crenças e valores próprios. “Quase todo e qualquer estímulo é fator motivador para que o utilizador se manifeste na rede. Esta participação, seja um “like”, um comentário ou uma partilha, é uma manifestação expressiva para a representação da sua identidade” (Fialho *et al.*, 2018, p.101 e 102).

Em oposição, Fialho *et al.* (2018, p. 103) também afirma que o indivíduo faz-se representar através de uma espécie de retalhos de identidades na rede social, sendo que aquilo que o mesmo diz ser, constrói-se através da interação com os outros em rede, podendo ser criados, reformulados, adaptados e direcionadas de acordo com o que publica, partilha e regista. Assim sendo, a determinação do que é bom ou mau, adequado ou inapropriado e chato ou divertido, assim como o seu próprio “retrato”, só é possível através do modo como o indivíduo utiliza a rede.

Com uma linguagem e terminologia próprias, que num panorama geral interrompe com muitas das limitações que desfavorecem a comunicação global, o Facebook abre portas para a maior parte das culturas, línguas, géneros e faixas etárias, reunindo na sua base de dados e

código um conjunto indeterminável de opções que favorecem a interação entre usuários. A sociabilidade presente, possível através da identificação geral e perceptível de todos os elementos participantes no processo de comunicação, vincula a modelação e expansão desta mesma rede.

Esta rede social digital, para além de fazer representar online os seus utilizadores, marca efetivamente a forma como se passou a comunicar, refletindo-se em novos hábitos de escrita e contacto, interação com os outros e percepção de si próprio, podendo adequar-se ou alterar-se livremente, sem qualquer constrangimento. A possibilidade de ter acesso a ferramentas síncronas e assíncronas (*Messenger*), criar e partilhar vídeos em direto e divulgar e criar eventos online são outras das possibilidades entregues ao utilizador da rede.

Resultando num espaço de constante conectividade, o Facebook, enquanto rede social e com nome associado a uma das maiores empresas globais da atualidade, visa abranger todos num único espaço, em que a diversidade e a inclusão marcam a sua cultura. Com a criação e ampliação desta rede social digital, permitiu-se ceder aos indivíduos uma voz ativa online, onde todos podem partilhar, comunicar e ser ouvidos, independentemente do seu intuito ou posterior *feedback*; criar e aumentar comunidades, em torno de gostos, interesses, valores, preocupações ou necessidades em comum; desenvolver um espaço de interação constante, sem qualquer barreira de temporal; criar igualdade de acesso à informação e mediatização global, de forma gratuita; construir e sustentar relações entre pessoas; e também, promover oportunidades de negócio.

Como ampliação da esfera *offline* e tendo em vista a autorrepresentação, dá-se em simultâneo o reforço dos laços sociais pré-estabelecidos ou desenvolvidos na rede, mantendo o capital social em rede, independentemente da intensidade das relações e interações estabelecidas, e a prevalência dos interesses e motivações individuais, que conduzem os percursos delineados pelo utilizador em rede, originam novas possibilidades e comportamentos, e servem como base para todas as suas conexões. A existência do indivíduo no Facebook pode ser condicionada, não obstante, pela aprovação e validação, e em forma de *feedback* e por parte dos outros utilizadores, quanto à sua interação, credibilidade, participação e informação partilhada ou criada.

O Facebook serve como ponte de ligação entre usuários e de constante atualização pessoal, resultante do *status update*, incluindo a partilha de informação, fotografias, vídeos,

links e localizações; e veio a facilitar a comunicação via internet, com uma otimização constante dos padrões de qualidade quanto a imagem, som, vídeo e recursos linguísticos, de forma a aproximarem-se da realidade. A integração da videochamada móvel e de serviços de *instant messaging* permitiram também um maior envolvimento dos utilizadores com a rede, diminuindo distâncias e possibilitando novos modos de extensão individual.

Num outro prisma, o Facebook apresenta também problemas quanto à monitorização e rentabilização dos dados pessoais, uma vez que qualquer utilizador pode não estar a utilizar a sua verdadeira identidade ou assumir o anonimato, assim como muitos dos dados pessoais e de interação poderem ser rastreados e utilizados para fins comerciais, políticos, económicos e organizacionais – por libertação por parte da empresa (Abdulahi *et al.*, 2014). Tal como o próprio Facebook revela na sua política de utilização de dados, este armazena diversos tipos de informações pessoais (registo, partilha do utilizador, informações de outros utilizadores sobre o utilizador em questão e informações não voluntárias), assim como guarda todos os registos de atualizações, fotos, comentários, interações, localização GPS, endereço IP e outras ações do utilizador no seu próprio sistema e base de dados, de modo a poder, mesmo com a apresentação de garantias de privacidade, fornecer funcionalidades e serviços de localização e mediar/incentivar a anúncios publicitados (Francisco, 2012).

Para Abdulahi *et al.* (2014), a privacidade é atualmente um dos grandes problemas para as redes sociais, em especial caso para o Facebook, visto que grande parte dos dados são coletados e transferidos para agências governamentais, serviços de motores de busca, sistemas de redes sociais, *networking*, hospitais, instituições financeiras, marketing, e outras organizações. A isto acrescenta-se os problemas de roubo de identidade, fraudes financeiros e vandalismo pelo excesso de dados públicos e em sistemas abertos, não havendo assim um total controlo dos riscos possíveis e barreiras que assegurem na totalidade a segurança e a privacidade dos seus utilizadores.

Ademais, o sistema permite que qualquer comentário, publicação ou reação considerada negativa, abusiva e intolerante seja restrita, apagada ou denunciada, e seja enviado um relatório para a empresa avaliar a situação, sendo a última a decidir se mantém ou não o conteúdo partilhado ou comentados. No entanto, todos estes ficam registados na sua base de dados, independentemente de terem ou não sido apagados para os utilizadores e nas páginas (interface).

Factualmente, o Facebook é a maior rede social a nível mundial e apresenta, de acordo com dados estudados por Carrera (2018), os seguintes números:

- 2 mil milhões de utilizadores ativos, dos quais mais de 5 milhões estão em Portugal;
- 65% dos utilizadores acedem periodicamente ao Facebook;
- 155 é o número médio de contactos, por cada utilizador;
- 10 milhões de sites têm um botão de *Like* ou *Share*;
- 4 milhões de *Likes* por minuto em média;
- 300 milhões de fotografias são carregadas por dia;
- 20 minutos é o tempo médio por visita ao Facebook;
- 101 idiomas estão disponíveis;
- Mais de 85% dos utilizadores são de fora dos EUA;
- 92% são utilizadores através de dispositivos móveis;
- Dos 25 aos 34 anos é o maior grupo etário com 29,7% dos utilizadores;
- 5 novos perfis são criados a cada segundo;
- A cada 60 segundos são feitos 510 mil comentários, 293 mil *status updates* e 136 mil fotos são carregadas.

1.2.2. INTERFACE E DESIGN DO FACEBOOK

As redes sociais digitais, para além de constituírem relevantes ferramentas de comunicação e interação, têm também a sua própria arquitetura, capaz de atrair os utilizadores e dotá-los de todos os elementos necessários para usufruir das funcionalidades presentes na rede. A estrutura de uma rede social pode ser analisada, tanto pela interface gráfica, bem como pelo *design* da informação e da própria interação.

A interface, uma das mais importantes componentes de uma rede, cede aos utilizadores os elementos necessários para a navegação e utilização das funcionalidades e serviços dispostos na mesma, bem como para a interação e conexão com os restantes usuários. No

entanto, de modo a melhor compreender o impacto das interfaces na interpretação do ser humano diante destas, importa definir a relação Homem-Computador (HCI – *Human Computer Interaction*).

A simbiose do homem e computador, e posteriormente ao que na rede existe, concretiza-se, para muitos autores, através de um processo de Interação Homem-Máquina. Enquanto disciplina, implica uma análise ao modo como o ser humano se relaciona com os sistemas computacionais interativos e do que resulta desta ligação. Através de novos objetivos, processos, matrizes e modelos, esta área visa otimizar os processos de utilização da interface, quer na pesquisa de informação e no uso das ferramentas de comunicação disponíveis, quer na respetiva interação do homem com a interface (Magalhães, Santos e Neto, 2010).

Aferindo mais especificamente as características das interfaces, estas não englobam somente o desenho das funcionalidades para que determinadas tarefas sejam cumpridas, mas implicam a habilitação do utilizador, para que aproveite e explore todas as potencialidades existentes. Assim sendo, o sistema deve ser fácil, claro, consistente, familiar, responsivo, atrativo, flexível e eficiente, quanto à estética, usabilidade e interatividade (*ibidem*, 2010).

A comunicação mediada por dispositivos, e consequentemente por interfaces, é infinita, visto que há tecnologias a serem desenvolvidas todos os dias e permite a participação em discussões através de *chats*, a criação de grupos e de comunidades virtuais, envio de mensagens a partir dos serviços de *instant messaging* e criação de redes de contactos. No entanto, a discussão e apresentação de ideias podem ser interferidas pela falta de elementos da comunicação face-a-face verbal ou não verbal, assim como possibilitar a construção de falsas identidades, estados e interpretações, através de “*personas*” virtuais.

Quanto às redes sociais, mais concretamente do Facebook, para além de se ter em conta todos os aspetos referidos anteriormente, este realça a criação de perfis individualizados; relacionamento entre perfis; facilidade de partilha de informação e de navegação; estratégias comerciais ou de publicidade; apresentação de conteúdos sob a forma de imagem, texto, vídeo, *links*, etc.

Numa perspetiva complementar, Santos (2013), defende que as redes sociais, preconizadas, por este, como *Societal Interfaces*, devem conter “uma interface mais humanizada, na qual as pessoas se percebam cada menos em contato com o computador e

cada vez mais em contato com outros usuários em rede”, isto é, a interface das redes sociais deve transpor a própria realidade e proporcionar experiências e sensações as mais naturais possíveis (Santos, 2013, p.157).

Relativamente ao próprio desenho da interface de uma rede social, é importante referir a influência que tem na experiência total do utilizador e qual a base para a sua construção. Para tal, é necessário introduzir os conceitos de *design* de interação e de *design* da informação, de modo a clarificar ambos e os relacionar com os padrões existentes nas redes sociais, especialmente no Facebook.

O *design* de interação, quando aplicado à realidade das redes, implica colocar o usuário como principal objeto a satisfazer e realizar produtos ou serviços interativos, que sejam de fácil acesso e aprendizagem, eficazes na utilização e que concretizem todas as experiências, sensações e relações desejadas. Por isso, é relevante ter informações concretas sobre os próprios utilizadores e do modo e circunstâncias em que irão utilizar tais produtos.

Por outro lado, o *design* deve facilitar igualmente a interatividade e os relacionamentos entre os utilizadores das redes sociais, de modo natural, sem que haja interrupções. Santos (2013) refere que o “*design* é tido como parte importante para visualizar as relações humanas por meio de uma interface que as tornem o mais naturais possível. (...) A experiência com uma rede social deve ser a melhor possível, para que ela transmita as sensações de eficiência e satisfação”. O autor ainda acrescenta que o *design* tem de garantir “que uma rede social seja eficiente quanto à usabilidade (relação com a máquina) e humana na interação (conexão pessoa/pessoa)” (*Ibidem*, 2013, p.156 e 157).

Para além do fator social inerente a este tipo de rede, o *design* deve proporcionar uma estrutura em que o utilizador se sinta em liberdade e com controlo sobre as suas ações na rede. Para tal, e como já foi referido anteriormente, a fusão da eficiência com a usabilidade é fundamental para que o usuário sinta que o sistema permite-lhe aceder, eliminar e refazer tudo com facilidade.

De acordo com Santos (2013), “o *design* aliado à usabilidade garante projetos mais eficazes, cujo resultado é um ambiente agradável e propenso à interação e à colaboração” (Santos, 2013, p.161). Partindo deste pressuposto, o *design* constitui uma condição imprescindível na construção de sites desta natureza, não só por atrair mais utilizadores e potenciar relações entre estes, como também permite que sejam mais atrativos e organizados.

A estética dos sites de redes sociais acaba também por ter impacto, na medida em que neste tipo de sistemas deve-se privilegiar o minimalismo e a simplicidade, tanto das informações como da estrutura, isto para que o utilizador encontre e aproveite todas as funcionalidades com o máximo de clareza possível.

No caso do Facebook, é possível verificar a maior parte destas características relativas ao *design* de interação, sobretudo no facto de o usuário conter grande parte do controlo das suas ações, quando inserido nesta mesma rede e de sentir capaz, pelas ferramentas dispostas, para realizar e partilhar conteúdos e tarefas. Para além disto, o Facebook aposta num *layout* com um *design* simples e interativo, sobressaindo os símbolos gráficos (como da opção “gosto”, “comentar” e “partilhar”) e as cores utilizadas no site (branco, cinza e azul), que permitem uma mais fácil compreensão e utilização.

Mesmo sendo alvo de várias atualizações e alterações no *layout* das páginas e perfis do Facebook, destaca-se a simplificação e melhoramento de todos os elementos presentes, de modo a facilitar o acesso e visualização das informações, ferramentas e aplicações.

Todos os produtos apresentados, no entanto, na rede correspondem a algo da vida real e são de fácil identificação, melhorando, assim, a interpretação e interação com o próprio sistema e eliminando quaisquer barreiras entre os utilizadores.

Apesar de estar relacionado com o termo anterior, importa ainda apresentar o *design* da informação e ligá-lo à rede social Facebook. Esta ligação tem de ser realizada uma vez que a informação tem de estar disposta a todos os usuários, de uma forma acessível, atual, credível e o mais natural possível. No entanto, com o *design* de informação visa-se também hierarquizar, priorizar e organizar todos os conteúdos, em termos visuais (Pratear, Silva, Triska e Schulenburg, 2012).

Para além desta organização na interface, a linguagem da informação exposta deve refletir os padrões do mundo real, ou seja, deve conter termos, palavras, expressões, conceitos e frases utilizadas no dia a dia, evitando-se assim termos técnicos referentes ao próprio *software*.

Seja nas mensagens, nas opções de seleção e interação, no *feedback* constante ou nos ícones associados a cada ação, o Facebook é “eficiente por dar respostas breves e, por meio

da sua arquitetura de informação, direcionar as informações da forma mais linear e esclarecedora” (Santos, 2013, p.158).

A cada ação ou ícone presente na rede social, há uma palavra comum associada e com o seu próprio significado, como por exemplo as opções “gostar”, “comentar” e “partilhar”. Isto acontece de modo a que cada utilizador possa interpretar corretamente cada funcionalidade e consiga desencadear todas as suas ações espontaneamente. Nos próprios perfis de cada utilizador, página ou grupo, há a necessidade de preenchimento de campos textuais, para que haja um reconhecimento do perfil e das suas características (Pratear, Silva, Triska e Schulenburg, 2012).

No entanto, Grosser (2011) refere que o individualismo criado nas redes sociais, ao ser possível através da criação de perfis para cada usuário que os represente ou não, facilita o anonimato e a propagação de discursos, ações e ideias controversas. Apesar de o *design* do Facebook estar desenhado ideologicamente para que haja transparência na criação dos perfis, quanto à veracidade das informações pessoais colocadas, não há controlo suficiente para que não aconteça.

Para além disto, mesmo havendo uma alternativa em que o utilizador pode personalizar a sua opção quanto ao seu género no seu perfil, as únicas opções identificadas diretamente pelo sistema e base de dados são “masculino” ou “feminino”. Estas excluem, à partida, todo um conjunto de representações e identificações possíveis quanto ao género, criando um sistema de dados e de codificação binário, que apenas identifica e armazena as duas opções anteriormente referidas (*Ibidem*, 2011).

De acordo com Pereira (2015), o “Facebook limitava inicialmente a escolha em masculino ou feminino. Em 2014, 56 novas opções de género foram incluídas e, em 2015, foi adicionado um campo de texto aberto para o género e a possibilidade de escolher o pronome de tratamento. Porém, como Bivens aponta, num nível de banco de dados e codificação, o sistema ainda armazena as informações de modo simplificado” (Pereira, 2015, p.2).

A limitação transcende também à forma como a própria interface foi construída. A personalização fica reduzida às fotografias e aos vídeos, que se coloca no espaço pré-configurado da página de perfil. Há um sentido de homogeneização predominante no *design* da rede social, que não permite variações quanto ao seu formato, dimensões e tipologia. Isto

interfere na noção de diferença e de aceitação, visto que todos os que se sentem diferentes (por diferentes razões) ficam confinados a um espaço homogêneo, sem margem de alteração e adaptação à sua própria personalidade (Grosser, 2011).

1.2.3. TIPOS DE PÁGINAS DO FACEBOOK

Uma vez que o site de rede social Facebook visa proporcionar a todos os seus utilizadores um espaço com maior abertura e que ceda todos os meios necessários para que os mesmos se relacionem rapidamente e eficazmente, tem uma organização em termos de interface e algoritmo que se readapta consoante as tendências e atualizações existentes no digital. No entanto, a tipologia com que separa e distingue os usuários entre si ainda perdura.

O Facebook é uma rede social que permite criar e divulgar informação em vários formatos e interagir com outros indivíduos, isto é, “os utilizadores podem criar perfis, adicionar pessoas como ‘amigos’, colocar publicações dos variados temas, trocar mensagens, receber notificações, entre outras possibilidades” (Magalhães, 2016, p.28 e 29). Segue uma determinada estrutura, com uma interface minimalista, mas simultaneamente apelativa à interação e comunicação, e possibilita a criação de um perfil ou página representativo de cada utilizador. É através da multiplicidade de possibilidades de criação identitária presente no site, que o indivíduo navega e cria os seus percursos de ação e conexão.

Nesta rede social é possível que um indivíduo, instituição ou empresa possa construir uma página de “gosto”, um grupo ou um perfil. Tendo como requisitos a criação de conta na mesma rede, através da entrega de dados pessoais ou institucionais, o acesso a este tipo de páginas é gratuito (Mendes, 2012). Todas estas páginas têm características, potencialidades e funções distintas, assim como diferentes objetivos para a sua criação, dependendo de fatores como a natureza do utilizador, metas a atingir, formas e métodos de utilização e atividades a concretizar.

A multiplicidade de opções quanto à forma de identificação e participação no Facebook existe também de modo a cobrir todas as necessidades dos utilizadores, quanto a fatores de comunicação e distinção das intenções gerais de frequência e existência no mesmo.

Na página de perfil ou de uso pessoal, os utilizadores podem expor informações pessoais, profissionais, académicas e de contacto; colocar fotos e vídeos; partilhar gostos e interesses; jogar online; interagir com outros utilizadores em tempo real; guardar vídeos e *posts*; comentar, reagir e partilhar publicações; receber notificações; criar eventos; entre outras possibilidades. A criação e exposição do perfil implica o registo na rede social digital e pode ser personalizado, consoante os dados e a multimédia que o utilizador pretende expor. Neste mesmo tipo de página, privilegia-se a dimensão humana e pessoal do utilizador e é o último que tem controlo quanto à privacidade da sua página e do que publica. Para além disto, torna-se possível a criação e ampliação de uma rede de contactos específica, mediante a adição de ‘amigos’, e a sua configuração está de acordo com os interesses de partilha e de informação individuais (Marques, 2017).

Os utilizadores, nas páginas de perfil, podem adicionar outros e seguir páginas; ver proactivamente as informações presentes nos perfis dos seus “amigos” da rede, conseguem ter acesso a várias definições de privacidade e restrição; não têm separadores personalizados e têm uma limitação quanto ao número de ligações, não podendo esta ultrapassar os 5000 utilizadores. Para Oliveira (2018, p.42), estas páginas correspondem a “ambientes não anónimos, pois contêm o nome pessoal do utilizador, que pode ou não acrescentar outro tipo de informações. Estas identidades geralmente são reais, pois trazem consequências para a vida real”.

Com um formato diferente da anterior, as páginas de “gosto” ou destinadas às instituições são desenvolvidas para promover, gratuitamente, personalidades, projetos, marcas, empresas/instituições, séries, filmes, etc. Estas mesmas páginas idealizadas para fins institucionais e de publicitação de produtos/serviços, exceto quando promovidas e pagas, não aparecem no normal *feed* de notícias, exigindo, assim, que os utilizadores as procurem e partilhem e podendo atingir milhões de seguidores ou fãs. É uma página pública na rede social, não se consegue aceder a partir desta a informações dos perfis (exceto quando públicas), não se consegue adicionar seguidores e permite adicionar separadores personalizados, de modo a melhorar a experiência dos seguidores. Ademais tem como particularidade revelar estatísticas a quem gere, que permitem avaliar o desempenho da página, consegue suportar vários tipos de publicidade e responder automaticamente a mensagens ou pedidos de mensagem estabelecidos por *chat*.

Coutinho (2016) apresenta o seguinte quadro, como forma de explicitar e analisar as diferenças entre perfis (páginas individuais) e páginas (considerando como páginas de “gosto” ou destinadas a empresas, instituições, projetos ou marcas):

Tabela nº 2 – Diferenças entre tipologias de páginas de Facebook

Diferenças entre Perfil e Página	
Perfil	Página
- Permite adição de outros utilizadores à rede de contactos, conseguindo aceder aos conteúdos e informações partilhadas pelos mesmos, quando “amigos”; - O utilizador pode por sua iniciativa adicionar e relacionar-se com outros perfis; - Prevalece a componente humana e real; - Limita a número de conexões realizadas por cada utilizador para 5000; - Não tem separadores personalizados, nem estatísticas; - Permite apenas promover publicações; - O utilizador gere e acede a um conjunto de definições quanto à privacidade no site; - Permite a comunicação síncrona e assíncrona entre os utilizadores que partilhem uma mesma rede de contactos.	- Não consegue adicionar seguidores ou fãs, visto que não possui uma rede de contactos como o perfil; - Permite seguir outras páginas; - Não consegue aceder às informações dos perfis que seguem a mesma; - O utilizador é que procura a página; - Foi idealizada para empresas, organizações, personagens fictícias, personalidades, marcas, projetos, entre outras; - Não tem limitações quanto ao número de seguidores; - Permite a adição de separadores personalizados e acesso a estatísticas sobre o desempenho da página; - É público; - Permite apenas responder a mensagens que lhe são enviadas, não podendo, assim, estabelecer uma comunicação direta e proativa por chat;

Fonte: Adaptado de Coutinho (2016)

Quanto às páginas de grupo, nestas reúnem-se um conjunto de utilizadores que partilham interesses em comum, podendo ter um ou mais administradores (que podem ou não ter criado a página). Nestas, à semelhança das restantes, pode-se divulgar conteúdos em diferentes

formatos, interagir com os membros, debater diferentes temas e partilhar informações, projetos ou ideias. São espaços privados, que servem como um fórum de discussão sobre diferentes temáticas, genéricas ou específicas, e apenas estão disponíveis para os utilizadores detentores de um perfil, sendo que as páginas de “gosto” não podem criar ou participar em grupos (Mendes, 2012).

Os grupos não são interpretados como plataformas de publicitação, promoção ou comunicação de cariz comercial, quer isto dizer, que não devem servir como ponte para venda ou comercialização de produtos ou serviços. Têm em vista a criação de uma comunidade, que interage continuamente, partilha uma especialidade, papel, paixão, interesse e preocupação, e cria relações e conexões duradouras.

Definidos pela privacidade, as páginas de grupos do Facebook podem ser de três tipos: abertos, fechados e secretos (Coutinho, 2016):

- Grupos públicos ou abertos: grupo que está acessível a qualquer utilizador com perfil na rede social digital, sendo que pode ter acesso ao conteúdo partilhado no mesmo, saber quem são os seus membros e inclusive tornar-se autonomamente membro. Para além disto é pesquisável no motor de busca disponível no site e tende a ter mais membros (devido sobretudo à adesão direta).

- Grupos privados ou fechados: o utilizador consegue pesquisar pelo grupo, perceber e verificar quais os atuais membros e para integrar no mesmo deverá enviar um pedido de admissão para os administradores do grupo, que *a posteriori* analisarão o pedido e decidirão sobre a aprovação ou não. Os conteúdos partilhados neste tipo de grupo são, por isso, privados e de acesso apenas aos membros do grupo.

- Grupos secretos: este tipo de grupos não está visível para todos os utilizadores, exceto para os membros selecionados e aprovados para o grupo. Não está disponível nos resultados de pesquisa, nem é possível saber quem são os membros ou o tipo de conteúdo que é partilhado ou produzido no mesmo.

1.2.4. FUNÇÕES DO FACEBOOK

O Facebook, para além de possibilitar ao indivíduo a criação de um perfil ou a uma organização uma página de “gosto”, e servir como forma de se apresentarem online,

adicionando outros utilizadores a uma rede de contactos e a pertencer a uma determinada comunidade, em jeito de grupo, tem as suas próprias funções.

Às funcionalidades de se criar um perfil online e uma rede de contactos, acrescenta-se o carregamento e partilha de fotos e vídeos; procurar “amigos”, páginas, grupos e outras informações; criar e partilhar estados; enviar toques para chamar a atenção dos “amigos”; reagir, interagir e procurar no *feed* de notícias ou na história (onde está as atualizações de todos os utilizadores ligados ao perfil); enviar e receber mensagens entre dois ou mais utilizadores; aceitar ou recusar eventos ou pedidos de páginas; congratular os “amigos” pelo aniversário; receber notificações; realizar angariações de fundos para determinadas causas; guardar informações e conteúdos; aceitar ou recusar pedidos de amizade e procurar “amigos” nas proximidades. Estas estão disponíveis a todos os utilizadores com perfil na rede social digital (Mendes, 2012).

No entanto, de acordo com Cardoso (2013), citando Facebook (2013) e Patterson (2012), o utilizador da rede social online tem acesso a outras funções, em que o sistema e a própria interface leva à sua utilização e exploração:

- Atualização do estado, através de declarações públicas em resposta à pergunta constante do Facebook: “O que se está a passar?”
- Realização de pesquisas, através do campo de procura, de endereços de *email*, nomes, *usernames* ou escrevendo assuntos que se pretenda ver, investigar ou localizar.
- Envio de mensagens privadas, realizadas por serviço de *instant messaging*, que vinculam automaticamente a mensagem ao perfil do remetente e que não implicam grandes introduções.
- Realização de comentários em fotografias, atualizações de estado ou de relação dos amigos.
- Consulta de perfis de outros utilizadores, que contêm informações como contactos, relações, amizades, gostos, grupos, entre outros.
- Personalização das definições de privacidade.

- Receção de notificações por correio eletrónico ou por telemóvel, de modo a que o utilizador se mantenha atualizado, em tempo real, do que se passa na rede.
- Partilha de diferentes conteúdos como fotografias e vídeos carregados no perfil, através de diferentes dispositivos.
- Criação de grupos que podem ser privados, públicos ou secretos.
- Criação de diferentes eventos, tanto online, como para partilhar, divulgar e organizar diversas atividades *offline*, como concertos, palestras, *workshops*, festas, encontros, etc.
- O utilizador tornar-se fã ou seguidor de uma determinada página, com a possibilidade de escolher seguir ou não as suas atualizações.
- Partilha de notícias, histórias, vídeos, *GIF* e outros formatos de conteúdos, podendo estes serem comentados ou assinalados com uma reação que revele a emoção relativa ao mesmo.

1.2.5. REAÇÕES E COMENTÁRIOS DO FACEBOOK

A linguagem, enquanto sistema complexo de comunicação entre indivíduos, evolui e vai se adaptando ao longo do tempo e espaço, e consoante alterações que decorrem no paradigma social, cultural e tecnológico da sociedade. Com a introdução das novas tecnologias da comunicação digital, e posteriormente, das tecnologias móveis, o indivíduo passou a ter ao seu dispor um conjunto de ferramentas associadas à própria língua, que ou por complemento, associação ou por inovação, repercutiram-se na interação humana (Paiva, 2015).

À interação multimodal, que agrupa vários elementos linguísticos e próprios da comunicação, como palavras, gestos, expressões faciais e entoação, e varia consoante a cultura, adicionou-se as imagens como um elemento. De acordo com Sternbergh (2014), citado por Paiva (2015), as imagens podem ser classificadas como pictogramas, enquanto representação de um conceito através de uma figura; logogramas, como símbolo que representa uma palavra; e ideogramas, figuras e símbolos que representam ideias e conceitos abstratos. No digital e com o evento dos sites de redes sociais, estas imagens passaram a ter novas dimensões e versões, adicionando elementos não verbais extra à comunicação interpessoal no universo em rede, como por exemplo os *emoticons*, os *emojis* ou *stickers*.

Os *emojis* são gravuras que se compõem a partir de letras ou caracteres e, constituindo-se símbolos, fazem representar determinadas emoções, pensamentos, sentimentos ou outras figuras que ilustrem uma classe, realidade e atividade. Mesmo que gerados pelo Unicode, enquanto padrão atual da representação digital de caracteres e comum para todas as línguas, o significado dos signos produzidos pelos *emojis* variam consoante o contexto e a cultura (Paiva, 2015).

A introdução de várias reações (sob a forma de *emojis*) disponíveis para os utilizadores na rede social digital Facebook passaram a ter várias interpretações e a ampliar os contextos onde são aplicadas. As reações passaram a representar e a expressar as emoções e os sentimentos dos utilizadores, na mesma rede, sobre determinados conteúdos e informações partilhados por outros utilizadores ou páginas.

Tal como Tian *et al.* (2017) revelam, as “Emoções têm vindo a ser substituídas gradualmente por *emojis*, que são símbolos gráficos que representam expressões faciais (p. ex. sorrindo), gestos (p. ex. polegar para cima), objetos (p. ex. veículos) e ações (p. ex. dançando). Eles têm ganho rapidamente popularidade nos textos dos *smartphones*, nos *emails* e nas redes sociais” (Ibidem, 2017, p. 11). Para os mesmos autores, os *emojis* correlacionam-se com a linguística nos sites de redes sociais, uma vez que podem substituir uma palavra ou completar uma determinada frase; fazer repetir ou reforçar a intenção de uma determinada palavra; expressar a emoção ou atitude do utilizador de forma independente; reforçar ou dar ênfase a uma certa emoção expressa no texto; modificar o sentido linguístico do texto, contrariando o conteúdo; ou sendo utilizado de modo a ser cortês.

Em vários contextos, as reações sob a forma de *emojis* e os próprios *emojis* passaram a ser introduzidos nos discursos e no dia a dia da maior parte dos utilizadores dos sites de redes sociais. No entanto, o entendimento na utilização de tais reações ou *emojis* variam consoante o indivíduo que os envia e utiliza, bem como de quem os recebe, isto é, o significado poderá ser diferente para quem envia e para quem recebe, dependendo sempre do contexto e da intencionalidade.

As reações do Facebook, criadas em 2016, surgem como uma extensão do “like” ou “gosto”, existente desde o início da rede social. Apesar de existirem algumas que estão

ligadas a determinadas causas, como por exemplo “coragem” para com o Novo Coronavírus SARS-CoV-2 ou a bandeira LGBTI+ como luta pelos direitos desta comunidade, as reações são seis: “gosto”, “adoro”, “ira”, “surpresa”, “riso” e “tristeza”. Estas podem ser utilizadas nas publicações e nos comentários, expressando, assim, o que o usuário sente ou não em relação ao conteúdo/informações partilhadas (Tian *et al.*, 2017).

Relativamente aos comentários, estes surgem como uma das funcionalidades específicas do site de rede social, e são interpretados como mensagens públicas entre os usuários do mesmo. Nesta opção, o usuário pode apresentar livremente a sua opinião, ideias, argumentos, reflexão, debate ou resposta a determinada informação ou conteúdo publicado por si ou outro, sendo que podem ser em formato de texto, ou também através de imagens, vídeos, *GIF*, *Stickers* ou *emojis*. A privacidade dos comentários depende, sobretudo, se a publicação está pública ou restrita à lista de rede de contactos individual do usuário que publicou e pode ser partilhado, reagido (através das reações disponibilizadas pelo site) e respondido por outros usuários com acesso. Os comentários servem, portanto, como um dos canais imediatos de comunicação disponíveis na rede, em que se permite o diálogo, interação e relação entre usuários e a partilha constante de informação (Coutinho, 2014).

1.3. HOMOSSEXUALIDADE: IDENTIDADE, ÓDIO E CONTRASTES

Mesmo com a contemporaneidade e as alterações do próprio ser humano, ao longo dos tempos, quanto à sua imagem, ao seu estilo de vida e ao modo como se comporta em sociedade (sobretudo numa realidade ocidental), permanecem perpetuados determinados modos e possibilidades de ser e existir que se vinculam, independentemente do contexto e lugar, e que derivam de uma larga e densa história e tradição, marcada por conflitos, tensões e divisões sociais. A mudança, aliada ao legado que gerações anteriores deixaram, torna certas ideias, conceitos e visões intangíveis para algumas comunidades e grupos de indivíduos, afetando, assim, o empreendimento global do ser humano (Giddens, 2005).

A diferença, que pode tomar várias formas na vida do indivíduo, assume, ainda, um papel relevante na sua distinção e formação em sociedade, e que mesmo sendo muitas vezes associada a padrões social e culturalmente impostos, levam a que determinadas estruturas basilares como a liberdade ou igualdade sejam colocadas em causa.

Em torno de concepções e abordagens sociológicas, como a sexualidade, a identidade sexual e o gênero, surgem, derivantes destas, construções e representações sociais quanto aos moldes como a orientação ou atividade sexual pode se denominar, destacando a heterossexualidade, homossexualidade, assexualidade e bissexualidade, como expressões mais comuns e utilizadas para a descrição de gostos sexuais. Oculta, desvalorizada ou reprimida foi, ao longo da história da humanidade, a homossexualidade, enquanto comportamento e expressão sexual, por muitos grupos extremistas, organizações ou estados, que por base de um sistema ideológico, atribuíam às relações homossexuais estigmas negativos, hostis e controversos, em que prevalecia a ideia de que era um comportamento antinatural, desrespeitoso, ridicularizado, de adultério e não reconhecido a nível social, cultural e jurídico. Nos dias de hoje, pela existência de um regime político extremista ou conservador, ou por uma religião e cultura enraizada, existem ainda regiões em que esta mesma concepção negativa às relações homossexuais ainda se mantém, embora de um modo menos expressivo que nos séculos passados (Fernandes, 2011).

A natureza e a cultura esbatem-se, por oposições entre teorias, pesquisas, afigurações e interpretações sobre a identidade homossexual, havendo inúmeras tentativas de explicação, contradição e implicações, de índole político-social, para que a mesma fosse identificada em sociedade. De acordo com Giddens (2005, p.116), ainda existem dois espectros assentes em torno da vida sexual e que dividem-se entre a realidade da sociedade ocidental, em que a sexualidade passou a ser uma dimensão da vida, em que cada indivíduo a pode explorar e moldar e há uma maior aceitação para comportamentos e orientações sexuais diferentes, sob diversos contextos e formas; e as sociedades tradicionais, que interpretam a sexualidade como a forma concreta de reprodução humana e também está associada à heterossexualidade e à monogamia dos laços matrimoniais.

Enquanto modo próprio de comportamento e atividade sexual e de acordo com uma perspectiva normativista, a homossexualidade “inscreve-se como uma determinação, uma maneira de ser obrigatória e ‘natural’, enquanto ‘essência’ do ser, quando é associada a uma preferência sexual que determina um comportamento social” (Costa, 2012, p.2). No entanto, a representação universal desta variante de identidade sexual oscilou no tempo, espaço e ficou predisposta a condições, construções e classificações simbólicas atribuídas por determinantes culturais, envolvendo preferências relativamente a certos comportamentos,

como a heterossexualidade; levando à inexistência de diversidade de associações e relações entre indivíduos; e sustentação de classificações e abordagens compulsórias e negativas à identificação e representação dos sujeitos. Estas atribuições sustentam, em parte, a condenação de todos os tipos de comportamento e ação que envolvem direta ou indiretamente a conduta sexual de não reprodução, sendo ocultada, estigmatizada e condenada por pilares que sustentam a sociedade como a religião, medicina, os *media* e o estado (Fernandes, 2011).

A vitimização violenta, a discriminação e a ridicularização de homossexuais por grupos e organizações despoletaram a criação de instituições e grupos ativistas, sobretudo a partir da década de 70 do século XX, incentivando à convicção e afirmação da naturalidade dos diferentes tipos de comportamento, quanto à forma que se pode assumir a sexualidade, género e identidade, assim como da aceitação da orientação sexual e respetiva revelação social, e protegendo e lutando por direitos, garantias e liberdades dos homossexuais e também de bissexuais, transexuais, transgéneros, etc. (*Ibidem*, 2011).

A globalização, a introdução das novas tecnologias de informação e comunicação na sociedade e a consequente intensificação dos fluxos de informação, mesmo facilitando a criação de novas formas de opressão e discriminação, vieram, por sua vez, a fragmentar o sujeito e a possibilitar a sua respetiva afirmação ou mesmo desintegração, podendo deter, em diferentes maneiras, a sua própria identidade. Mesmo havendo várias visões e significados pelo mundo, a diversidade e o simbolismo das relações que os indivíduos estabelecem ou criam entre si e o modo como estes fazem-se representar quanto ao seu género, orientação sexual e identidade, dependem do determinismo de posições, paradigmas e influências socioculturais (Costa, 2012).

1.3.1. IDENTIDADE E GÉNERO

O modo como o indivíduo se apresenta em sociedade, enquanto ser, com características, desejos e necessidades próprias, e como se sente quanto a si próprio e em relação com os outros, passou a ter um carácter adaptativo, e não vinculativo. A diferença, estagnada em grande parte por variações e contradições culturais, traz novas noções sobre o sujeito ou ator, passando este a enfrentar novas realidades quando à sua adaptação ao mundo social e à forma como se comporta. A descentralização de referências e a fragmentação das perceções socialmente edificadas, levam a que se ceda ao indivíduo um sentido próximo de si próprio

e uma identificação, que embora flutuante, é deslocada da fixa noção biológica e sociológica imposta. Para Costa (2012), a modernidade agravou esta deslocação de qualquer noção ou paradigma essencialista da identidade, alterando características mais íntimas e pessoais da existência de ser do indivíduo e ampliando as possibilidades de identificação, quanto à sua origem, raça, sexualidade, orientação sexual e género.

Giddens (2005, p.43), apresenta a identidade como um “conjunto de compreensões que as pessoas mantêm sobre quem elas são e sobre o que é significativo para elas. Essas compreensões são formadas em relação a certos atributos que têm prioridade sobre outras fontes de significado. Algumas das principais fontes de identidade incluem género, orientação sexual, nacionalidade ou etnicidade e classe social.” Assim sendo, a identidade resulta como uma expressão do indivíduo em relação a si e o significado que a mesma tem, para o seu relacionamento com os outros e para a sua ação em sociedade.

Para Fialho (2017, pp.139-145), a identidade refere-se a características e traços distintivos do carácter individual de um sujeito ou de um grupo, sendo que estas mesmas características resultam das interações e relações que o indivíduo mantém e constrói, ao longo do tempo, no meio social em que se insere. É equiparado a um processo dinâmico, complexo e não linear ou estável, visto que, para o autor, depende da socialização, personalização e constantes crises, que ajudam a reconfigurar ou adaptar a visão que o indivíduo tem sobre si. Dubar (1997), citado por Fialho (2017), numa perspetiva complementar, refere que a identidade é o resultado da combinação entre os diversos processos de socialização, que sustentam os indivíduos e as suas instituições, através dos dualismos estável/provisório; individual/coletivo; subjetivo/objetivo; e biográfico/estrutural.

A multiplicidade de vínculos que o sujeito mantém com o sistema social e as dinâmicas resultantes das conexões que este estabelece em sociedade determinam, em parte, a sustentação ou alteração da sua identidade. Deste modo, a construção da identidade é equiparada a um processo contínuo e uma relação dialética entre o indivíduo, os outros e o meio em que se insere e somente consegue-se estabelecer em pleno este processo de construção, quando há a relação efetiva entre todos estes mesmos elementos. A identidade, enquanto conjunto de características que fazem reconhecer o sujeito, depende da

experiência, do contexto, das variáveis e conjunturas socioculturais, da socialização e da compreensão da sociedade em que se insere (Fialho, 2017).

Giddens (2005) aponta duas distinções quanto à forma que pode tomar a identidade: a identidade social - características atribuídas pelos outros, que organizam o significado e a experiência dos indivíduos - e a autoidentidade - características que tornam os indivíduos distintos, desligadas dos padrões sociais inculcados e decisivos para a própria identidade.

A identidade social pode ser interpretada como o conjunto de marcadores que distinguem os indivíduos, indicando, num sentido primário, quem são e o que fazem. Estes marcadores possibilitam também posicionar os indivíduos junto de outros com categorias, atributos ou funções semelhantes. Não obstante, um indivíduo pode ter mais do que um atributo, o que lhe leva a ter várias identidades sociais, dadas as diversas e múltiplas dimensões de vida que este possui. Para além disto, esta forma de identidade envolve-se num paradigma de coletividade, uma vez que marca o modo como os indivíduos podem ser semelhantes entre si, através de designações, características, valores, experiências e objetivos em comum. É sob esta categorização de identidade que se formam grande parte dos movimentos sociais e ativistas no espaço comum, dado que reúnem as “formas pelas quais os indivíduos são o ‘mesmo’ que os outros” (*Ibidem*, p.44).

Quanto à autoidentidade, esta é o oposto da identidade social, visto que realça todas as potencialidades, traços e características, únicas e próprias, do indivíduo, tornando-o distinto dos demais. Giddens (2005) apresenta este tipo como um processo de autodesenvolvimento, em que o indivíduo constrói, em torno de si próprio, um sentido de si e do mundo que lhe rodeia. Este baseia-se, deste modo, numa constante interação e negociação entre o indivíduo e o mundo exterior, possibilitando a apropriação de uma identidade moldada por escolhas e ações individuais. Estando em constante interação com o mundo que o envolve, o indivíduo fica sujeito a condicionantes sociais e culturais que podem determinar a sua construção identitária, sendo frequente, por exemplo, nas sociedades tradicionais, em que os fatores fixos e herdados, como afiliação, nacionalidade, classe social e outros eram tidos em conta para a homogeneização de padrões e formas de ser em sociedade. Com a modernização do espaço público, os processos de industrialização e a queda de convenções estritamente ligadas à herança cultural, o indivíduo passa a estar liberto, por via da sua mobilidade e das rápidas e constantes mudanças, e tem a seu poder a criação de um espaço em que moldar a própria identidade, sem ter que obrigatoriamente seguir influências ou orientações externas.

Tomando a autoidentidade como referência, o indivíduo detém a capacidade de acumular outras fontes de sentido a si próprio, como a orientação sexual e o gênero, à sua definição e criação identitária. A sexualidade e o gênero constituem, assim, determinantes na edificação da identidade do indivíduo moderno, distanciando ambas as categorias apenas da universalização biológica e culturalmente imposta ao ser humano. A identidade sexual ficou prescrita num tempo e espaço, e enquanto edificação social, como apenas a descrição de certas atividades ou comportamentos, e não como uma variável daquilo que representa o ser humano, na sua diversidade de atuação e associação. A identidade sexual, numa lógica de construção simbólica de certos valores e concepções, que extrapolam a própria sexualidade, não é, assim, apenas a descrição de práticas ou está associada a comportamentos específicos do indivíduo ou está intimamente ligada ao sexo, fator biológico.

Esta fragmentação do ser humano e rápida disseminação das possibilidades do que pode ser, levanta novas questões e hipóteses sobre o gênero. O gênero, preconizado por Giddens (2005, p.102), como as diferenças psicológicas, sociais e culturais entre homens e mulheres, está unido às noções socialmente construídas e impostas do que se entende por feminidade e masculinidade, o que não implica a direta ligação ao sexo biológico do indivíduo. O conceito também é usado para descrever inferências e significações atribuídas aos indivíduos a partir do conhecimento da sua categorização sexual de pertença. Trata-se, neste caso, da construção de categorias sociais decorrentes das diferenças anatômicas e fisiológicas (Carlos, 2019).

A separação entre sexo e gênero permitiu também a desmaterialização da ideia da constituição do gênero em prol de fatores biológicos e levou à defesa de que é uma construção social, cultural e histórica, por via de um processo de socialização. É com base nesta distinção, que se interpreta o gênero como um eixo importante para a determinação identitária do indivíduo, visto que assume um papel de diferenciação e individualidade perante a cultura e a sociedade. A aspiração a ser-se homem, mulher, ambos ou nenhum é um processo ativo, em que o gênero ajuda a identificar o indivíduo a um determinado grupo e a desenvolver traços de personalidade, modos de ser, pensar e agir, em torno de um conjunto de traços, crenças, atitudes, valores e estereótipos, que o mesmo tem acerca do gênero e das origens que se antecedem, em termos fisiológicos, biológicos, psicológicos, sociais e culturais.

No entanto, a alocação do sujeito, em determinadas comunidades e grupos, a uma classe, em que se espera certos padrões e comportamentos vistos como comuns e associados diretamente aos modelos de que um indivíduo de sexo masculino deve seguir as expectativas da masculinidade e os de sexo feminino o de feminidade, absorvem a hipótese de poder e escolher ser e agir em sociedade, implicando representar ou inscrever segundo os padrões normativos e regulatórios estabelecidos. A polaridade de significações, valores, expectativas e comportamentos em torno do gênero, provenientes das diferenças biológicas e da dicotomia de papéis sociais estabelecidos para ambos os sexos em muitas das comunidades, implicam o posicionamento em categorias rígidas, que excluem outros traços e características (Carlos, 2019).

Numa outra perspectiva, Fernandes (2011, p.11) refere que a ideologia do gênero está relacionada com um conjunto de valores, crenças e costumes partilhados quanto ao ser-se masculino ou feminino, que é internalizado desde que o indivíduo nasce. A naturalidade com que estas abordagens são ainda impostas socialmente favorecem a potencialização de estereótipos em torno da ideologia do gênero, sendo, por exemplo, a homossexualidade interpretada como uma violação das normas quanto ao gênero e vista como imoral, não natural ou normal, por se desviar dos padrões pré-estabelecidos ligados ao heterossexismo.

Os estereótipos, quanto ao gênero, têm por base processos que se baseiam em preconceitos ou ideias pré-concebidas, e que moldam as relações interpessoais e as expectativas sociais relativamente aos traços e atributos dos indivíduos, sendo, assim, um conjunto de crenças interiorizadas e assumidas socioculturalmente que estruturam os comportamentos e as características do homem e da mulher. A categorização e a persistência de manutenção de apropriações sociais, ligadas à aparência física, personalidade, papéis sociais, profissões, código de vestuário e outros, condicionam também o desenvolvimento e a expressão identitária; afetam o estabelecimento de relações interpessoais; influenciam a autoafirmação; bloqueiam acessos e influenciam decisões; e favorecem a violência, o sexismo e a discriminação, quanto ao gênero e identidade sexual (Carlos, 2019).

Embora não haja a relação intrínseca entre o comportamento sexual e a determinação concreta do gênero, o gênero está, ainda, vinculado à ideia arbitrária e relativa estabelecida em sociedade, onde as condutas esperadas são produzidas por vias da interação entre indivíduos, em que há a atribuição de diferentes papéis e identidades, de uma forma simbólica. Tendo como foco a homossexualidade, enquanto orientação sexual, e tendo por

base ideológica a relação entre sexo e gênero, esta é estigmatizada não pelos comportamentos sexuais, mas sim por transgredir a normalidade de assento quanto ao gênero; é interpretada como um desvio do padrão do que é masculino e como uma ameaça à formação e percepção do que é ser homem ou mulher socialmente; é confrontada com padrões de hostilidade, ameaça, insegurança e negação; e é frequentemente confundida e associada, por qualquer alteração ou negação aos padrões convencionalmente estabelecidos quanto ao gênero (*ibidem*).

Independentemente das convicções e construções sociais concebidas culturalmente, o gênero é um fator determinante para o desenvolvimento identitário do indivíduo, uma vez que marca os seus comportamentos e ações com os outros, traça um perfil de características de identificação pessoal e ajusta a personalidade e todo o sistema de valores e crenças que o mesmo adota em sociedade. As “caixas” arrumadas do que é ser masculino e feminino começam a sair do armário.

1.3.2. HOMOSSEXUALIDADE E HOMOFOBIA

A sexualidade, apesar de ser ainda interpretada por muitas comunidades como o conjunto de regras que regulam a reprodução biológica, carrega uma nova “dimensão da vida que cada indivíduo pode explorar e moldar”, em que há uma “crescente aceitação de diferentes formas de comportamento e orientações sexuais numa variedade abrangente de contextos” (Giddens, 2005, p.116). A condição da monogamia ou das relações heterossexuais, prevista tradicionalmente, é revista pela introdução de diferentes comportamentos e orientações sexuais, que mesmo já existindo, passaram a ser aceites em muitas das sociedades modernas.

Costa (2012) apresenta, por sua vez, a sexualidade como uma atividade social, enquanto construção ideológica e de acordo com todos os conceitos e contradições desenvolvidos historicamente pela sociedade. Para o autor, antes de representar uma substância ou uma condição da natureza humana, é uma construção social, com dissimetrias entre as próprias orientações sexuais e associações dicotômicas e hierárquicas entre as identidades sexuais.

A homossexualidade, bissexualidade, assexualidade, transexualidade e outras orientações, enquanto formas modernas de comportamento e identificação de atividade sexual, passaram a ser aceites no universo sexual. Mesmo existindo várias interpretações e sentidos construídos culturalmente por sistemas sociais, várias comunidades a considerar

estes gostos como imorais ou ilegais ou estando ligados diretamente à intimidade do indivíduo, a diversidade de interesses sexuais amplia-se, a autoafirmação dos sujeitos quanto às suas atitudes e orientações sexuais altera-se e a aceitação social cresce também, havendo mais informação, estudos, movimentos e políticas que orientam e explicitam determinados paradigmas, convenções e ideias pré-estabelecidas (Albuquerque, 2004).

Enquanto orientação sexual e de acordo com Giddens (2005), a homossexualidade é o termo associado à orientação das atividades sexuais ou de sentimentos entre indivíduos do mesmo gênero. Numa abordagem complementar, Albuquerque (2004, p.374) refere que a homossexualidade é “a preferência erótica por pessoas do mesmo sexo quando está presente a possibilidade de escolha, tanto nos pensamentos e emoções como nos comportamentos sexuais.”

No entanto, a homossexualidade é associada, também, sobretudo numa realidade ocidental e decorrente dos manifestos ativistas dos anos 70, a movimentos gay e lésbico, como adaptação ao conceito inicialmente estabelecido como coercivamente pela comunidade heterossexual e como forma de agrupar todos os indivíduos que têm esta orientação sexual ou aceitam esta condição e comportamento em sociedade. Para além disto, a adoção desta designação permitiu, *a posteriori*, a criação de uma comunidade ainda mais abrangente, designada por Comunidade LGBT; a defesa conjunta de direitos, liberdades e garantias; a introdução de mudanças no estilo de vida dos indivíduos pertencentes; a redução de generalizações quanto a associações e estigmatizações quanto à identidade sexual, gênero e orientação sexual; e contribuir para a unificação dos grupos e subgrupos subjacentes ao termo (*Ibidem*, 2004).

Apesar de enfrentar um paradigma mais positivo, nos dias de hoje, a homossexualidade nem sempre foi e é aceite como um comportamento e orientação sexual válida. A comunidade homossexual foi considerada, ao longo da história da humanidade, como minoria e era oculta do panorama social, visto que era tida como antinatural, patologia, estigmatizada e não reconhecida a nível cultural, social e jurídico. Fernandes (2011) refere que as convenções criadas em torno da homossexualidade se devem devido à evocação do heterossexismo, enquanto sistema ideológico que dá primazia aos atos e orientação heterossexual e que contraria qualquer outra forma de comportamento, identidade, relação ou comunidade contrária. É a partir deste sistema, equiparado a uma ideologia de opressão, que se potencializou a ridicularização, condenação, hostilidade e o não reconhecimento

público da identidade e orientação homossexual, sobretudo, por parte de quatro instituições: religião, medicina, *media* e o sistema jurídico.

A religião, mesmo assentando em filosofias de tolerância e compaixão, menosprezou, durante séculos (e em alguns casos, até à atualidade), qualquer comportamento sexual contrário ao heterossexual, condenando, assim, todos os atos e formas de conduta sexual desviantes. A homossexualidade, por exemplo, era considerada, no século XI, como crime de sodomia, visto ser considerada, na perspectiva de doutrinas e ideologias religiosas (neste caso em específico a doutrina cristã), como um comportamento ilícito, não natural e um pecado. Muitos dos indivíduos eram presos, de forma a serem tratados ou a ser-lhes dado uma cura, ficavam desalojados e sem emprego, eram discriminados pela família e restante comunidade e, em alguns casos, executados. O estigma e o preconceito sexual, circundante à realidade religiosa era amplo, repercutindo-se em atos de violência, criminalização e discriminação.

Por sua vez, a medicina também exerceu influência no modo como se interpretava a sexualidade. Mesmo com os avanços, no campo da psicologia de Freud, a aceção da homossexualidade como patologia, perdurou desde o século XIX até ao fim do século XX, em que se argumentava que era um desvio patológico da heterossexualidade, resultante de relações familiares patológicas e uma resposta fóbica aos membros do outro sexo. Em 1952, tendo sido incluída na categoria de Perturbação de Personalidade Sociopata, pela Associação Americana de Psiquiatria, passaram a ser realizados vários tratamentos e prevenções, como tentativa de alterar a orientação sexual, através de: psicoterapia, hipnose, administração de hormonas, choques elétricos aversivos, lobotomia e castração. Ao classificar a homossexualidade como uma doença mental, as repercussões estenderam-se à vida social, sendo inferiorizados e excluídos de muitas ocupações. Somente em 1986 a homossexualidade deixa de ser considerada uma patologia, iniciando-se os trabalhos de erradicação dos estigmas quanto à orientação sexual e prevalecendo até à atualidade a conceção de que a homossexualidade é “uma variante normal da expressão sexual humana” (Fernandes, 2011, p.9 e 10).

Relativamente aos meios de comunicação social e o sistema jurídico, estes constituíram-se como uma forma de estigmatização, discriminação e invisibilidade da homossexualidade. A violência, discriminação ou criminalização de indivíduos homossexuais era ignorada,

baseando-se estas instituições em padrões socialmente construídos e aceites. O paradigma altera-se no final do século XX, devido à elevação de movimentos ativistas, instituições e da comunidade LGBT, com a procura da legalização, proteção e defesa dos direitos; ao combate às doenças sexualmente transmissíveis e os constantes ataques violentos, por parte de grupos de ódio e organizações extremistas. A regularização legal das condutas quanto à homossexualidade e homofobia concretizou-se, deste modo, em muitos dos países ocidentais (sobretudo Europa).

Decorrente desta supressão ideológica e histórica quanto à homossexualidade e contextualizando como uma problemática social e cultural, importa também definir homofobia². A homofobia, de acordo com Borillo (2015, p.15) é a aversão ou atitude de confronto a indivíduos homossexuais. Para o autor, a homofobia traduz-se na “rejeição irracional ou mesmo de ódio em relação a gays e a lésbicas”, isto é, em “uma manifestação arbitrária que consiste em classificar o outro como contrário, inferior ou anormal”, sendo, assim, qualquer indivíduo homossexual a ser considerado por um homofóbico, como alguém desfigurado da sua condição de ser e estar. Giddens (2005) refere também que a homofobia consiste na inferiorização e na não normalização da homossexualidade, considerando-a como uma ameaça, uma variante desviante do bem-estar da sociedade e à ordem natural da própria vida.

Os atos discriminatórios contra esta forma de expressão e de orientação sexual, podem ainda ser definidos como a hostilidade geral, psicológica ou social contra indivíduos que sentem desejo ou têm práticas sexuais com indivíduos do mesmo género, gerando comportamentos negativos e de inferiorização, subentendidos por normas normativas e institucionalizadas culturalmente (Vendrame, 2015).

A amplitude do termo, de acordo com Borillo (2015, p.26 -27), relacionada com a não conformidade quanto às normas sexuais e às novas identidades de relação entre género, sugere a divisão entre homofobia geral e homofobia específica. Enquanto que a homofobia

²O conceito de homofobia foi introduzido, pela primeira vez, por *K.T.Smith* num artigo publicado em 1971 nos Estados Unidos da América. Este artigo apresentava uma tentativa de traçar um perfil e a personalidade de um indivíduo que discrimina outros, tendo como argumento e base ideológica a orientação sexual e a identidade de género. Em apenas 1998, o termo homofobia aparece num dicionário (Borillo, 2015).

geral caracteriza-se pela discriminação e repulsa de indivíduos que mostram ou lhes são atribuídos certos traços, qualidades ou defeitos relacionados com o gênero oposto, a homofobia específica é a intolerância direta a gays e lésbicas, sendo atribuídas representações e designações negativas de ligação direta entre o sexo e gênero.

Em termos de construção ideológica, a homofobia baseia-se na difusão suprema de uma forma de sexualidade, hétero, e refutação de outras, extraindo uma panóplia de consequências sociais e políticas para os grupos de indivíduos homossexuais e potencializando a disseminação de referências negativas, como a aversão, desprezo, ódio ou medo quanto à homossexualidade. No entanto, a homofobia não implica necessariamente a hostilidade manifestada e objetiva contra homossexuais, uma vez que o heterossexismo pode manifestar-se através de uma justificação, intelectual, sobre as diferenças entre sexos, de modo a situar, indiretamente, a homossexualidade num patamar inferior, a evitar enfatizar as especificidades e direitos associados aos indivíduos com esta orientação ou para implementar dispositivos de discriminação positiva (*ibidem*).

Tendo como um dos principais objetivos desumanizar, desacreditar e tornar efetivamente o indivíduo diferente dos demais, quanto às suas escolhas e comportamentos relacionados com a sua orientação sexual, a homofobia tende a basear-se na hierarquização da sexualidade, isto é, quem é heterossexual é mais digno socialmente, por respeitar as ordens naturais do universo e da superioridade biológica e moral, colocando, assim, todos os restantes com outras formas de viver a sexualidade como não dignos, neste caso os homossexuais como inferiores a todos pela sua própria natureza. Ademais, quanto maior o impacto de doutrinas, ideologias de religiões ou ligações emergentes através da cultura, tradição (em que se define o que é moralmente correto ou não), maior é a dificuldade de se aceitar naturalmente a homossexualidade.

São identificadas, por Borillo (2015), duas dimensões importantes relativamente à homofobia: a dimensão pessoal, de natureza afetiva, que remete para a exclusão e repulsa dos homossexuais, e a dimensão cultural, de natureza cognitiva, que introduz a homossexualidade como uma construção psicológica e meramente social. Assim sendo, a homofobia pode ser impulsionada por construções sociais e sistemas culturais impostos em sociedade, como também por traços psicológicos e afetivos individuais de não identificação ou refutação de indivíduos homossexuais.

Como outras manifestações de intolerância ou ódio perante um grupo, a homofobia visa inferiorizar e desenvolve-se a partir de emoções, condutas e dispositivos ideológicos. Assim sendo, a mesma pode derivar de convicções, pensamentos, ideais, crenças, valores, convicções e preconceitos; de procedimentos, leis, normas, práticas e atos; como também de ideologias, doutrinas, teorias, mitos e argumentos de autoridade. A atitude de intolerância, suportada por construções intelectuais de rejeição e pelas convergências do senso comum, leva igualmente à potencialização da homofobia, atribuindo-se um conjunto de características, por via de manifestações ou recursos muitas vezes ocultos, que podem ou não corresponder aos indivíduos homossexuais, mas que estigmatizam, marginalizam e banalizam qualquer orientação ou identidade distinta (*Ibidem*, 2015).

A homofobia, enquanto fenómeno social e psicológico, origina-se e enraíza-se a partir de relações estabelecidas entre uma estrutura social que sobrevaloriza a heterossexualidade como a tipologia correta e ideal, quanto ao plano sexual e afetivo, e também uma estrutura psíquica, maioritariamente autoritária de rejeição de outras convenções ou orientações, implicando, para a sua superação, uma desconstrução de categorias cognitivas e uma intervenção no panorama educacional, político e cultural.

1.3.3. COMUNIDADE LGBTI+ - DIREITOS, GARANTIAS E LIBERDADES

Nos últimos séculos, os gays, travestis, transexuais, bissexuais, as lésbicas e outros com identidades de género e orientação sexual distintas, foram estigmatizados, agredidos e excluídos do quadro geral de representações identitárias do indivíduo, devido à normalização, participação espontânea e natural do heterossexismo. No entanto, a naturalidade imposta como normal, associada a uma construção social e a códigos culturais detidos como transversais, leva a que determinados valores e direitos, individuais e democráticos, sejam colocados em causa e a que se banalize a discriminação, preconceito e a violência quanto à diferença (Borillo, 2015).

A extensão da discriminação de indivíduos com opções, variantes, comportamentos e posições diferentes quanto à identidade e orientação sexual e de género, fizeram, deste modo, surgir, a partir da década de 70 do século XX, vários movimentos, instituições e comunidades sociais e ativistas, constituídas de modo a protestar contra a violência exercida, a nível social, cultural e político, sobre estes indivíduos e como forma de lutar por liberdades, direitos e igualdades em sociedade. A comunidade LGBT surge como representação mais

concreta de associação e militância pela igualdade de género e inclusão de todos os indivíduos.

Com a Revolta de *Stonewall*, em Nova Iorque, dos Estados Unidos da América, a 28 de junho de 1969, marcou-se o início da luta pelos direitos iguais e de orgulho gay. Os ataques abusivos e violentos, por parte das forças policiais, aos indivíduos homossexuais, o encerramento de estabelecimentos e a delimitação das zonas frequentadas pelos mesmos, impulsionaram a revolta e a contestação contra a discriminação, penalização e o preconceito aos indivíduos com orientação sexual distinta. Esta luta ativista e social marca, até aos dias de hoje, a manifestação em defesa da liberdade, igualdade, respeito e dignidade da comunidade LGBT (Souza, 2019).

Apesar de o percurso e a história que circunscrevem os indivíduos associados, direta ou indiretamente, à comunidade LGBT serem complexos, marcados por momentos de liberdade, luta e perseguição, o ativismo inerente à mesma tem vindo a ser visível por vários pontos do globo, a aceitação ou a resistência contra a estigmatização, quer a nível jurídico, económico ou social, que se impõe com o movimento tem sido frequente e a mobilização de recursos para a educação sobre questões como a sexualidade, género e identidade tem vindo a crescer (*Ibidem*, 2019).

Assim sendo, a comunidade LGBT, segundo Almeida (2010), reúne um conjunto de indivíduos, em jeito de movimento social ativista, que defende a totalidade da liberdade do ser humano nas suas escolhas relativas à sexualidade e identidade, a igualdade de direitos (sobretudo em relação à saúde, à conjugalidade e à constituição de família) e a autoaceitação por parte da sociedade da mesma comunidade. Denuncia também situações de homofobia e a desigualdade entre géneros, sendo que incentiva uma pedagogia anti-homofóbica, livre de discriminação e preconceito.

A sigla LGBT associa-se, respetivamente, a Lésbica, Gay, Bissexual e Transgénero, integrando uma multiplicidade de indivíduos que se unem em torno da orientação e atração sexual e identidade de género, não normativas. Este termo foi evoluindo, de forma a ser tornar mais inclusivo, sendo adicionadas outras letras e símbolos representativos, por

exemplo: “Q” de *Queer*³; “I” de Intersexo⁴; “A” de Assexual⁵ e “+” de inclusão de todas as restantes formas de orientação, atração e representação sexual e de identificação de género. No entanto, há determinadas variações quanto a estas inclusões na sigla original, dependendo do país e das associações/instituições responsáveis pela organização e luta da causa.

De acordo com a OECD (2019, p.15), os indivíduos LGBT podem ser definidos de acordo com duas características distintas: orientação sexual e identidade de género. “A orientação sexual refere-se à capacidade de cada pessoa se sentir profundamente atraída emocionalmente e sexualmente, seja por indivíduos do mesmo sexo, do sexo oposto ou de ambos. (...) A identidade de género refere-se ao sentido interno de cada pessoa de ser masculino, feminino ou andrógino.”

Em Portugal, as primeiras associações LGBT surgiram em 1990 e, apesar de no seu início combaterem essencialmente a SIDA (Vírus da imunodeficiência humana), passaram a representar toda a comunidade, mais concretamente na luta contra a discriminação e preconceito e na defesa de direitos e liberdades (Cascais, 2006).

Atualmente, Portugal apresenta-se como um dos países que mais protege os direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Intersexuais e outras representações (adotando, maioritariamente a sigla LGBTI+, como na Organização das Nações Unidas). A constituição da República Portuguesa passa em 2006 a integrar no artigo 13.º, n.º 2 o seguinte: “Ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual”. O casamento entre indivíduos do mesmo sexo só se legalizou em 2010 e a adoção conjunta de indivíduos do mesmo sexo tornou-se possível a partir de 2016.

Embora haja ainda uma fração da população que ainda marginaliza os membros desta comunidade e não entenda ou é contra a importância deste tipo de organizações e

³ *Queer* é um termo de origem inglesa que, por tradução literal, significa ser “estranho” ou “diferente”, e sendo utilizado pela negativa para caracterizar a comunidade LGBT. Não obstante, este passou a ser utilizado pela comunidade para designar indivíduos que interrompem com os padrões e rótulos associados ao heterossexismo e que procuram não ter qualquer tipo de definição sexual, isto é, qualquer orientação e identificação sexual (Souza, 2019, p.9).

⁴ Intersexo refere-se à não identificação evidente do ser-se feminino ou masculino (Souza, 2019).

⁵ Um indivíduo assexual não tem qualquer tipo de interesse sexual (Souza, 2019).

movimentos sociais, como a própria comunidade LGBTI+, iniciativas como as Marchas de Orgulho LGBTI+, Marchas pelos Direitos Gay e a comemoração do Dia Nacional de Luta contra a Homofobia e Transfobia (28 de junho) e do mês de orgulho gay, têm vindo a ser cada vez mais frequentes por todo o mundo, despertando a atenção e a união de vários aliados, e são uma forma de combater diretamente a homofobia e a discriminação para com indivíduos com identidades e orientações de género e sexuais distintas (Borrillo, 2015).

1.3.4. TEORIA DA ROTULAGEM

Por construção social, os grupos criam regras e determinam tipos de comportamentos adequados, descrevendo as situações em concreto em que devem ser aplicados e especificando o que é normal, correto ou incorreto. Caso o indivíduo não se identifique ou se desvie dos padrões normatizados e impostos pelo grupo, este pode ser condenado e excluído, sendo considerado como estranho ou, como Becker (1991) refere “*outsider*”. Independentemente de não concordar, ter uma visão diferente ou não ter respeito por quem dita tais regras, o indivíduo é tratado como estranho à sua própria condição de ser e de interação com os outros em sociedade.

Giddens (2005, p.173) define o desvio como a não conformidade com determinado conjunto de normas pré-estabelecidas e que são aceites por um grande número de indivíduos de uma determinada comunidade ou sociedade. Para o autor, não existe uma plenitude quanto ao ser ou não ser desviante, visto que todos os indivíduos, em determinada altura ou num contexto, podem se desviar das normas estabelecidas, dependendo do grau de gravidade e do contexto. Há, portanto, comportamentos que podem ser desviantes, mas não são sancionados por lei e não são considerados crime, integrando o conceito de desvio tanto num comportamento individual como na atividade de um grupo, nos mais diversos fenómenos sociais.

Apesar de numa fase inicial o ser-se desviante estar interligado à noção de o indivíduo se recusar a viver sobre determinada forma e de acordo com certas regras; ser equiparado a marginal, criminosos violento ou viciado em drogas; e não se encaixar no paradigma aceitável de conduta social, o conceito evoluiu, não passando a estar apenas ligado ao crime. O desvio passa a abranger, deste modo, qualquer indivíduo que direciona as suas ações e

comportamentos para outros limites e realidades, não se direcionando para os limiares estabelecidos pelo grupo, comunidade ou sociedade onde se insere.

O indivíduo quando assume ou detém um conjunto de características e qualidades que estão relacionadas a estigmas convencionalmente estabelecidos, é rotulado como desviante e a sua identidade é automaticamente transformada. Knutsson (1977) refere que o poder do ambiente que envolve o indivíduo e a reação que exerce sobre o mesmo favorece a construção de padrões desviantes e determina o que o “eu” é socialmente.

Em termos gerais, a rotulação significa a atribuição de qualidades negativas e que ficam inerentes ao seu *status* em sociedade. Esta pode advir do ambiente que rodeia o indivíduo, de outros grupos sociais, bem como do indivíduo em relação a si próprio (*Ibidem*). Na perspectiva de Goffman (1990), a rotulação é o processo de como são desenvolvidos e atribuídos os estigmas aos indivíduos ou a grupos, de forma a reduzir e a denegrir as suas ações.

Sustentando várias convenções (controversas) e estando associada, principalmente, as noções de rótulos, desvio e estigmas, apresenta-se a teoria da rotulagem. Esta centra-se, num panorama geral, no modo como é o construído e controlado, pela sociedade, os desvios e também na perspectiva de como é definida a atribuição de rótulos, identificando classes, situações e contextos comuns a esta apropriação.

Para Knutsson (1977), a Teoria da Rotulagem assegura que, apesar de todos terem comportamentos considerados desvios, apenas alguns indivíduos, por razões de diferentes ordens (sexualidade, ideologias, religião, personalidade, política, cultural, etc.), podem ser rotulados como desviantes por causa do seu comportamento. Deste modo, pode se considerar as variáveis individuais, não normalizadas pelo contexto social ou cultural, como o fator que gera a determinação do que é ou não um desvio.

Se o rótulo é categorização do desvio e da estrutura de poder, e o desvio é como um processo de interação entre desviantes e não desviantes (não sendo apenas um conjunto de características que em nada influencia a interação entre pares), a teoria da rotulagem, de acordo com Giddens (2005), vem a sustentar a ideia de que a identidade desviante é criada através da atribuição de rótulos, e não através de motivações, interesses e comportamentos desviantes, sendo estes últimos definidos pelos próprios indivíduos.

A definição do que é um desvio (para ser *a posteriori* definido como rótulo) é relativa, visto que depende dos padrões pré-estabelecidos e não propriamente da ação do indivíduo por si só. Um indivíduo pode agir de acordo com que foi convencionalmente estabelecido, mas pode não estar de acordo ou não se identificar com os padrões estabelecidos pelo meio em que se insere. A rotulagem “não afeta apenas a maneira como os outros vêem um indivíduo, mas também influencia o sentido individual do eu” (*Ibidem*, 2005, p.178).

1.3.5. DISCURSOS DE ÓDIO E HOMOFÓBICOS

A manifestação da discórdia com determinadas ordens, classes e representações sociais desviantes e a forma de discriminar e desprezar o indivíduo sempre tomou várias formas. O discurso, direto ou indireto, ligado a determinados signos e linguagens, é uma das formas concretas do ser humano exprimir, num estado pleno de liberdade e democrático, o que sente e o que pensa sobre algo ou alguém.

Através do dicionário de língua portuguesa são cedidas várias definições de discurso⁶ nomeadamente de que é uma exposição ordenada sobre um determinado assunto; uma exposição oral de um texto escrito que pode tratar um ou mais assuntos e é preparado/organizado com uma certa antecedência; ou a realização concreta e irrepetível, em termos linguísticos, da linguagem verbal, escrita ou oral, e em qualquer registo.

Foucault (1971), na sua obra “A ordem do Discurso”, apresenta o discurso como uma poderosa arma de produção de realidades pronunciadas ou escritas, que podem ser ou não transitórias e, dependendo do contexto, cede ao indivíduo poderes ou até mesmo perigos. A produção do discurso “é simultaneamente controlada, selecionada, organizada e redistribuída por um certo número de procedimentos que têm por papel exorcizar-lhes os poderes e perigos, refrear-lhe o acontecimento aleatório, disfarçar a sua pesada, temível materialidade” (Foucault, 1971, p.2).

⁶ Informação retirada do dicionário online – Infopedia: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/discursos> (Acedido a 27 de junho de 2021)

Para além de ser um mecanismo de produção e expressão, o discurso pode na mesma medida favorecer o poder de exclusão, nomeadamente através da interdição - capacidade de saber que não se tem o direito de se dizer tudo o que se pensa ; partilha e rejeição - oposição entre razão e loucura, sendo que a última pronuncia, aos olhos dos que julgam ter a razão, a incapacidade e invalidez que o discurso tem nos ditos “loucos” ; e, por fim, a oposição ente o verdadeiro e o falso - sendo que os alicerces para que o discurso seja verdadeiro nem sempre estão sob a fundamentação, justificação e racionalização. O discurso, deste modo, pode estar ligado, direta ou indiretamente, ao exercício de poderes e desejos, constituindo barreiras e controlo à própria utilização e liberdade do discurso (*Ibidem*, 1971).

Quanto ao autor do próprio discurso, este não é “como indivíduo que fala, o indivíduo que pronunciou ou escreveu um texto, mas como princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem das suas significações, como lastro da sua coerência. (...) O autor é o que dá à inquietante linguagem da ficção, as suas unidades, os seus nós de coerência, a sua inserção no real.” Este é o principal responsável pelo sentido global formado através do discurso, determinando os filtros de perceção e ajuste ao real, e também pela manifestação de todas as ideias inerentes e aplicadas no discurso (*ibidem*, 1971, p.7).

Determinando o discurso de ódio como um modo de produção de discurso e de expressão de ideias, este trata-se de uma manifestação intolerante ou discriminatória contra certos grupos vulneráveis ou minorias sociais, como negros, homossexuais, mulheres, minorias religiosas e indígenas. Este ocorre no seguimento da liberdade de pensamento e expressão, incluindo a procura, receção e difusão de toda a informação, tanto por escrito como verbalmente, adotada por grande parte das sociedades ocidentais, e também na defesa de convenções e ideias estabelecidas, a nível cultural, social e político, de modo a proteger certos padrões, mecanismos e valores.

Brugger (2007) refere que o discurso de ódio se caracteriza pelo uso de palavras ou expressões que tenham como principal objetivo ofender, intimidar ou assediar indivíduos de acordo com a sua raça, cor, etnia, nacionalidade, sexo ou religião, bem como a sua potencialidade de incentivar a violência, ódio e discriminação para com os mesmos (Citado por Schafer, Leivas e Santos, 2015). Diaz (2011) acrescenta que este tipo de discurso assenta na manifestação de ideias que incentivam a discriminação e que se preconiza pela hostilidade e antipatia para com determinado grupo (Citado por Schäfer, Leivas e Santos, 2015).

Seguindo esta linha de pensamento, o discurso de incentivo ao ódio visa estigmatizar, escolher ou marcar um inimigo e a manter ou alterar o estado das coisas, através de meios de opressão e manifestações agressivas e negativas. Pode apresentar-se, disfarçadamente, através de argumentos de proteção moral e social e produz, consequentemente, violência moral, intolerância, preconceito e discriminação para grupos e sujeitos vulneráveis (Schäfer, Leivas e Santos, 2015).

Relativamente ao conceito de discurso de ódio perante indivíduos homossexuais ou também intitulado por discurso homofóbico, segundo Dantas e Neto (2015, pp.34-35), este discurso tem como finalidade colocar o homossexual como “antinatural” ou “anormal”, e os heterossexuais como “normais”, sendo que há uma “atitude imoral, vergonha, promíscua na homossexualidade”, constituindo-se um risco para as formações basilares tradicionais. Ou seja, o discurso homofóbico visa discriminar, intimidar ou oprimir os indivíduos com orientações e identidades sexuais e de género distintas e torná-los vulneráveis quanto à sua posição na sociedade e na interação com os outros.

Este discurso é uma forma direta de expressão de homofobia, enquanto conjunto de ações, valores e convenções negativas e uma forma de repressão, discriminação e violência de indivíduos homossexuais, que por via do discurso, seja oral ou escrito, e através de diversos canais, assenta no ódio, violência e preconceito para com os mesmos. Ademais, pode tomar repercussões maiores quando difundidos nos meios digitais, sendo transpostos para outros ambientes *offline*, como o local de trabalho, escola, serviços públicos e privados, acesso a serviços de saúde, etc.

A opção da orientação sexual ou identidade de género passa a ser uma condicionante para a interação entre pares e para a integração nas várias instituições e estruturas da sociedade, uma vez que o discurso homofóbico, destacado como algo natural e espontâneo, enraizado por tradições, costumes e culturas, influencia o modo como se percebe o indivíduo. Por exemplo, um indivíduo, de género masculino e homossexual, se é identificado através de termos pejorativos como “bicha”, “paneleiro” ou “maricas” pode gerar a despersonalização e desfiguração do “eu” e a não identificação normalizada, em determinadas comunidades, podendo ou não originar diversas consequências para o mesmo e contribuindo para a incentivação à violência e à estigmatização da homossexualidade (Borillo, 2015).

Seja uma palavra negativa, um comentário, uma declaração, textos ligados à religião e política ou a recorrente utilização de uma expressão de exclusão, estas geram a desigualdade e hostilidade. O discurso homofóbico pode, assim, transpor-se para a própria realidade, em situações quotidianas, por via da discriminação e da violência, como também a partir da utilização de meios de comunicação e partilha de informação como as redes sociais, em que qualquer indivíduo, sob a forma de anonimato ou não, e considerando-se em estado total de liberdade de expressão, pode exprimir qualquer tipo de opinião, sentimento de repulsa ou preconceito relativamente à comunidade LGBTI+ e à homossexualidade. A provocação, ofensa, difamação, e o incentivo ao ódio relativamente à comunidade LGBTI+, independentemente do modo como se expressa o discurso e por parte de sujeitos ou organizações, podem, em alguns regimes políticos e países, ser condicionados e punidos por lei (*Ibidem*, 2015).

2

ESTUDO EMPÍRICO

A investigação científica, independentemente da sua natureza e para além de assegurar o estudo contínuo de diversos fenómenos, visa explorar, conhecer e estudar o quotidiano e os processos inerentes a este, de modo a analisar novas experiências e aprofundar conhecimentos. Assim sendo, procura-se explicar estes mesmos fenómenos, com base em problemas, hipóteses, procedimentos e metodologias adequadas, de modo a atingir os objetivos delineados para a investigação, e a última possa se apresentar com originalidade, credibilidade e valor de conhecimento científico (Gonçalves *et. al.*, 2021).

A definição da metodologia, a aplicação de todos os procedimentos e etapas concretas do estudo e o desenvolvimento da investigação devem assentar no rigor, “por forma a minimizar a formulação de perguntas tendenciosas e o envesamento dos resultados obtidos, impondo-se ao investigador uma racionalidade para obtenção de conhecimento científico, que deve ser objetivo, factual, rigoroso, claro e preciso, mensurável e verificável” (*Ibidem*, 2021, p. 43).

O investigador, por sua vez, também assume um papel fundamental na investigação, uma vez que deve se situar como um observador direto do mundo, de modo a ser capaz de transformar um conjunto de representações, práticas e questões em matéria científica credível e de valor; e deve ser imparcial das suas crenças e opiniões e livre da potencialização de juízos de valor, para que o conhecimento subjacente à investigação e o desenvolvimento da mesma atinjam os resultados e viabilidade exigida.

Circunscrita ao âmbito das ciências sociais, uma investigação pode contemplar harmoniosamente a construção crítica e teórica sobre os temas e questões que envolvem a

temática geral da mesma, bem como a formação prática e metodológica, através de determinados métodos e técnicas, de um estudo de caso, problema ou situação concreta. Há, assim, a mobilização e o confronto de recursos teóricos e metodológicos para a concretização do processo de investigação (Campenhoudt, Marquet e Quivy, 2019). Atendendo a estas noções gerais do que implica uma investigação científica e após a apresentação, reflexão e discussão teórica dos temas que envolvem esta dissertação, correspondentes a uma conceção dedutiva do procedimento metodológico, importa expor, de um modo direto e objetivo, o tema principal: A influência da rede social Facebook na conceção de discursos homofóbicos e de ódio perante a comunidade LGBTI+ em Portugal.

2.1. QUESTÃO DE INVESTIGAÇÃO E PROBLEMÁTICA

O investigador, numa primeira fase do trabalho de investigação, deve encontrar, com clareza, o fio condutor que oriente o tema, os processos e a organização dos próprios conteúdos e métodos, e que o trabalho se estruture rapidamente e de um modo coerente. A questão de investigação, enquanto primeira etapa do processo de investigação, apresenta-se como o ponto de partida para agrupar e apresentar o que se deseja, em termos específicos, estudar, analisar e compreender. É a esta questão que surgem as fundamentações teóricas e que se constrói todo o restante processo inerente a uma investigação (Gonçalves *et. al.*, 2021, p.53).

A questão de investigação esclarece, assim, o propósito geral do estudo, mais concretamente o que se pretende saber, descobrir e compreender, e é fundamental para a estruturação de todo o trabalho, sendo que no final irá se procurar dar uma resposta à mesma, com o máximo de rigor científico.

A pergunta também deve ser delineada de acordo com os parâmetros definidos por Campenhoudt, Marquet e Quivy (2019, p. 59), que destacam como características essenciais para uma boa pergunta de investigação a clareza (deve ser precisa, concisa e unívoca e com uma amplitude razoável), a exequibilidade (deve ser realista) e a pertinência (deve ser uma verdadeira pergunta, observar o que se pretende estudar e compreender os fenómenos estudados). A mesma deve ser, sempre que possível, testada, observada e reformulada e deve constituir, para o investigador, “uma oportunidade para clarificar as suas próprias expetativas e intenções, avaliando-as de maneira reflexiva e autocrítica”.

Uma vez que é propósito desta dissertação relacionar a rede social Facebook, enquanto plataforma de interação e comunicação online, com a problemática social e cultural homofobia e com a posição da comunidade LGBTI+ em Portugal, delineou-se a seguinte questão de investigação:

Em que medida a rede social Facebook facilita a construção de discursos homofóbicos e de ódio perante a Comunidade LBGTI+, em Portugal, mediante matérias noticiosas publicadas pelo Jornal Público em 2020?

Esta relação específica entre Facebook, homofobia e comunidade LGBTI+, surge de modo a esclarecer e analisar se a rede social em questão facilita ou não a construção e disseminação de discursos homofóbicos ou de ódio, e qual a influência, da mesma rede, para com a homofobia e na discriminação ou não da comunidade LGBTI+ em Portugal.

Assim sendo, após a realização do enquadramento e fundamentação teórica dos temas principais, tendo em conta a problemática do estudo - influência do Facebook na construção e disseminação de discursos homofóbicos e de ódio perante a comunidade LGBTI+ em Portugal - e por forma a dar uma resposta à questão colocada aquando do início das intenções deste estudo, irá ser desenvolvida, como já referido, uma pesquisa qualitativa, através do método de análise de conteúdo, por forma a poder aferir, analisar e estudar os resultados e respostas à questão, assim como, verificar se há ou não impacto para com as temáticas definidas.

2.2. OBJETIVOS E HIPÓTESES

O trabalho de investigação, independentemente da sua natureza, deve ter por base objetivos e hipóteses, que possam indicar percursos e estratégias ao investigador, e possam auxiliar na resposta à questão de partida, na identificação do problema e no desenvolvimento da própria investigação.

Relativamente aos objetivos, estes devem ser adaptados de acordo com a finalidade e o tipo de trabalho de investigação a realizar e classificados como gerais e específicos. Os objetivos gerais visam, em termos amplos, apresentar a dimensão da pesquisa e os objetivos específicos definem, mais precisamente e de forma complementar, o alcance dos objetivos gerais (Queiroz, 2014).

No âmbito desta investigação foram definidos os seguintes objetivos gerais:

- Analisar e verificar se a rede social Facebook facilita ou não os discursos homofóbicos;
- Compreender qual o impacto da rede social Facebook perante a comunidade LGBTI+ em Portugal;

Quanto aos objetivos específicos, foram definidos os seguintes:

- Analisar e compreender os comentários publicados a notícias partilhadas, em 2020, no perfil do jornal Público na rede social Facebook;
- Verificar quais os perfis dos comentadores de notícias relacionadas com a homossexualidade, homofobia e comunidade LGBTI+;
- Estudar e averiguar o conteúdo de comentários e a quantidade de reações a cada notícia publicada e circunscrita às temáticas em estudo;
- Compreender quais as principais palavras-chave associadas a cada comentário e definir a sua direção;
- Analisar e entender de que modo a comunidade LGBTI+ em Portugal se faz representar na rede social em estudo;

Por outro lado, as hipóteses representam respostas provisórias à questão, que são, *a posteriori*, verificadas e observadas, quer isto dizer, a hipótese é uma pressuposição alicerçada numa reflexão teórica e num conhecimento prévio do próprio investigador. É através das hipóteses, que se consegue desenvolver, de um modo mais coerente e eficaz, o trabalho de investigação e que, após a seleção, tratamento e análise de todos os dados, se consegue distinguir os que realmente são importantes para o estudo.

De modo a delinear e orientar, assim, possíveis trajetos para o desenvolvimento da dissertação foram colocadas hipóteses, que baseadas na realização de um pré-estudo, foram desenvolvidas e confrontadas na fase de discussão e análise dos resultados finais (Campenhoudt e Quivy, 2005).

Hipótese 1 (H1) – A rede social Facebook facilita a disseminação de discursos homofóbicos perante notícias partilhadas na mesma rede pelo jornal Público e relacionadas com a homossexualidade.

Hipótese 2 (H2) – A rede social Facebook propicia a disseminação de discursos de ódio mediante a partilha de notícias pelo Jornal Público, relacionadas com a comunidade LGBTI+ em Portugal.

Hipótese 3 (H3) – Os comentadores, que recorrem ao discurso de ódio e/ou homofóbico, são maioritariamente do género masculino.

Hipótese 4 (H4) – O Facebook, com as opções de comentar, reagir e partilhar, favorece o ódio à comunidade LGBTI+ em Portugal.

Hipótese 5 (H5) – A estrutura do Facebook contribui para a homogeneização dos utilizadores.

Hipótese 6 (H6) – O Facebook criou mecanismos de defesa e proteção dos indivíduos que pertencem ou se identificam com a comunidade LGBTI+.

Hipótese 7 (H7) – O número de reações tende a ser superior aos comentários realizadas a matérias noticiosas publicadas pelo Público e relacionadas com as temáticas em estudo.

Hipótese 8 (H8) – Os comentários realizados a matérias noticiosas do jornal Público na rede tendem a ser negativos, quanto às temáticas em estudo.

Deste modo, procurar-se-á compreender o impacto que a rede social Facebook tem na discriminação de indivíduos homossexuais, transexuais ou pertencentes à comunidade LGBTI+ em Portugal; o modo como os usuários desta rede reagem a este tipo de matérias; se o Facebook contribui ou não, enquanto rede social, para a sustentação e divulgação de comentários negativos relativamente à homofobia e à comunidade; se a estrutura da rede social fomenta a homogeneização dos utilizadores, excluindo diferenças quanto a escolhas relativas ao género e à sexualidade; e o modo como o discurso de ódio e homofóbico ganha forma nos comentários realizados a publicações sobre a homossexualidade, homofobia e a comunidade LGBTI+ em Portugal.

2.3. METODOLOGIA E MÉTODO DE INVESTIGAÇÃO

O estudo da dimensão, tanto positiva como negativa, da problemática social da homofobia, quando exposta e discutida no espaço digital e em rede; do papel da comunidade LGBTI+ em Portugal e das reações e dos comentários, a matérias noticiosas sobre questões relacionadas com a homossexualidade, homofobia e a mesma comunidade, foram o mote para a construção desta investigação, sob a forma de dissertação.

Por forma a poder dar uma resposta aos objetivos e a trabalhar o tema, o *corpus* empírico irá se desenvolver tendo por base a pesquisa qualitativa, enquanto abordagem metodológica, e a análise de discurso, como método de investigação principal. A combinação desta abordagem metodológica irá possibilitar a exploração do problema subjacente ao tema, o entendimento do mesmo problema de um modo mais detalhado e complexo e aprofundar o conhecimento do tema e das temáticas, para além de quantificações estatísticas (Gonçalves *et al.*, 2021).

De acordo com Alvarenga (2012, p.5), um método de investigação traduz-se como um “conjunto de procedimentos científicos sistemáticos e lógicos que guiam a investigação, com o propósito de adquirir informações confiáveis e válidas (...)” Quanto à metodologia, esta esclarece o modo como os objetivos definidos para o estudo serão concretizados pelo investigador, ultrapassado a simples descrição dos métodos e técnicas para uma leitura operacional da teoria analisada.

Compreenda-se pesquisa, investigação ou análise qualitativa como um conjunto de métodos e técnicas interpretativas, que visam decodificar determinados dados e fenómenos decorrentes do próprio mundo social, quando inseridos num sistema complexo de significados. Assim sendo, uma análise qualitativa desenvolve-se, em grande parte, através da presença ou ausência de uma ou mais características da totalidade de um conteúdo ou até mesmo de um fragmento de uma mensagem em específico (Bardin, 2019).

Um estudo de natureza qualitativa permite uma maior interação do investigador com o objeto em estudo, repercutindo-se na qualidade da produção e avaliação dos processos da investigação e da interpretação de todos os dados e significados; uma análise lógica de todas as etapas, procedimentos e tarefas; e a possibilidade de efetivação dos métodos em função do objeto em estudo. Para que isto suceda, é importante que se definam os objetivos e as normas dos projetos; os participantes ou público-alvo; a forma como os objetivos, qualidade

e as normas podem ser atingidas; a forma de aplicação dos métodos; e das responsabilidades quanto à qualidade durante a investigação e à transparência na avaliação e análise dos resultados e da mesma qualidade (Gonçalves *et al.*, 2021, p.53).

Ademais, quanto à validade da investigação qualitativa, Whittemore, Chase e Mandle (2001, citados por Campenhoudt, Marquet e Quivy, 2019), apresentam determinados critérios que esta deve satisfazer aquando do seu desenvolvimento: critério (o que se pretende dar resposta); credibilidade (nos resultados, processos, técnicas e procedimentos utilizados); autenticidade (quanto às diferenças); criticidade (na análise, apresentação e discussão dos resultados); integridade (na verificação e apresentação dos resultados); clareza/explicitação (nas decisões metodológicas, interpretações e enviesamentos); vivacidade (na clareza das descrições); criatividade (de apresentar e analisar os dados); profundidade (nos resultados e ligação com a questão de investigação); congruência (no processo e conclusões); e sensibilidade (quanto à natureza humana, cultural e contextos sociais).

Relativamente ao método de análise de conteúdo, este, segundo Bardin (2019, p.33), é “um conjunto de técnicas de análise das comunicações”, que tem como matéria essencial os próprios significados, permitindo verificar e analisar certos temas, conceitos e palavras-chave que se repetem.

Para Campenhoudt, Marquet e Quivy (2019, p.322 e 323), a análise de conteúdo incide sobre as mensagens, independentemente da sua forma e estrutura ou até mesmo de como funciona a linguagem. O investigador, ao utilizar este método, e de modo a reconstituir os processos sociais, culturais ou políticos, recorre a fontes de informações como a “escolha dos termos utilizados pelo locutor, a sua frequência e o seu modo de disposição, os temas que aborda e a sua forma de os desenvolver, a própria construção do discurso”. Para além disto, os autores referem que a análise do discurso, e os métodos inerentes à mesma, implicam a utilização de procedimentos técnicos precisos e objetivos, como o cálculo e as frequências relativas dos termos utilizados, de modo a haver uma interpretação e indicadores coerentes, não derivados da subjetividade e dos valores do próprio investigador.

Em termos práticos, os mesmos autores apontam vantagens acerca do método de análise de conteúdo (Campenhoudt, Marquet e Quivy, 2019, p.328):

- Todos os métodos de análise de conteúdo são adequados ao estudo implícito;
- Este tipo de método obriga o investigador a manter uma grande distância quanto a interpretações espontâneas e de sua própria autoria, visto que não se trata de utilizar as próprias referências ideológicas ou normativas para julgar outrem, mas sim de analisar as mesmas através de critérios e procedimentos próprios, que incidem mais sobre a organização interna do discurso, do que o conteúdo explícito;
- Permite um controlo posterior ao trabalho de investigação, uma vez que assenta numa comunicação reproduzida num suporte material;
- São desenvolvidos de um modo metódico e sistemático, sendo que não afetam o desenvolvimento e a criatividade do trabalho de investigação.

No entanto, existem limitações do método que, mesmo não sendo transcendentais e intermutáveis, precisam de ser previstas pelo investigador aquando da realização do trabalho, como o de determinados procedimentos e métodos da análise do conteúdo basearem-se em alguns pressupostos simplistas; haverem outros métodos demasiado elaborados e pesados, do ponto de vista da investigação e em termos de recursos e tempo; e também por constituir uma ferramenta que oferece, em termos globais, um campo de aplicação muito vasto.

Entre muitos dos objetivos inerentes ao método de análise de conteúdo, destacam-se o facto de permitir a análise dos processos de difusão e socialização; de estratégias que assentam em situações de conflito, problemáticas, derivantes de interpretações ou reações a acontecimentos ou impactos a decisões; e, também, de ideologias, sistemas de valores, de representações e aspirações (*Ibidem*, 2019, p.327 e 328).

Assim sendo, a utilização desta opção metodológica irá possibilitar a análise do conteúdo dos comentários, enquanto forma de discurso, comunicação e troca de mensagens presente no Facebook, tendo por base uma avaliação quanto à sua direção e intensidade, e ao objeto em estudo, que neste caso incidem sobre matérias noticiadas pelo jornal Público, quando partilhadas e publicadas na rede social. Por fim, de cada comentário serão selecionadas palavras-chave, atendendo a determinados critérios, e classificadas, respetivamente, de

acordo com a sua posição quanto ao tema da notícia, sendo que a última tem de estar diretamente relacionada com a homossexualidade, homofobia e a comunidade LGBTI+ em Portugal.

2.4. CONTEXTO DA INVESTIGAÇÃO

Uma investigação, enquanto formação lógica e específica de construir conhecimento em torno de um certo tema ou questão, visa estudar outros autores que abordam teoricamente os assuntos em análise e visa, também, aplicar determinados procedimentos, métodos e técnicas, com o propósito de verificar a questão inicial e as hipóteses colocadas.

Não obstante, uma investigação deve estar alicerçada num conjunto de ideias e contextos definidos e que justifiquem a sua construção, de modo a produzir conhecimento de uma forma realmente lógica e coerente (sem ser coerciva ou libertina), contribuir para a evolução e lucidez dos diversos atores sociais acerca de práticas, acontecimentos ou fenómenos da atualidade e contribuir cientificamente, sem que haja uma reprodução estereotipada e rígida de métodos, processos e técnicas. O conhecimento constrói-se com o apoio em quadros teóricos e metodológicos, mas também é suportado pela observação de factos concretos (Campenhoudt, Marquet e Quivy, 2019).

Esta investigação, tal como foi referido anteriormente, visa compreender, analisar e avaliar a influência da rede social Facebook na construção e disseminação de discursos de ódio e homofóbicos perante indivíduos que pertencem ou identificam-se com a comunidade LGBTI+ em Portugal. Associa, em termos gerais, a problemática social da homofobia e a discriminação de indivíduos com orientações sexuais distintas e a respetiva dimensão em rede, neste caso na rede social Facebook.

As diversas formas de identificação quanto à orientação sexual e identidade de género têm vindo a ser debatidas, nos diversos espaços sociais, sobretudo em redes online, e constituem uma ponte para novas dimensões e diversas opiniões, discussões e problemas. A comunidade LGBTI+ em Portugal representa e defende, em grande parte, estes indivíduos e, através de diversos canais digitais, como o Facebook, tem vindo a garantir a representatividade dos mesmos. No entanto, e de acordo com Borillo (2015), existem formas de discriminação e desmoralização quanto a estes indivíduos, que subjacentes à homofobia

e à discriminação, fazem desvalorizar os indivíduos com orientações e identidades de sexo e género, respetivamente, diferentes, independentemente do canal ou forma que utilizam para o fazer.

A escolha dos indivíduos com orientações sexuais distintas e pertencentes à comunidade LGBTI+, como caso central deste estudo, deve-se, sobretudo, pela recente movimentação, em termos representação no espaço online, quanto a assuntos que abrangem direta ou indiretamente os mesmos, como direitos, igualdades, conquistas ou abusos, discriminações e ataques, em diferentes contextos⁷. A extensão deste grupo, através da realização de marchas de orgulho ou paradas online; a realização de debates e crónicas nas redes sociais; a valorização ou desmoralização dos *mass media* para com as causas associadas; e as constantes alterações quanto ao paradigma social e cultural, quanto à aceitação ou discriminação destes online, foram os principais motivos para a consideração desta comunidade e dos indivíduos com diversas orientações sexuais como objeto de estudo nesta investigação.

Entenda-se, também, que a utilização deste grupo e comunidade foi isenta de qualquer interesse político ou associativo, e foi sempre tomado em conta o máximo de rigor, responsabilidade, respeito e integridade relativamente às informações em que constam os mesmos.

Para além disto, a utilização do Facebook, enquanto rede social e canal privilegiado para o estudo, justifica-se com a crescente utilização em Portugal e apresentação de vários recursos, que visíveis ou não ao utilizador, influenciam a introdução de temáticas e assuntos relacionados com a comunidade LGBTI+.

O Facebook, tal como se referiu anteriormente, continua a ser a rede social digital mais utilizada em Portugal. De acordo com Carrera (2018), existem cerca de 5 milhões de utilizadores ativos em Portugal, destes mesmos utilizadores 65% acede, sobretudo através

⁷A comunidade LGBTI+, em Portugal, faz-se representar por várias entidades e associações, e também por sites e blogues, como é o caso da Dezanove (<https://dezanove.pt>). A dezanove intitula-se como um portal de notícias e eventos especializado em assuntos relacionados com a população LGBT portuguesa e caracteriza-se como independente de qualquer poder político ou económico, associação ou religião.

dos dispositivos móveis, periodicamente à rede, comunica, partilha conteúdos e interage, sob diversas formas, com os outros utilizadores e com o que estes publicam. Para além disto, e de forma a contextualizar com âmbito do estudo, existem várias iniciativas criadas pela própria empresa Facebook para abranger todos os indivíduos e estes sentirem-se incluídos na rede. Uma destas foi a criação de uma reação e as molduras nas fotografias de perfil com a bandeira LGBTI+ (Bandeira Arco íris), em 2017. Esta iniciativa tem como objetivo celebrar o mês considerado de “orgulho gay” e defender os direitos da comunidade LGBTI+ por todo o mundo.

Não obstante, e face à última afirmação, torna-se importante referir que o Facebook, apesar de centralizar e promover, em grande parte, o seu poder comunicacional e de proximidade entre utilizadores, também apresenta algumas lacunas da própria interface, e respetivo design, e quanto aos critérios de validação do que é ou não abuso, discriminação ou desrespeito para com o outro. Para Grosser (2011), apesar de o design do Facebook estar desenhado ideologicamente para que haja transparência na criação dos perfis, quanto à veracidade das informações pessoais colocadas, não há controlo suficiente para que não aconteça o contrário, havendo a possibilidade da criação de perfis falsos e de opinar e transmitir informações que possam, de algum modo, afetar algum indivíduo, classe ou grupo. Para além disto, o autor refere, e de acordo com o tema deste estudo, que as escolhas de género no perfil de cada utilizador condicionam a forma como o indivíduo se faz apresentar na mesma rede - apesar de já existir um campo de alternativas quanto à orientação sexual, no sistema de dados (e no respetivo código) prevalece a binariedade “masculino” e “feminino”.

Ademais, o Facebook foi a escolha porque pode favorecer direta ou indiretamente os discursos discriminatórios, uma vez que qualquer indivíduo que se considere em estado total de exercer a sua liberdade de expressão, e consequentemente exprimir qualquer tipo de opinião, sentimento ou preconceito sobre qualquer outro indivíduo ou classe (Souza, Moreira, Cabral e Sousa, 2018). A possibilidade de os indivíduos poderem interagir sob a forma de anonimato facilita a criação de um espaço para o incentivo ao ódio, isto é, propicia-se a divulgação de comentários, publicações e reações negativas e odiosas sobre determinadas temáticas, como por exemplo em relação à homossexualidade e à comunidade LGBTI+.

Para além destes fatores, acrescenta-se a limitação da própria interface, uma vez que a personalização fica reduzida às fotografias e aos vídeos, que se coloca no espaço pré-configurado da página de perfil. Há um sentido de homogeneização predominante no design da rede social, que não permite grandes variações quanto ao seu formato, dimensões e tipologia. Isto pode afetar novamente a noção de diferença e de aceitação, quer isto dizer, que todos os que se sentem diferentes ficam confinados a um espaço homogéneo, sem grande margem de alteração e adaptação à sua própria personalidade (Grosser, 2011).

Todos estes factos, após terem sido interpretados e estudados, serviram de base para a escolha da rede social Facebook, enquanto parte integrante do problema definido.

Acrescenta-se à escolha da rede social, a opção do jornal Público, como componente indireta à análise dos dados e de estudo dos assuntos e temáticas inerentes à investigação.

Importa, primeiro, referir que os jornais, enquanto um dos meios de comunicação de massa, concentram informações sobre determinados assuntos da atualidade, entretenimento e bens de consumo, com relativa rapidez e abrangência. Com a adaptação deste tipo de comunicação à nova era digital, os jornais passaram a ter versões digitais, com novas oportunidades de partilha de conteúdo e de chegar a diferentes e grandes públicos, com as mais diversas temáticas (Giddens, 2005).

Uma vez que o estudo se centra na realidade espacial de Portugal, a escolha do jornal Público prende-se com o facto de se assumir como projeto de informação que acompanha as mudanças ocorrentes no espaço público contemporâneo e sem qualquer dependência a nível ideológico, político ou económico e que aposta em informação diversa e sem níveis hierárquicos na ordem com que apresenta a mesma, tentando corresponder a diferentes interesses, ultrapassando barreiras culturais, regionais e nacionais e seguindo critérios como o rigor e a criatividade. Para além disto, no seu estatuto editorial, refere que aposta em informação diversificada, atendendo a vários interesses e motivações do público em geral e abrangendo as várias atividades e temas, participando também em debates sobre questões

“que se colocam à sociedade portuguesa na perspetiva da construção do espaço europeu e de um novo quadro internacional de relações.”⁸

Esta mesma escolha circunda a necessidade de restringir o estudo, quanto à possível amplitude, e também pelo facto de o mesmo jornal fazer apresentar, através da rede social Facebook e do seu próprio site, várias matérias noticiosas, sob diferentes tipos, acerca de assuntos relacionados com a homofobia, homossexualidade, comunidade LGBTI+ e respetivos direitos e abusos, por todo o globo.

O conteúdo extraído será dos comentários e das reações, e não do corpo da própria notícia, de modo a perceber a forma como os utilizadores da rede manifestam e interagem entre si; reagem a notícias sobre a homossexualidade, homofobia e a comunidade LGBTI+ em Portugal; e se efetivamente revelam ou não, na construção do seu discurso, preconceito, ódio e desaprovação perante as temáticas em estudo. Importa voltar a referir que no discurso homofóbico há “uma atitude imoral, vergonhosa, promíscua na homossexualidade e, portanto, nos homossexuais, de modo a descredibilizar, discriminar e isolar este grupo na sociedade (Dantas e Neto, 2015, pp.34 e 35). Ademais, este tipo de discurso pode transpor-se à própria realidade, em situações quotidianas, por via da discriminação e da violência, bem como na utilização das redes sociais, em que qualquer indivíduo, sob a forma de anonimato ou não, e considerando-se em estado total de liberdade de expressão, pode exprimir qualquer tipo de opinião, sentimento de repulsa ou preconceito relativamente à comunidade LGBTI+ e à homossexualidade (Souza, Moreira, Cabral e Sousa, 2018).

Por fim, quanto à escolha temporal do ano 2020 surge devido à comemoração novamente do dia nacional contra a homofobia e transfobia em Portugal (com a elevação de várias bandeiras da comunidade LGBTI+ por vários edifícios públicos e realização de diversos eventos relacionados com a mesma comunidade e a importância dos direitos e luta pela

⁸ <https://www.publico.pt/nos/estatuto-editorial> - Informação retirada do site do Jornal Público a 15 de janeiro de 2020.

igualdade); à realização da primeira marca LGBTI+ online em Portugal⁹; e também pela discussão pública das questões da homofobia e homossexualidade, através da participação de concorrentes no *reality show* português “Big Brother”, que recorreram a comentários, analisados e descritos como homofóbicos para com outros concorrentes¹⁰.

Todas estas escolhas, relativamente ao contexto da investigação, visam, deste modo, refletir sobre a influência que as redes sociais têm na disseminação de discurso de ódio perante um determinado conjunto de indivíduos, sendo que neste caso, escolheu-se a rede social Facebook, por ser a mais utilizada em Portugal e por apresentar várias características, quanto à sua interface e design de informação, que facilitam a disseminação de discursos de ódio; e a comunidade LGBTI+ como grupo alvo a estudar, devido, sobretudo, à crescente mobilização de sinergias por parte da mesma, e em especial no decorrer do ano de 2020, quanto à defesa de direitos e igualdades e à luta contra o preconceito e discriminação, principalmente através da rede em questão e de outros meios digitais.

2.5. TÉCNICAS E INSTRUMENTOS DE RECOLHA E ANÁLISE DE DADOS

A recolha de dados constitui igualmente uma fase importante na concretização de um trabalho desta natureza, uma vez que pressupõe a recolha sistemática de informação junto dos participantes e de outras fontes relevantes para o estudo, tendo por base também os instrumentos de análise escolhidos. Ademais, torna-se importante conferir os recursos necessários, avaliar possíveis problemas e conduzir a investigação com base na ética (Fortin, 2009).

Relativamente ao desenvolvimento da investigação procedeu-se, assim, à recolha de notícias publicadas na rede social Facebook pelo jornal Público, em 2020, relacionadas com as seguintes temáticas: homossexualidade, comunidade LGBTI+ em Portugal e homofobia. Estas mesmas temáticas foram utilizadas como forma de pesquisar as notícias para estudo

⁹ <https://dezanove.pt/e-agora-faz-ainda-mais-sentido-marchar-1322926> - Informação retirada do site Dezanove a 15 de janeiro de 2020.

¹⁰ <https://www.publico.pt/2020/05/06/p3/noticia/big-brother-homofobia-canal-aberto-1914968> - Informação retirada do site do Jornal Público a 15 de janeiro de 2020.

na própria página da rede do jornal e de relacionarem-se, coerentemente, com a problemática e questão de investigação.

Às oito notícias selecionadas, procedeu-se à análise de conteúdo dos comentários e respetivas reações ao conteúdo e temática da própria notícia. Recorde-se que a análise de conteúdo consiste, principalmente, numa “técnica de investigação para fazer inferências válidas e repetíveis a partir dos dados e em relação ao seu contexto”, ou seja, permite verificar e analisar a quantidade de vezes que certos temas, conceitos e palavras-chave se repetem (Krippendorff, 1980, p.10).

Os comentários selecionados tiveram por base determinados critérios para que a fiabilidade se concretizasse e houvesse, também, a limitação de dados desviados ao foco do estudo. Os critérios foram os seguintes: exclusão dos comentários que não estavam relacionados diretamente com a temática ou que, por ordem da formulação do discurso, foram considerados fora do contexto; exclusão dos comentários que diluem o comentário de outros participantes ou atacam pessoalmente estes; exclusão de comentários que surgem em resposta aos comentários principais da notícia, exceto quanto a resposta ao comentário principal é reforçada e fortalecida; e, por fim, a confirmação de cada perfil de cada comentador, de modo a verificar o género e a veracidade/autenticidade do perfil.

Assim sendo, transcreveu-se e analisou-se estes mesmos dados a partir do *Excel – Microsoft Office*, de modo a que a codificação e organização fosse realizada de forma mais eficaz e rápida.

Após a recolha dos dados para a concretização do estudo, procedeu-se ao tratamento dos mesmos, mediante a análise do conteúdo dos comentários realizados às notícias selecionadas do jornal Público e partilhadas pelo mesmo na sua página, quanto à intensidade e à direção. Dos comentários analisados e estudados, associou-se o conteúdo dos mesmos a palavras-chave relacionadas com o tema da investigação e/ou com o próprio conteúdo do comentário.

Deste modo, cada comentário passou a receber um código – CN0X00Y – enumerado de ordem crescente e relativo a cada uma das notícias a que foi publicado, possibilitando assim a mais fácil codificação e interpretação de todos os dados.

Por codificação entenda-se como a transformação, segundo regras e métodos precisos e rigorosos, dos dados em bruto de um determinado texto, para uma representação do conteúdo ou da sua expressão, através de recortes, agregação e enumeração – “A codificação é o processo pelo qual os dados em brutos são transformados sistematicamente e agregados em unidades, as quais permitem uma descrição exata das características pertinentes do conteúdo” (Holsti, 1969, citado por Bardin, 2019).

A codificação realizou-se com o recurso à escala de codificação da análise de asserção avaliativa de Osgood (1959), de modo a que se pudesse extrair palavras-chave de cada comentário e possibilitasse medi-los. A escala de codificação permite que cada comentário, e consequentemente cada palavra-chave associada, seja analisado quanto à direção, mais concretamente se é positiva ou negativa, e quanto à intensidade, com a aplicação de uma escala bipolar de sete pontos de -3 a +3 e que permite verificar se é forte, médio ou fraco (Bardin, 2019).

A intensidade da codificação está associada, principalmente, aos conetores utilizados nas frases, sendo que “podem ser associativos (logo, na direção positiva), quando o verbo liga o sujeito ao seu complemento, ou dissociativos (portanto na direção negativa), quando o verbo separa o sujeito do seu complemento.” Deste modo, o grau de intensidade a codificar pode ser baseado em critérios rigorosos e precisos, como a intenção semântica do verbo, tempo do verbo, advérbios de modo, adjetivos e outros atributos qualificativos (*Ibidem*, 2019).

A medida da intensidade com que cada elemento aparece é também um fator importante para entender e avaliar os valores, ideologias e tendências, bem como atitudes.

Acrescenta-se também o facto de cada intensidade poder ser expressa consoante determinados verbos tais como: (*Ibidem*, 2019, pp.205-206).

- i. Intensidade Forte (+ ou - 3): utilização do verbo “ser” ou “ter”; de verbos no modo presente; e de advérbios como “absolutamente” e “definitivamente”.
- ii. Intensidade Média (+ ou -2): utilização de verbos que não estejam no modo presente e/ou que reflitam parcialidade, probabilidade, iminência e crescimento.
- iii. Intensidade fraca (+ ou - 1): utilização de advérbios como “ligeiramente” ou “ocasionalmente” ou por uma relação hipotética.

A direção, positiva ou negativa, foi avaliada também mediante o contexto do comentário e a relação com os temas do estudo realizado: homofobia, homossexualidade e comunidade LGBTI+ em Portugal.

Quando à notação dos qualificadores, ou seja, os complementos do comentário e as palavras-chave, este será possível analisar através da relação favorável ou desfavorável, em termos avaliativos de significação, tendo por base a escala bipolar de sete pontos, três pontos de níveis positivos e três pontos de níveis negativos, que correspondem a “muito”, “bastante” e “pouco”, para ambas as direções. A utilização desta escala permite, deste modo, visualizar, analisar e estudar o conjunto de objetos de atitudes dos comentários a analisar e o grau de favoritismo ou desaprovação do produtor do mesmo, em relação aos assuntos e temas.

Para além disto, irá se ter em conta as reações (gosto, ira, adoro, surpresa, tristeza e riso), tanto nas próprias publicações das notícias partilhadas pelo Público tanto nos comentários analisados, uma vez que constituem um indicador importante para a criação de respostas complementares aos próprios comentários.

Todos as técnicas e os instrumentos metodológicos a utilizar serão, assim, imprescindíveis para a delimitação dos conteúdos a analisar e para a construção, plausível e delineada, de conclusões quanto ao tema proposto.

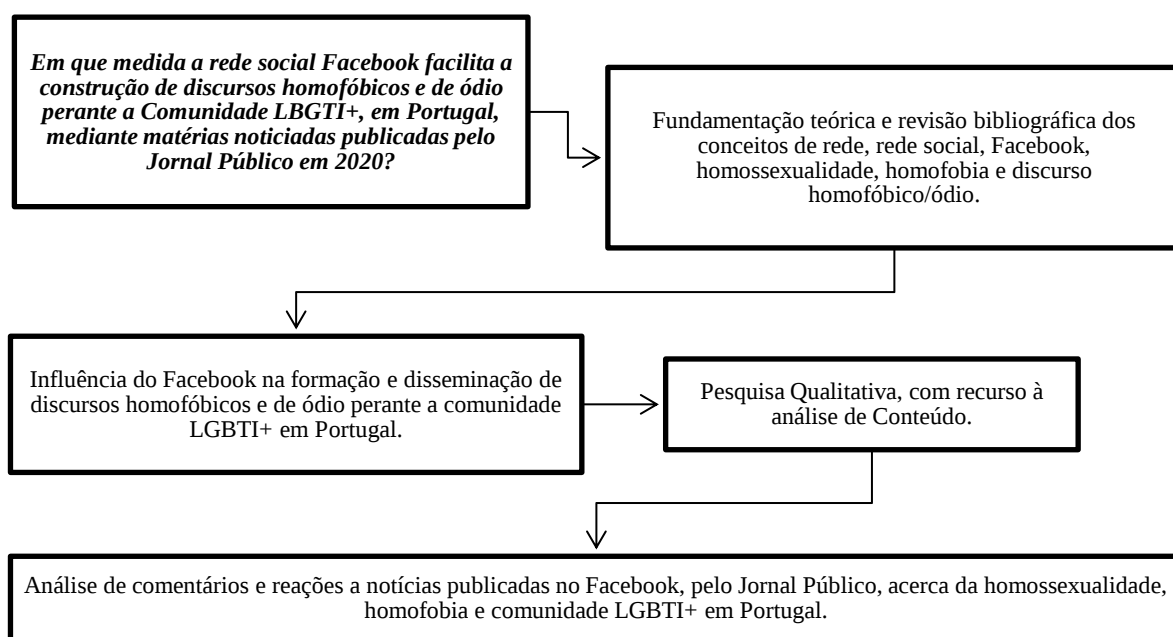
2.6. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Partindo da questão de investigação colocada para o desenvolvimento deste estudo, dos objetivos delineados e das hipóteses colocadas, fundamentadas através da realização de um pré-estudo e verificadas de modo a que sustentassem, de um modo coerente e justificado, as ambições e o problema em análise, procedeu-se, numa primeira fase, à realização da fundamentação teórica e de uma revisão bibliográfica sobre os conceitos que estão direta ou indiretamente relacionados com a questão e os objetivos delineados, nomeadamente de rede, rede social, Facebook, homossexualidade, homofobia e discurso homofóbico e de ódio. A leitura e exploração de todos estes conceitos sustiveram, assim, a formulação da problemática - Influência do Facebook na formação e disseminação de discursos homofóbicos e de ódio perante a comunidade LGBTI+ em Portugal - e guiaram o desenvolvimento empírico do estudo.

De acordo com o que já foi referido, nesta investigação irá proceder-se, através de uma pesquisa qualitativa com recurso à análise de conteúdo, à análise, estudo e verificação de comentários e reações de utilizadores e seguidores da rede social Facebook, em relação a matérias noticiosas publicadas e partilhadas na mesma rede pelo Jornal Público, acerca de assuntos relacionadas com a homossexualidade, homofobia e comunidade LGBTI+ em Portugal.

Seguindo estas etapas tornar-se-á possível entender qual o impacto que a rede social tem efetivamente na construção e disseminação de discursos homofóbicos, a forma que os comentários têm em termos de conteúdo, quais as palavras-chave mais relacionadas aos temas e que os utilizadores da rede utilizam, e que direção/intensidade estas mesmas palavras têm relativamente à homossexualidade, homofobia e à comunidade LGBTI+ em Portugal.

Figura nº 4 – Fases do processo metodológico



A análise também das reações (gosto, ira, adoro, surpresa, tristeza e riso), que constituem uma característica de interação proporcionada pela rede social em estudo, tanto nas próprias publicações das notícias partilhadas pelo Público, tanto nos comentários analisados, serão importantes para a discussão e apresentação de conclusões do estudo, uma vez que constituem um indicador importante para a criação de respostas complementares aos

próprios comentários e são uma forma de expressão de sentimentos positivos ou negativos, mediante o contexto, sobre o conteúdo.

Assim sendo, os dados, após analisados, serão discutidos, interpretados e relacionados e confrontados com as escalas de codificação selecionadas para classificação, de modo a que se tire conclusões quanto ao impacto do Facebook na concepção de discursos homofóbicos e de ódio. Todas estas etapas foram seguidas de um modo sequencial e coerente entre si, sendo que o seu prosseguimento foi essencial para assegurar a coesão de todos os procedimentos entre si e para melhor encontrar uma resposta à questão de investigação e às hipóteses colocadas. O tratamento, análise e discussão de todos os dados, por fim, só será possível após a correta aplicação das etapas metodológicas anteriores, de forma a que os mesmos dados cedam uma possível resposta às declarações e intenções do estudo e se possa confrontar, na prática, com os objetivos.

2.7. TRATAMENTO DE DADOS

A abordagem metodológica de análise de dados qualitativa, e consequente utilização do método e respetivas técnicas de análise de conteúdo, têm sempre uma unidade de análise, um contexto e um conjunto de dados que permitem a condução e a interpretação dos conceitos, informações, temas, tópicos ou padrões colocados em estudo (Gonçalves *et al.*, 2021).

Entenda-se conjunto de dados, para o *corpus* empírico, como o conjunto de materiais, informações ou documentos que o investigador tem ao seu dispor para dar uma resposta ao projeto de investigação e que são utilizados com um objetivo específico e para uma análise em particular. Estes são agrupados, na sua generalidade, em categorias – temas, tópicos ou padrões relevantes apontados e associados pelo investigador – e, a *posteriori*, fazem destacar unidades de análise e de contexto. Enquanto que a unidade de análise “pode ser uma palavra, uma frase ou tema(s)/significado, que é associado a categorias que integram o sistema de categorias elaborado”, a unidade de contexto é o segmento que reúne a informação em que se insere a unidade de análise (*Ibidem*, 2021, p.134).

De forma a que se torne possível otimizar o processo de associação de dados de discursos, como palavras, frases ou temas, em categorias, ao longo da análise dos dados, recorre-se à codificação.

Tal como se referiu anteriormente, a análise de conteúdo é um método de investigação que permite uma abordagem rigorosa e sistemática das mensagens dos diferentes *media*, e que se debruça sobre o material escrito, verbal e visual. Permite também a extração de dados e interpretações diversas, com mais do que um significado, e organizar todos os mesmos dados em categorias de significação, com base nos fatores definidos e por forma a serem feitas construções e inferências pelo investigador.

A análise de conteúdo permite, segundo Costa e Amando (2018), citado por Gonçalves *et. al.* (2021), a produção de inferências através de deduções lógicas a partir da relação entre:

- Os dados (o que é dito; por quem é dito; a quem é dito; com que finalidade; e com que resultados);
- Os quadros de referência de quem produziu a comunicação;
- As condições de produção ou contexto de emergência desses dados;
- Os quadros de referência do investigador.

É com base nestes princípios que se delineou este estudo empírico, como parte principal desta investigação. Como já mencionado, realizou-se uma análise de conteúdo, através de comentários realizados a matérias noticiadas pelo Jornal Público, na rede social Facebook, acerca da homofobia, homossexualidade e comunidade LGBTI+ em Portugal.

Os comentários, constituindo-se dados de análise e interpretação, foram lidos, interpretados e submetidos a critérios definidos inicialmente, de modo a que o estudo fosse o mais direccionado e plausível possível. Os dados recolhidos também sobre os utilizadores, na posição de comentadores das matérias seleccionadas, foram importantes para validar a unidade de análise, neste caso os comentários realizados, e a respetiva unidade de contexto, enquanto tema principal tratado nos últimos.

Em termos gerais, os comentários seleccionados tinham de se relacionar com alguma das categorias e apresentar, em termos discursivos, ideias, conteúdos e informações que

manifestassem posições em relação às mesmas categorias – homofobia, homossexualidade e comunidade LGBTI+ em Portugal. Deste modo, por limitação de dados extasiados e desviados do objetivo central do estudo, excluíram-se comentários que não estavam relacionados com as temáticas em estudo ou que, por via de resposta, eram considerados um ataque ou ofensa, a outro utilizador; comentários em resposta aos comentários principais, exceto quando fortaleciam, em ambas as direções, os anteriores; e os comentários que, por ordem do discurso, não se enquadravam no contexto e nos quadros de referência estabelecidos inicialmente.

A relação triangular entre as categorias de significação e os temas, com a utilização da rede social Facebook, enquanto canal digital de comunicação, interação e partilha de informação e com o jornal Público, como projeto de informação que concilia as potencialidades das mudanças tecnológicas e do espaço público contemporâneo e aborda matérias sem qualquer tipo de dependência ideológica, política e económica, possibilitou a construção de quadros de referência, por parte do próprio investigador, e a realização de deduções e relações entre os dados e o conteúdo.

Uma vez que a análise de conteúdo toma em consideração a linguagem e as significações (conteúdo), da leitura e interpretação de cada comentário também foram retiradas palavras-chave que, direta ou indiretamente, reiteravam, enfatizavam ou estavam associadas aos temas em análise. Esta inferência e redução em palavras-chave principais auxiliaram no tratamento, em direção e intensidade, dos comentários e fizeram surgir quadros de referência importantes para a construção lógica do trabalho de investigação.

Assim sendo, através do acesso direto à página do jornal Público no Facebook, procurou-se matérias noticiadas pelo mesmo, cujos temas principais estavam relacionados com a homofobia, homossexualidade e a comunidade LGBTI+, em 2020 e em Portugal. Todas estas notícias foram lidas e interpretadas, previamente, de modo a que houvesse uma verificação quanto ao seu conteúdo.

No total foram analisadas 8 notícias publicadas e partilhadas pelo Público, lidos 2421 comentários, e após a introdução dos critérios, foram analisados 217 destes mesmos comentários, repartidos pelas partilhas das várias notícias e através do *Excel – Microsoft Office*.

Quanto aos critérios de análise, estes foram cumpridos com o máximo de rigor e neutralidade, de forma a obter os melhores resultados possíveis para o estudo. Recorde-se que foi utilizada a escala bipolar de codificação da análise de asserção avaliativa de Osgood (1959) para a categorização do conteúdo dos mesmos comentários e para a avaliação, quanto à sua direção e intensidade (Bardin 2019).

Tabela nº 3 – Análise principal dos comentários e reações às matérias noticiosas partilhadas no Facebook pelo público

Análise dos comentários e reações da investigação - Homofobia nas Redes Sociais - Uma Análise de Discurso Homofóbico no Facebook							
Link da Notícia	Título da Notícia	Código da Notícia	Total de Comentários	Total de Comentários Analisados	Total de Reações	Total de Partilhas	Data de Publicação na rede social
https://www.facebook.com/Publico/posts/10158661714961983	Marcha do Orgulho LGBT+ no Porto faz-se a pedalar	N1	268	56	151	12	04/07/2020
https://www.facebook.com/Publico/posts/10158643561296983	João ergueu a bandeira LGBT na manifestação do Chega. As flores que recebeu davam um jardim	N2	843	62	2346	188	30/06/2020
https://www.facebook.com/Publico/posts/10159052114936983	André Ventura defende casamento gay e critica Salazar: "Atrasou-nos muitíssimo"	N3	593	7	1101	133	15/11/2020
https://www.facebook.com/Publico/posts/10159122819116983	Secretário de Estado fala sobre a sua homossexualidade: "Sou o primeiro membro do Governo casado com uma pessoa do mesmo sexo"	N4	237	27	741	28	12/12/2020
https://www.facebook.com/Publico/posts/10158483210351983	Autarca condenada a pagar dois mil euros por comentário homofóbico	N5	247	27	653	53	14/05/2020
https://www.facebook.com/Publico/posts/10158016472876983	Proudly Portugal: lançada a primeira campanha internacional para turistas LGBTI	N6	91	12	199	29	10/01/2020
https://www.facebook.com/Publico/posts/10158575452106983	Portugal é o país da UE em que menos pessoas LGBTI sofrem agressão física ou sexual	N7	19	4	83	7	11/06/2020
https://www.facebook.com/Publico/posts/10158486614481983	Activistas e figuras públicas juntam-se ao Governo para lançar campanha pelos direitos LGBTI	N8	123	22	157	13	15/05/2020
			2421	217	5331	463	

A cada notícia foi entregue um código – NX – para identificação do número da notícia, que foram analisadas aleatoriamente quando à ordem, e também por forma a poder ser integrado nos códigos dos comentários e estarem devidamente identificados – CNX00Y-, consoante a notícia a que correspondem. Todas as notícias analisadas foram publicadas em 2020 na rede social e, tanto o título como o conteúdo das mesmas estão relacionados com as temáticas em estudo.

De cada comentário foram associadas palavras-chave (Tabela 4) relacionadas com o conteúdo diretamente expresso no mesmo e relacionadas com as temáticas do estudo. Estas palavras-chave, utilizadas tanto pela negativa como pela positiva, auxiliaram na

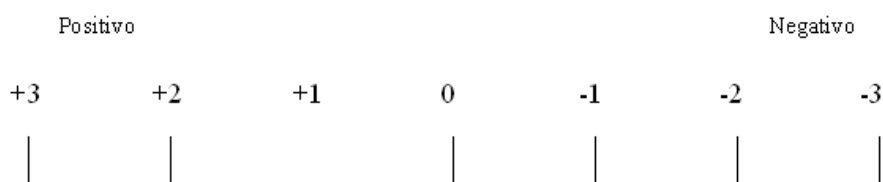
determinação da intensidade e direção do comentário e orientaram na prossecução de certos procedimentos metodológicos.

Tabela nº 4 – Palavras-chave associadas aos comentários analisados

<i>Discriminação</i>	<i>Desaprovação</i>	<i>Preconceito</i>
<i>Indiferença</i>	<i>Comunidade LGBTI+</i>	<i>Respeito</i>
<i>Igualdade</i>	<i>Gay</i>	<i>Violência</i>
<i>Crime</i>	<i>Sexo</i>	<i>Homossexualidade</i>
<i>Preferências sexuais</i>	<i>Lobby</i>	<i>Incentivo ao ódio</i>
<i>Discurso de ódio</i>	<i>Aceitação</i>	<i>Homofobia</i>
<i>Abertura</i>	<i>Liberdade sexual</i>	<i>Luta por direitos e igualdades</i>
<i>Desigualdade</i>	<i>Discurso homofóbico</i>	<i>Desrespeito</i>
<i>Sexismo</i>	<i>Heterossexismo</i>	<i>Marcha LGBTI+</i>
<i>Liberdade de expressão</i>	<i>Intimidade</i>	<i>Heterossexual</i>
<i>Integração</i>	<i>Sexualidade</i>	<i>Repressão</i>
<i>Inversão</i>	<i>Orgulho LGBTI+</i>	<i>Amor</i>
<i>Desvalorização política</i>	<i>Redes sociais</i>	<i>Desvalorização</i>
<i>Política</i>	<i>Tolerância</i>	<i>Cidadania</i>
<i>Contrastes ideológicos</i>	<i>Categorização</i>	<i>Liberdade</i>
<i>Orientação sexual</i>	<i>Direitos</i>	<i>Diferença</i>
<i>Identidade</i>	<i>Representatividade</i>	<i>Casamento gay</i>
<i>Exclusão</i>	<i>Religião</i>	<i>Família</i>
<i>Desvalorização;</i>		

A relação positiva ou negativa de um comentário foi delimitada através da associação favorável ou não em relação à homofobia, homossexualidade e comunidade LGBTI+ em Portugal. Esta avaliação tornou-se possível através da utilização da análise de asserção qualitativa do discurso de Osgood (1959), com recurso à codificação tanto dos conectores, como também dos qualificadores utilizados. Deste modo, cada comentário, através das palavras-chave associadas, foi avaliado consoante a sua direção (positiva ou negativa), intensidade (forte, média e fraca) e grau de favoritismo/desaprovação, sendo que no último recorreu-se à escala bipolar de sete pontos (figura 5).

Figura nº 5 – Escala bipolar de sete pontos



Fonte: Osgood (1969)

A escola bipolar de sete pontos de Osgood (1959) propõe tanto a determinação da intensidade, sendo que forte atinge os extremos -3 e +3, média -2 e +2 e fraca -1 e +1, bem como a notação dos qualificadores, isto é, o conteúdo que revela o grau de significação comum qualitativo, quanto à codificação favorável ou desfavorável quanto aos assuntos em análise, considerando-se três níveis positivos e outros três negativos, que correspondem a “muito”, “bastante” e “pouco”.

Assim sendo, foi avaliado e analisado o comentário na sua generalidade, bem como todos os seus conectores e palavras-chave associadas, de modo a perceber as intenções do produtor do texto, assim como o grau de uniformidade/homogeneidade entre todas as anteriores. Em termos de conteúdos, permitiu-se retirar padrões de conduta, características, ideologias e valores associados, a valência dos mesmos quanto à direção e intensidade e o grau de familiaridade quanto ao nível de contacto e grau de conhecimento sobre os assuntos, temáticas e matérias noticiosas apresentadas.

2.8. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Esta investigação, cujo tema principal é a Homofobia nas Redes Sociais – Uma Análise de Discurso Homofóbico no Facebook, teve como principal objetivo perceber de que modo a rede social Facebook facilita ou não a disseminação e construção de discursos homofóbicos e de ódio perante a comunidade LGBTI+ em Portugal, relacionando, assim, as redes sociais enquanto forma própria de organização no espaço em rede e como potencializadoras da interação e comunicação entre indivíduos, e a problemática social da homofobia, que surge ainda com relativa dimensão nas sociedades contemporâneas.

Foi a partir desta relação que se estabeleceu a questão de partida, os objetivos e as hipóteses, que após a análise, estudo e interpretação dos dados, através da análise de conteúdo aos comentários em notícias desenvolvidas e partilhadas pelo jornal Público, na sua página da rede social Facebook, serão alvo de respostas, novas suposições e confrontações de acordo com os resultados.

Refere-se novamente que este estudo qualitativo teve por base a realização de uma análise acerca do modo de como a rede social Facebook facilita ou não discursos homofóbicos e de ódio relativamente à comunidade LGBTI+ e da forma como esta mesma rede faz representar ou dissolver a comunidade em estudo. Para tal, para além da análise de

comentários, reações e a partilhas a matérias noticiosas, procurou-se verificar todos os perfis de utilizadores que comentaram e, também, compreender e associar palavras-chave adequadas e enquadradas ao contexto e à informação presente em cada comentário.

De acordo com o que anteriormente foi mencionado, foram analisadas 8 notícias criadas, publicadas e partilhadas pelo jornal Público, enquanto entidade de difusão de peças e matérias noticiosas e de informação, na sua página pública da rede social Facebook. Todas estas notícias foram avaliadas e estudadas de acordo com os parâmetros inicialmente estabelecidos: tinham como tema principal a homossexualidade, homofobia e comunidade LGBTI+ em Portugal e correspondiam ao ano 2020.

No total foram analisados 217 comentários, de acordo com os critérios definidos para a investigação e para esta análise em específico, de 2421 comentários, 5331 reações e 463 partilhas totalizadas por todas as notícias partilhadas na página:

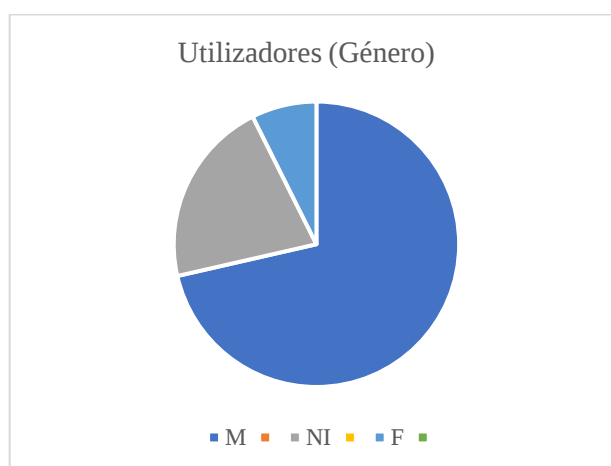
- A notícia 1 (N1) tinha um total de comentários de 268, 151 reações e 12 partilhas, tendo sido analisado 56 comentários.
- A notícia 2 (N2) tinha um total de comentários de 843, 2246 reações e 188 partilhas, tendo sido analisado 62 comentários.
- A notícia 3 (N3) tinha um total de comentários de 593, 151 reações e 133 partilhas, tendo sido analisado 7 comentários.
- A notícia 4 (N4) tinha um total de comentários de 237, 741 reações e 28 partilhas, tendo sido analisado 27 comentários.
- A notícia 5 (N5) tinha um total de comentários de 247, 653 reações e 53 partilhas, tendo sido analisado 27 comentários.
- A notícia 6 (N6) tinha um total de comentários de 91, 199 reações e 29 partilhas, tendo sido analisado 12 comentários.
- A notícia 7 (N7) tinha um total de comentários de 19, 83 reações e 7 partilhas, tendo sido analisado 4 comentários.

- A notícia 8 (N8) tinha um total de comentários de 123, 157 reações e 13 partilhas, tendo sido analisado 22 comentários.

A análise de todos os comentários, através das técnicas de codificação e asserção qualitativa, e da medição, quanto à direção e intensidade de cada comentário, em relação aos assuntos e temáticas em estudo, foi também complementada com as reações e partilhas realizadas em geral e em cada comentário, servindo como indicador importante para associar ao grau de favorável ou desfavorável em relação ao comentário e para criar inferências complementares.

Em termos de resultados, importa referir, em primeiro lugar, o utilizador que comenta este tipo de conteúdos. Do total de comentários analisados (gráfico 1), e considerando o género masculino (M), feminino (F) e não identificado (NI), 71,4% dos utilizadores são do género masculino, 21,2% não tem género associado ao seu perfil ou está privado e 7,4% são do género feminino. Este primeiro resultado revela, com clareza e de acordo com as amostras deste estudo, que o género masculino é, predominantemente, o que mais comenta, partilha e interage a este tipo de matérias e informações. Para averiguação destes resultados foi necessário proceder à análise e pesquisa de cada perfil do utilizador/comentador, de modo a verificar o seu género, país de que é natural e a autenticidade do seu perfil.

Gráfico nº 1 – Género dos utilizadores que comentaram as notícias analisadas



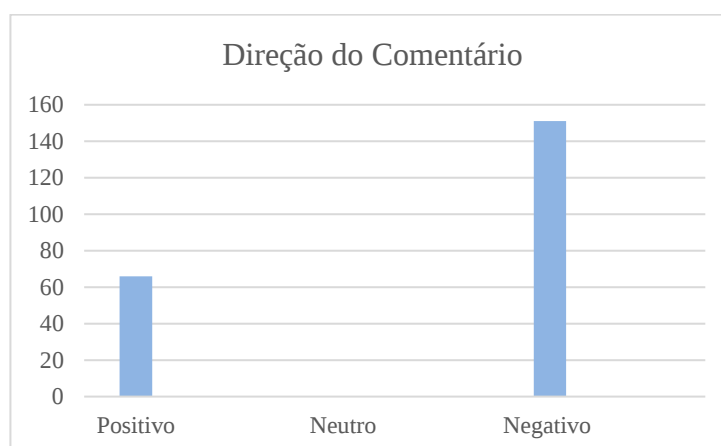
No entanto, o facto de o Facebook, apesar de ainda ter o sistema binário, tal como Grosser (2011) refere, e possibilitar a não divulgação ou presença do género no perfil é um indicador importante para associar ao estudo, visto que foram incluídos utilizadores cujo género não está identificado, público ou introduzido na rede para todos os utilizadores, deixando de ser

um critério absoluto para pertencer e interagir na rede, o que indiretamente vai de encontro à questão do género e identidade proclamadas pela comunidade LGBTI+.

Relativamente à direção do comentário, isto é, a posição, tanto positiva, neutra como negativa, que o utilizador tem em relação às temáticas, assuntos, informações, ideias, ideologias e valores transmitidos pela notícia, esta tornou-se possível através da codificação, dos conectores verbais e dos qualificadores, bem como da associação de cada comentário a palavras-chave que resumem o seu conteúdo e facilitaram o estabelecimento da sua direção.

Perante a esta análise, verificou-se que há polaridade em relação à direção do comentário, não havendo neutralidade por parte dos utilizadores na construção e edificação do seu discurso, bem como na linguagem, conectores e qualificadores utilizados, havendo, assim, uma direção ou negativa ou positiva. Em termos concretos, há mais comentários negativos do que positivos, refletindo-se numa oposição às temáticas abordadas pelas matérias publicadas pelo jornal Público. Dos comentários analisados, 151 assumem uma direção negativa (69,6%) e 66 uma direção positiva (30,4%).

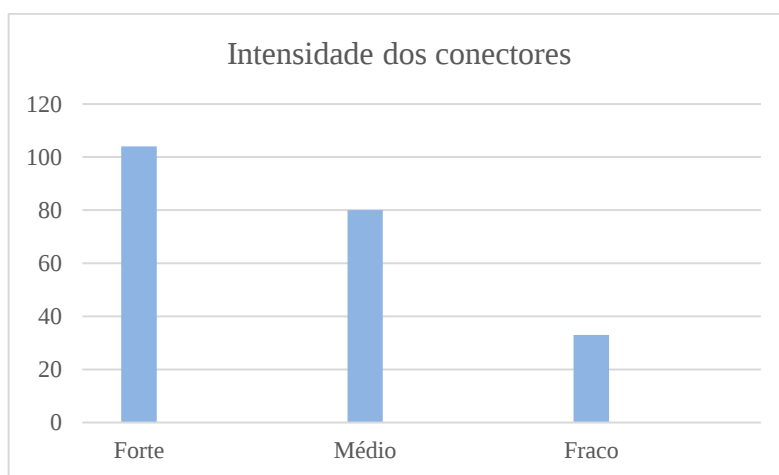
Gráfico nº 2 – Direção do comentário



Em termos de estudo e análise, este facto constitui-se também um indicador relevante para a avaliar o modo como os utilizadores reagem, enunciam e formulam o seu discurso a este tipo de notícia; reagem e discutem este tipo de assuntos com outros utilizadores; assim como, interpretam todas as questões e ideias, inseridas num determinado contexto, quanto à homossexualidade, homofobia e Comunidade LGBTI+.

A intensidade ou notação dos conectores, quer isto dizer, a determinação, através de modos verbais, advérbios e relações entre o conteúdo, a intensidade dos comentários e da respetiva associação às palavras-chave, de modo a traduzirem-se em forte, médio ou fraco, apresenta-se também com diferenças, sendo possível, através do gráfico 3, analisar que 104 comentários têm uma intensidade forte, 80 têm uma intensidade média e 33 com intensidade fraca. Traduz-se, assim, que na maior parte dos comentários há uma convicção e asserção no modo como os utilizadores defendem ou refutam as ideias partilhadas, pelo Jornal Público como pelos outros que entram em interação.

Gráfico nº 3 – Intensidade dos conectores dos comentários

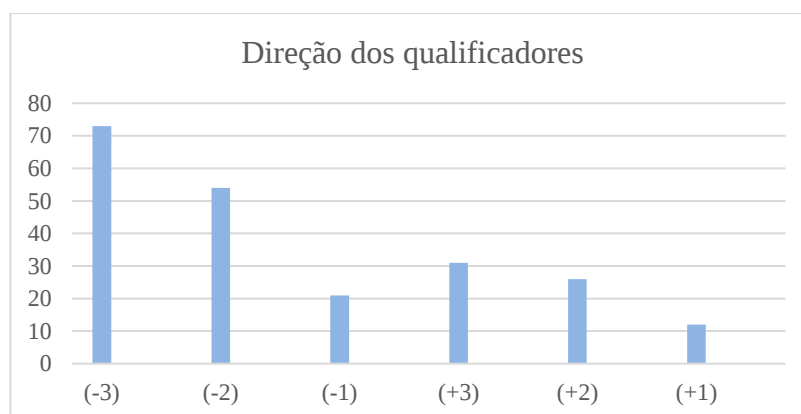


À intensidade dos conectores liga-se a direção dos qualificadores, enquanto complementos e termos de significação comum, projetando um conjunto de atitudes, valores e usos linguísticos próprios para revelar o grau de favoritismo ou desaprovação do produtor/utilizador em relação às notícias e/ou comentários publicados.

Com recurso à escala bipolar de asserção qualitativa de Osgood (1959), tornou-se possível verificar que de -3 a -1 temos uma direção negativa, e de +1 a +3 uma direção positiva, quanto à posição do utilizador na construção do seu comentário e em relação ao conteúdo e palavras-chave associadas, e que estes valores evoluem de acordo com a intensidade dos conectores, sendo o -3 e o +3 na maioria associadas a uma intensidade forte, -2 e +2 a intensidade média e -1 e +1 a intensidade fraca. Assim sendo, podemos apurar, através do gráfico 4, que existem 73 comentários com uma intensidade forte e direção negativa de -3 e 31 comentários com a mesma intensidade, mas com direção positiva de +3; 54 comentários com intensidade média e direção negativa de -2 e 26 comentários com a

mesma intensidade, mas com direção positiva de +2; e, por fim, 21 comentários com uma intensidade fraca e direção negativa de -1 e 12 comentários com a mesma intensidade e uma direção positiva de +1. Esta relação indica, sobretudo, que a posição que o comentador toma é negativa e forte em relação a este tipo de conteúdos e partilhas na rede social.

Gráfico nº 4 – Direção dos qualificadores



Acrescenta-se ainda, e como indicador a correspondência das palavras-chave à direção do comentário, sendo que as mesmas estão associadas e utilizadas de um modo negativo, são enquadradas como não relevantes ou são intensificadas de modo a revelar uma posição desfavorável.

De acordo com as tabelas apresentadas abaixo (tabela 5 e tabela 6), existem palavras-chave que se repetem e têm uma maior representação, como por exemplo incentivo ao ódio, preconceito, discriminação, comunidade LGBTI+ e liberdade de expressão. Estas fazem representar, em grande parte, os comentários negativos com intensidade forte, revelando, por parte do utilizador, posições contrárias e desfavoráveis em relação aos temas em estudo. Pela positiva, destacam-se discriminação, comunidade LGBTI+ e homofobia, prevalecendo a defesa, revolta e/ou manifestação contra outros comentários negativos que direta ou indiretamente estão associados a estes termos. Das 56 palavras-chave recolhidas de acordo com o contexto e sentido do comentário, estas são replicadas 515 vezes pela negativa e 185 pela positiva.

O facto de palavras como discriminação, preconceito, homofobia e heterossexual serem associadas a comentários com conteúdos, formulações e discursos negativos faz evidenciar a não conformidade, desvalorização, desrespeito e até desagrado para com orientações

sexuais distintas da normalizada (heterossexualidade), e também a enraizada força cultural, social e política do que é ou não padrão e correto.

Tabela nº 5 – Palavras-chave de comentários com direção negativa

Negativos	Resultados
Discriminação	70
Indiferença	21
Igualdade	11
Crime	0
Preferências sexuais	4
Discurso de ódio	1
Abertura	0
Desigualdade	2
Sexismo	0
Liberdade de expressão	22
Integração	3
Inversão	4
Desvalorização política	0
Política	11
Contrastes ideológicos	1
Orientação sexual	13
Identidade	1
Exclusão	3
Desvalorização;	7
Desaprovação	14
Comunidade LGBTI+	26
Gay	17
Sexo	6
Lobby	2
Aceitação	1
Liberdade sexual	0
Discurso homofóbico	18
Heterossexismo	10
Intimidade	2
Sexualidade	8
Orgulho LGBTI+	0
Redes sociais	0
Tolerância	1
Categorização	5
Direitos	1
Representatividade	1
Religião	1
Preconceito	65
Respeito	11
Violência	1
Homossexualidade	5
Incentivo ao ódio	93
Homofobia	8
Luta por direitos e igualdades	5
Desrespeito	15
Marcha LGBTI+	6
Heterossexual	1
Repressão	5
Amor	0
Desvalorização	7
Cidadania	0
Liberdade	3
Diferença	0
Casamento gay	1
Família	1
Dissimulação	1

Tabela nº 6 – Palavras-chave de comentários com direção negativa

Positivos	Resultados
Discriminação	12
Indiferença	2
Igualdade	9
Crime	2
Preferências sexuais	0
Discurso de ódio	8
Abertura	0
Desigualdade	1
Sexismo	2
Liberdade de expressão	8
Integração	1
Inversão	1
Desvalorização política	0
Política	4
Contrastes ideológicos	0
Orientação sexual	2
Identidade	0
Exclusão	1
Desvalorização	0
Desaprovação	1
Comunidade LGBTI+	21
Gay	3
Sexo	1
Lobby	0
Aceitação	5
Liberdade sexual	1
Discurso homofóbico	7
Heterossexismo	1
Intimidade	0
Sexualidade	1
Orgulho LGBTI+	0
Redes sociais	2
Tolerância	0
Categorização	1
Direitos	2
Representatividade	1
Religião	0
Preconceito	10
Respeito	12
Violência	2
Homossexualidade	1
Incentivo ao ódio	9
Homofobia	18
Luta por direitos e igualdades	12
Desrespeito	3
Marcha LGBTI+	4
Heterossexual	1
Repressão	2
Amor	3
Desvalorização	0
Cidadania	1
Liberdade	4
Diferença	1
Casamento gay	2
Família	0
Dissimulação	0

As reações são também um importante fator a estudar e a investigar, visto que acabam por reforçar a intenção do utilizador que comenta, tomando outros utilizadores a mesma posição ou, em menor parte, uma posição contrária. As reações a comentários negativos, dadas as opções que o Facebook apresenta, são mais as que possibilitam indiciar a mesma posição do que a contrária. Para além disto, o facto de as reações serem mais do dobro dos comentários realizados na totalidade e de forma geral apresentar-se como um motor de concordância ou discordância para com os assuntos expostos, sem que haja qualquer tipo de desenvolvimento textual ou significativo por parte do utilizador da rede.

Face aos resultados, importa avaliar a forma como os utilizadores da rede constroem o seu discurso na rede social e a linguagem que os mesmos utilizam. Uma vez que grande parte dos comentários são negativos, estes assumem palavras, expressões e denotações explícitas ou implícitas, no sentido pejorativo, negativo e muitas vezes exagerado, em relação à homossexualidade, homofobia e comunidade LGBTI+. Recorre-se, também, a termos que indiretamente provocam incentivo ao ódio, discriminação e preconceito para com os indivíduos pertencentes à comunidade em estudo e com orientações sexuais distintas (como por exemplo CN01048, CN02052, CN04020, CN05004, CN05009, CN05012 e CN06011).

Demonstra-se também, em contrapartida, que há utilizadores que defendem a comunidade e os direitos, igualdades e garantias da mesma e dos seus membros, no entanto com menos intensidade e frequência (como por exemplo em CN01002, CN01026, CN01054 e CN02017).

Há, portanto, uma maior incidência para a partilha de comentários negativos e com um discurso igualmente negativo para com matérias noticiosas sobre as temáticas em estudo e partilhadas na rede social Facebook. O utilizador apresenta-se como independente e apto para revelar qualquer tipo de opinião, e recorre a termos, expressões, ideias, convicções e ideologias culturais e sociais para, em grande parte das vezes, a fortalecer (CN01031, CN01039, CN02010 e CN04005).

2.8.1. VALIDAÇÃO, VERIFICAÇÃO E CONFRONTO DAS HIPÓTESES

Quanto às hipóteses formuladas inicialmente, estas, de acordo com a análise e apresentação dos dados, necessitam de ser confrontadas, verificadas e validadas:

Hipótese 1 - A rede social Facebook facilita a disseminação de discursos homofóbicos perante notícias partilhadas na mesma rede pelo jornal Público e relacionadas com a Homossexualidade:

Tal como se pôde constatar, tanto pelo enquadramento teórico, como também pela apresentação dos resultados, a rede social Facebook é um espaço aberto de interação e comunicação, possibilitando a cada utilizador exprimir livremente a sua opinião e os seus ideais, valores, convicções e ideologias. No entanto, há sempre margem para a construção

e difusão de discursos negativos e de ódio perante diversas situações. Neste caso em concreto, é possível concluir que o Facebook facilita, através das suas opções de comentar e reagir, a disseminação de discursos homofóbicos, sendo que em 2 (N4 e N5) das 8 notícias relacionadas diretamente com a homossexualidade, destacaram-se mais comentários com direção e intensidade negativas. Apresenta-se também a existência de comentários que discriminam indivíduos com esta orientação sexual, como por exemplo: CN04018, CN05002, CN05004, CN05005 e CN05012. Assim sendo, pode-se validar esta hipótese.

Hipótese 2 – A rede social Facebook propicia a disseminação de discursos de ódio mediante a partilha de notícias pelo Jornal Público, relacionadas com a Comunidade LGBTI+ em Portugal.

Seguindo a mesma intenção de que a hipótese anterior, se a construção e disseminação de discursos negativos, sob a forma de comentários, acontece relativamente à homossexualidade, esta estende-se à comunidade LGBTI+. As matérias noticiosas N1, N2, N3, N6, N7 e N8 estão diretamente relacionadas com a comunidade e, novamente, há um maior número de comentários negativos, quanto à direção e intenção, por parte dos utilizadores. Para além disto, denota-se falta de informação sobre o que representa a comunidade; quais os direitos, liberdades e garantias que tem ou não; e qual a essência da mesma, tal como é possível verificar através dos comentários: CN01015, CN01041, CN06011, CN07001, CN08003, CN08006 e CN08021. Deste modo, valida-se igualmente a hipótese 2.

Hipótese 3 – Os comentadores, que recorrem ao discurso de ódio e/ou homofóbico, são maioritariamente do género masculino.

Face ao número total de comentários analisados, os utilizadores de género masculino que comentam este tipo de matérias publicadas e partilhadas pelo jornal Público, correspondem a 71,4%. Uma vez que 151 comentários são de direção negativa, quanto ao conteúdo e palavras-chave associadas, pode-se afirmar que os utilizadores/comentadores do género masculino são os que mais comentam e reagem a este tipo de notícias e recorrem, em grande parte das vezes, a um discurso de ódio e/ou homofóbico para descrever, afirmar ou referir a sua opinião ou ideias, ideologias, valores e convicções. De forma a validar esta hipótese, apresenta-se alguns dos comentários realizados por utilizadores do género masculino: CN01003, CN01013, CN01029, CN02010, CN05016 e CN05017.

Hipótese 4 – O Facebook, com as opções de comentar, reagir e partilhar, favorece o ódio à comunidade LGBTI+ em Portugal.

De acordo com o que já foi analisado anteriormente, o Facebook dispõe de um conjunto de ferramentas para que os utilizadores comuniquem e interajam entre si, como é o caso dos comentários, reações e partilhas. Neste caso em análise, os comentários a matérias relacionadas com a comunidade LGBTI+ serviram como ponte de manifestação negativa à mesma, pelo conteúdo e forma como estão construídos, não tendo qualquer tipo de filtro ou impedimento. O facto de haver a possibilidade de reagir, tanto à publicação como ao comentário, serviu como um indicador de concordância com a direção negativa do conteúdo partilhado no comentário, assim como da publicação, dependendo do contexto. Ademais, aquando da partilha da notícia o utilizador pode, em descrição, indicar a sua posição, independentemente da direção. Considera-se, assim, esta hipótese válida.

Hipótese 5 – A estrutura do Facebook contribui para a homogeneização dos utilizadores.

Para Grosser (2011), o Facebook apesar de ainda dispor de vários mecanismos de libertação quanto à identidade e exposição da orientação sexual, detém, em código, um sistema binário de masculino/feminino que ainda predomina na rede, retirado todas as outras possibilidades defendidas pela comunidade LGBTI+. Para além disto, o facto de todos terem o mesmo *layout* de perfil contribui igualmente para a homogeneização do espaço de interação, em que a margem de personalização passa apenas pela mudança da foto/vídeo de perfil e capa. Assim sendo, considera-se válida esta hipótese.

Hipótese 6 – O Facebook criou mecanismos de defesa e proteção dos indivíduos que pertencem ou se identificam com a Comunidade LGBTI+.

Apesar da criação de mecanismos de partilha de direitos, garantias e igualdades LGBTI+, da iniciativa da bandeira LGBTI+ como reação (criada em 2017) e da criação de molduras para a comemoração do dia de luta contra a Homofobia, a Transfobia e a Bifobia e do dia de sair do armário, o Facebook não detém um sistema que anule ou prive a realização de qualquer tipo de comentário negativo ou a colocação de reações (contraditórias) a conteúdos relacionados com a homossexualidade e comunidade LGBTI+, sendo possível consultá-los

(como é o caso deste estudo empírico), exceto quando denunciados ou eliminados. As situações reportadas, em situação de denúncia, também nunca são imediatas, o que deixa de constituir qualquer tipo de defesa ou proteção. A refutar esta hipótese apresenta-se alguns dos comentários, como exemplo de discriminação e preconceito registados, ainda, na rede: CN01036, CN02045, CN05008, CN05009 e CN06011.

Hipótese 7 – O número de reações tende a ser superior aos comentários realizadas a matérias noticiosas publicadas pelo Público e relacionadas com as temáticas em estudo.

As reações são formas acessíveis, mediáticas e fáceis de interagir com determinado conteúdo e informação na rede social. Mediante a análise, o estudo inicial dos dados e as matérias noticiosas, o número de reações é superior aos comentários realizados, exceto na N1, em que a situação inverte-se tendo 268 comentários e 151 reações. As restantes passam-se a apresentar os resultados, de modo a validar a hipótese: N2 com 2246 reações e 843 comentários; N3 com 1101 reações e 593 comentários; N4 com 741 reações e 237 comentários; N5 com 653 reações e 247 comentários; N6 com 199 reações e 91 comentários; N7 com 83 reações e 19 comentários e N8 com 157 reações e 123 comentários.

Hipótese 8 – Os comentários realizados a matérias noticiosas do Público na rede tendem a ser negativos, quanto às temáticas em estudo.

Relativamente aos comentários analisados, interpretados e estudados neste estudo, 69,6% destes têm uma direção negativa, quanto ao conteúdo e palavras-chave associadas, relevando, assim, uma posição negativa, controversa e desfavorável em relação à homossexualidade e à comunidade LGBTI+, e de numa posição favorável relativamente à homofobia. Deste modo, valida-se a última hipótese.

Terminada a apresentação e discussão dos resultados e a validação das hipóteses, importa referir que a negatividade circunscrita à homossexualidade e à comunidade LGBTI+ e a posição favorável quanto à homofobia, presentes em mais de metade dos comentários analisados e realizados a matérias noticiosas, criadas e partilhadas pelo jornal Público, na rede social Facebook, aspiram a questões de índole social e cultural superiores. No entanto, a presença evidente de discursos de ódio ou de incentivo ao mesmo, ou homofóbicos tornam-se, pela caixa de comentários da rede, visíveis para todos os utilizadores e um mecanismo de, por via da liberdade de expressão, assumir posições extremas e produzir significados que

assumem uma total desagregação, desmoralização e destituição de uma entidade ou de um indivíduo.

CONCLUSÃO

O indivíduo, enquanto ator social na rede, que está em constante conexão e comunicação com os outros, impulsiona e forma novas dinâmicas e cria/fomenta nós. É, segundo Recuero (2009), a partir dos atores sociais, da sua identidade (anônima, fictícia ou correspondente à realidade) e dos rastros que deixam, que a rede social gera novas conexões e expande-se. É na multiplicidade, independência e na constante interação, sob o livre espírito de ser e estar online, que o “eu” cria e forma as suas relações e incentiva a difusão de causas, preconceitos, valores, crenças, informações e outros, através de um código em comum e por via de um canal.

Importa referir que o indivíduo, protegido como usuário, não precisa de se expor na totalidade, havendo espaço no ciberespaço para uma reconfiguração dele mesmo, sem que hajam quaisquer barreiras relativamente à sexualidade, cor, limitações físicas ou outras. No entanto, há espaço para, ou por distanciamento entre os sujeitos ou pela falta de informações que completem o perfil online ou pelo modo como a interface está desenvolvida, gerar discursos e ações de ódio, preconceito e de intolerância sobre as mais diversas causas (*Ibidem*, 2009).

O indivíduo, ao fazer-se representar na rede social, passa a ter a oportunidade de agir (num sentido restrito e vigilante) por si só, sem imposições aparentes. O indivíduo deixa de ter de enfrentar as normas e condutas sociais ou ter de obrigatoriamente surgir, para comunicar, apenas, através de uma interface, reagir, comentar e partilhar, tendo como filtro apenas a foto que o faz identificar e interagir.

Relativamente à homossexualidade, homofobia e comunidade LGBTI+, quando debatidas e apresentadas no grande mural das diversas redes sociais, como por exemplo o Facebook, ganham tanto espaço de representatividade, através da criação de reações com a bandeira da comunidade, celebração do dia contra a homofobia, transfobia e bifobia ou do

dia de sair do armário, como também são debatidos de forma negativa, ignorados ou terminam, ligadas a questões culturais, sociais e políticas, desvalorizadas e reprimidas pelos utilizadores.

Esta relação entre indivíduo, rede social, homofobia, homossexualidade e comunidade LGBTI+ cresce de acordo com a quantidade de conteúdos partilhados e não suscita conformidade ou equilíbrio, havendo, sobretudo, interpretações negativas e círculos comuns de oposição, que ligados a outro tipo de questões, são frequentes quando se publica ou partilha algo relacionado com as mesmas temáticas.

Com base neste espaço cedido ao indivíduo, na forma como este cresce online e na rede e no modo como este reage e participa na discussão de conteúdos relacionados com questões sociais, como a homossexualidade, homofobia e comunidade LGBTI+, tornou-se possível analisar e confrontar todos os objetivos, hipóteses e a questão colocadas para esta dissertação.

Em termos gerais, e após a revisão bibliográfica e conclusão do *corpus* empírico definido, tornou-se possível perceber e analisar que:

- a rede social Facebook, com as suas ferramentas, possibilidades de interação e critérios de aprovação ou não de publicação de conteúdos escritos, incluindo formas implícitas e explícitas da linguagem e de formulação do discurso, não coloca barreiras ou limitações aos utilizadores;
- o Facebook não atribui critérios de desaprovação/anulação de comentários, por existir determinadas palavras e que quanto à direção ou intensidade, são consideradas fortes e negativas, facilitando, assim, a utilização de termos, palavras ou expressões que incentivam ao ódio, preconceito e discriminação;
- o Facebook apenas avalia se um determinado comentário ou conteúdo é considerado como abusivo, discriminatório ou negativo após denúncia por parte de um utilizador;
- o Facebook apesar de eliminar ou restringir na interface os comentários considerados negativos, estes perduram no sistema e na base de dados da rede;

- a rede social em estudo permite que haja representação da comunidade LGBTI+ em Portugal, incentivando à igualdade, à liberdade e garantias da mesma, através de iniciativas como a comemoração do mês de orgulho LGBTI+; a criação de molduras da mesma para as fotos de perfil e a inserção da reação da bandeira LGBTI+;
- os comentários realizados a matérias noticiosas partilhadas pelo Jornal Público em 2020 e no contexto de Portugal são maioritariamente negativos e de intensidade forte relativamente à homossexualidade, homofobia e comunidade LGBTI+;
- as reações aos comentários negativos às notícias analisadas são superiores aos dos comentários positivos;
- os utilizadores que mais comentam este tipo de notícias são do género masculino, sendo que os mesmos são os que comentam de um modo negativo e com intensidade forte;

Assim sendo, temáticas como homossexualidade, homofobia e comunidade LGBTI+, quando partilhadas na rede social Facebook e sob a forma de notícia, são interpretadas de um modo negativo e depreciativo, sendo ainda consideradas, como irrelevantes, dispensáveis, inversão, crime ou mero exibicionismo. A desigualdade, o preconceito, a discriminação e a liberdade camuflam-se nos comentários realizados às notícias partilhadas, contribuindo para a criação de contrapostos e visões contrárias acerca das temáticas.

Reduzidos ao contexto de Portugal e ao espaço temporal de 2020, é possível verificar que os comentários são, na sua maioria negativos, e assumem termos, expressões, denotações e palavras, que quer de um modo direto ou não, assumem um tom pejorativo, irónico e exagerado em relação à comunidade e aos indivíduos que seguem, se relacionam ou estão diretamente associados à mesma.

A investigação iniciou-se com a pergunta - *“Em que medida a rede social Facebook facilita a construção de discursos homofóbicos e de ódio perante a Comunidade LBGTI+, em Portugal, mediante matérias noticiosas publicadas pelo Jornal Público em 2020?”*, - e como resposta a esta podemos deduzir que, face a todas as análises e formulações realizadas, é através dos mecanismos, formas próprias e ferramentas presentes no Facebook, que se torna possível realizar qualquer tipo de comentário negativo, com incentivo ao ódio e de

carácter de preconceito e discriminação a indivíduos homossexuais ou pertencentes à comunidade LGBTI+ em Portugal, mediante as notícias estudadas e partilhadas pelo Público na mesma rede. Esta resposta deve-se também pelo facto de mais de metade dos comentários analisados serem negativos e com intensidade forte, relevando controvérsia, desprezo ou desaprovação para com os temas que envolvem a questão, havendo também a presença de um discurso ofensivo, provocador, homofóbico e de ódio.

Quer por questões sociais e culturais, quer pelas facilidades que cada indivíduo tem em poder interagir, reagir e comentar aquilo que quer e do modo como bem entender, é, deste modo, clara a presença de posições desfavoráveis e até mesmos extremas, por parte de utilizadores do Facebook, em relação ao papel, características e lutas da comunidade LGBTI+ em Portugal e aos indivíduos que nela se inserem ou incluem, tanto pela sua identidade, género, comportamento ou orientação sexual.

Importa referir que o estudo seguiu e foi desenvolvido de acordo com os critérios pré-estabelecidos, de modo a evitar o máximo de dados extraviados, assim como seguiu-se as técnicas e os métodos com o máximo de rigor e responsabilidade, dada a amplitude que o mesmo pudesse vir a criar. Também a realização do mesmo esteve isenta de qualquer motivação externa, de colaboração com algum grupo, organização ou entidade, ou de pertença à comunidade.

Relativamente às limitações desta investigação, destaca-se o fator tempo, que dada a celeridade dos processos impostos foi sempre posto em causa; a amplitude e a dimensão cultural/social que os temas abrangidos abarcam na atual sociedade, quer pela controvérsia, quer pela representatividade que têm; e as limitações da própria rede, que motivos de sistemas de prioridades de informação ou armazenamento de dados, bloqueia ou desvia determinados conteúdos nos perfis, passado um determinado tempo, constituindo um barreira ao próprio desenvolvimento da investigação.

Reflete-se, por fim, sobre o modo como na atualidade e no seio da nossa sociedade se encara qualquer tipo de representação ou grupo, e como qualquer tipo de “fobia” ou ódio pode alterar o posicionamento do indivíduo perante si mesmo e os seus pares. A dimensão social e cultural que envolve o indivíduo e as facilidades que o mesmo tem de se renovar, representar e interagir, no complexo mundo da rede e não só, fazem com que este tome tanto a posição de emancipação, por luta de direitos, deveres, garantias e igualdades, como

também de opressão de causas, movimentos, representações ou organizações. Há pouco espaço para a neutralidade. Há posições e estas, nem que seja através do “*like*”, são marcadas e traduzem-se num conjunto de significados. Quando surge a comunidade LGBTI+ e a homossexualidade nas redes sociais, há, ainda, um desencontro de disposições, que por via do discurso, ou pelos mecanismos que assistem o indivíduo (utilizador), estas são abordadas de um modo negativo, traduzindo-se facilmente em posições de ódio, discriminação e preconceito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abdulahi, A. *et al.* (2014). A Study on the Negative Effects of Social Networking Sites Such as Facebook among Asia Pacific University Scholars in Malaysia. *International Journal of Business and Social Science*, vol. 5, n.10, pp. 133-145.
- About Facebook. (3 de maio de 2020). Obtido de Website Oficial do Facebook: <https://about.fb.com/company-info/>
- Albuquerque, A. (2004). A homossexualidade e alguns dos seus problemas. *Revista portuguesa de medicina geral e familiar*, v.20, n.3, pp.373-383.
- Alvarenga, E. (2012). *Metodologia da Investigação quantitativa e qualitativa - Norma técnica de apresentação de trabalhos científicos*. Paraguai: Gráfica Saf.
- Babo, I. (2005). *Uma reflexão sobre valores*, in I. Babo-Lança (dir.), *Estudos e ensaios em homenagem a Eurico Figueiredo*. Porto: Edições Afrontamento, pp. 103-122.
- Babo, I. (2018). Redes, ativismo e mobilizações públicas. Ação colectiva e ação conectada. *Revista Estudos em Comunicação*, nº 27, vol.1, pp. 219-244.
- Babo, M.A. (2002). A rede como metáfora e as suas implicações. *Revista de Comunicação e Linguagens*, pp.387-392.
- Baran, P. (1964). *On distributed communication: I. Introduction to Distributed Communications Networks*. Califórnia: The Rand Corporation.
- Bardin, L. (2019). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Barlow, J. (1996). *A Declaration of the Independence of Cyberspace*. Editions Hache.
- Beck, U., Giddens, A. & Lash, S. (2000). *Modernização reflexiva. Política, tradição e estética na ordem social moderna*. Oeiras: Celta.
- Becker, H. (1966). *Outsiders. Studies in the Sociology of Deviance*. Nova Iorque: The Free Press.
- Bell, J. (2010). *Como realizar um projecto de investigação - trajectos*. Lisboa: Gradiva.

- Bolsoni, E. (2014). *Sociabilidade, Identidade e Identificação em Rede, Uma observação no Second Life: Conhecer para nosso discente EAD*. Maringá: Centro Universitário de Maringá.
- Borrillo, D. (2015). *Homofobia – História e crítica de um preconceito*. Minas Gerais: Autêntica Editora.
- Brandão, A. (2000). Sexualidades e identidades – reflexões em torno de algumas questões de carácter epistemológico. *IV Congresso Português de Sociologia*.
- Cabo, M. (27 de fevereiro de 2019). *Adoção por casais gay está em vigor há três anos. E os técnicos da Segurança Social ainda não tiveram formação*. Obtido de TSF - Rádio Notícias: <https://www.tsf.pt/sociedade/adocao-por-casais-gay-esta-em-vigor-ha-tresanos-e-os-tecnicos-da-seguranca-social-ainda-nao-tiveram-formacao-10624020.html>
- Caldarelli, G. & Catanzaro, M. (2012). *Networks: A very short introduction*. Oxford: Oxford University Press.
- Campenhoudt, L., Marquet, J. & Quivy, R. (2019). *Manual de Investigação em Ciências Sociais – Reformulado, Complementado, Atualizado*. Lisboa: Gradiva.
- Cardoso, L. (2013). *Comunicação através do Facebook: nos clubes de futebol: estudo de caso* [Dissertação de Mestrado]. Universidade de Aveiro.
- Carlos, B. (2019). *A Educação para a (Des)Igualdade de género: O papel da educação na (re)produção dos estereótipos de género* [Dissertação de Mestrado]. Universidade Nova de Lisboa.
- Carrera, F. (2018). *Marketing Digital na Versão 2.0. – O que não pode ignorar*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Carrera, F. (2018). *Marketing Digital na Versão 2.0. – O que não pode ignorar*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Cascais, F. (Dezembro de 2006). Diferentes como só nós. O associativismo GLBT português em três andamentos. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, pp. 109-126.

- Castells, M. (2003). *A Galáxia da Internet – Reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Castells, M. (2009). *Comunicación y poder*. Madrid: Alianza Editoria.
- Castells, M., & Cardoso, G. (2005). *A Sociedade em Rede. Do Conhecimento à Acção Política*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- Chun, W. H. (2016). *Habitual Connections, or Network Maps: Belatedly Too Early*. In Updating to Remain the Same – Habitual New Media. Cambridge (Mass.): The MIT Press
- Costa, R. (2012). Homossexualidade: um conceito preso ao tempo. *Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades*, v. 1, n. 01.
- Coutinho, V. (2014). *The Social Book. Tudo o que precisa saber sobre o Facebook*. Actual Editora.
- Dantas, M., & Neto, A. (março/abril de 2015). Grupo de Estudos do Tempo Presente. O discurso homofóbico nas redes sociais da internet: uma análise no facebook "Rio sem Homofobia - Grupo Público", pp. 27-41.
- Dantas, M., & Neto, A. (março/abril de 2015). O discurso homofóbico nas redes sociais da internet: uma análise no Facebook "Rio sem Homofobia - Grupo Público". *Grupo de Estudos do Tempo Presente*, pp. 27-41.
- Deleuze, G. & Guattari, F. (1987). *A Thousand Plateaus – Capitalism and Schizophrenia*. London: University of Minnesota Press.
- dezanove. (s.d.). dezanove - Notícias e Cultura LGBTI em português. Obtido de dezanove: <https://dezanove.pt/>
- Di Felice, M. (2012). Netativismo: novos aspetos da opinião pública em contextos digitais. *Revista Famecos*, v.19, n.1, pp.27-45.
- Di Felice, M. (2012). Redes Sociais Digitais, Epistemologias Reticulares e a Crise do Antroporfismo Social. *Revista de Comunicação e Linguagens*, nº43/44: *Analítica dos Novos Media*.

- Di Felice, M. (2013). Ser redes: o formismo digital dos movimentos net-ativistas. *MATRIZES*, n.2, pp.49-71.
- Eco, U. (1984). *Semiotics and the Philosophy of Language*. Bloomington: Indiana University Press.
- Faustino, P. (2019). *Marketing Digital na Prática*. Lisboa: Marcador editora.
- Fernandes, S. (2011). *Homofobia: Perceção dos Discursos Sociais e Experiência da Vitimização de Homossexuais* [Dissertação de Mestrado] Universidade do Minho.
- Fialho, J. (janeiro/junho de 2017). A Construção da Identidade Social e Profissional através da ação das redes de sociabilidade laboral. *Revista Argumentos Montes Claros*, v.14, n.1, pp.138-162.
- Fialho, J., et. al. (2018). *Redes Sociais – Para uma Compreensão Multidisciplinar da Sociedade*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Fortinm M.F. (2009). *Fundamentos e etapas do processo de investigação*. Lisboa: Lusodidacta.
- Foucault, M. (1997) *A Ordem do Discurso*. Lisboa: Relógio d'Água.
- Foundation, I. D. (3 de maio de 2020). Obtido de Interaction Design Foundation: <https://www.interaction-design.org/>
- Francisco, A. (2012). Privacidade em redes sociais centrada no utilizador recorrendo à Gestão de Direitos Digitais [Dissertação de Mestrado]. Instituto Universitário de Lisboa.
- Galloway, A. & Thacker, E. (2004). *Protocol, Control and Networks*. Grey Room. Massachusetts: Massachusetts Institute of Technology n°7, pp.6-29.
- Galloway, A. & Thacker, E. (2010). *The Exploit: A Theory of Networks*, Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Giddens, A. (2005). *Sociologia*. Porto alegre: Editora Artmed.
- Goffman, E. (1961:1991). *Stigma*. Harmondsworth, Middlesex: Penguin Books.

- Gonçalves, S. et al. (2021). *Manual de Investigação Qualitativa – Conceção, Análise e Aplicações*. Lisboa: Pactor – Edições de Ciências Sociais, Forenses e da Educação.
- Grosser, B. (2011). *How the technological design of Facebook Homogenizes Identity and Limits Personal Representation*, pp. 1-31.
- Jensen, K. B. (2002). *A Handbook of Media and Communication Research - Qualitive and quantitive methodologies*. Londres e Nova Iorque: Routledge - Taylor & Francis Group.
- Jorente, M. (Janeiro/Junho de 2014). Design da Informação, linguagens convergentes e complexidade na rede social e ambiente digital do Facebook. *Informação & Tecnologia (ITEC)*, pp. 116-129.
- Knutsson, J. (1977). *Labeling Theory*. Suécia: Scientific Reference Group.
- Laville, C., & Dionne, J. (1999). *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em Ciências humanas*. Minas Gerais: Editora UFMG.
- Lipovetsky, G. (1983). *L'ère du vide. Essais sur l'individualisme contemporain*.
- Maffesoli, M. (2010). Pós-modernidade. *Revista Comunicação e Sociedade*, vol.18, pp. 13-20.
- Magalhães, C., Neto, J. & Santos, R. (2010). *Avaliação da Interface das Redes Sociais Mais Populares do Brasil*. Universidade Federal Rural de Pernambuco.
- Magalhães, V. (2016). *O Design centrado no utilizador na criação de uma rede social* [Dissertação de Mestrado]. Instituto Politécnico de Viana do Castelo.
- Marques, V. (2017). *Redes Sociais 360 – Como comunicar online*. Actual Editora.
- Mendes, E. (2012). *Facebook e as marcas de moda: Aumento das vendas online?* [Dissertação de Mestrado]. Universidade do Minho.
- Neves, J. & Costa, P. (2010). A individuação eco(socio)lógica na pós-modernidade. *Comunicação e Sociedade*, vol.18, pp.179-192.

- Nogueira, C., Oliveira, J., Almeida, M., Costa, C., Rodrigues, L. & Pereira, M. (2010). *Estudo sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de género*. Coleção estudos de género 8. Lisboa: Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género.
- Notícias, D. d. (11 de junho de 2017). *Criada reação LGBT*. Obtido de Diário de Notícias: <https://www.dn.pt/media/criada-a-reacao-lgbt-no-facebook8556345.html>
- OCDE. (2019). *The LGBT Challenge: How to better include sexual, and gender minorities?* OCDE Social Indicators, p. 15.
- Ogburn, F. & Nimkoff, F. (1975). *Acomodação e Assimilação in Cardoso, F. H. e Ianni, O. (org.) Homem e Sociedade: Leituras Básicas de Sociologia Geral*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Oliveira, A., & Machado, M. (21 de setembro de 2019). Mídias Digitais e Reações Negativas Às Campanhas Publicitárias LGBT. *Consumer Behavior Review*, v.3, pp. 14-23.
- Oliveira, S. (2018). *Os consumidores nas Redes Sociais – As suas motivações e as Percepções das Marcas* [Dissertação de Mestrado]. Universidade Europeia.
- Paiva, V. (2016). A Linguagem dos Emojis. *Trabalhos de Linguística Aplicada, Campinas*, vol. 55, n. 2, pp. 379-399.
- Patrício, R., & Gonçalves, V. (2010). *Facebook: rede social educativa*. I Encontro Internacional TIC e Educação, pp. 593-598. Lisboa: Universidade de Lisboa, Instituto de Educação.
- Pedro Sebastião, S., & Viegas, L. (2021). Plataformas digitais enquanto fontes de informação: O caso Comunidade Cultura e Arte. *Media & Jornalismo*, 21(38), 161-184.
- Peixoto, S. (2017). *A Ferramenta Facebook na Estratégia de Comunicação – O caso Onevet Group, S.A* [Relatório Final de Mestrado]. Universidade Católica Portuguesa.
- Pereira, G., & Baranauskas, C. (2015). *Opressões de identidade de género e orientação sexual percebidas em interfaces de usuário de sistemas digitais: um estudo exploratório*.

- Plummer, K. (2011). *Labeling Theory*. University of Essex.
- Prateat, J., Silva, R., Triska, R., & Schulenburg, H. (2012). Compreendo a Relação entre a Gestalt e o Design da informação na apresentação das ações curtir, comentar e compartilhar no Facebook. *Revista Travessias*.
- Primo, A. (2003). *Interação Mediada por Computador: A comunicação e a educação a distância segundo uma perspectiva sistêmico-relacional*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Informática na Educação.
- Público. (s.f.). Publicações [Página de Facebook]. Facebook. Consultado a 20 de setembro de 2021 de <https://www.facebook.com/Publico>
- Queiroz, F. (2014). *Dicas para se fazer resumos, fichamentos, seminários, resenhas e papers*. Bahia.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. (2005). *Manual de Investigação em Ciências Sociais - Trajectos*. Lisboa: Gradiva.
- Recuero, R. (2009). *Redes Sociais na Internet*. Porto Alegre: Editora Meridional .
- Recuero, R. (Maio-Agosto de 2014). Curtir, Compartilhar, comentar: trabalho de face, conversação e redes sociais no Facebook. *Verso e Reverso*, XXVIII, pp. 114-124.
- Roberts, L. (1986). The ARPANET & Computer Networks. *Conference on The history of personal workstations (HPW '86)*. Association for Computing Machinery, pp. 51–58.
- Sanches, A. (10 de maio de 2016). *Portugal entre os que mais asseguram direitos de gays e transexuais*. Obtido de Jornal Público: <https://www.publico.pt/2016/05/10/sociedade/noticia/portugal-entre-os-que-maisrespeitam-os-direitos-de-homossexuais-e-transgenero-1731322>
- Santos, A. (dezembro de 2006). Entre a Academia e o Ativismo: Sociologia, Estudos Queer e Movimento LGBT em Portugal. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, pp. 91-108.
- Santos, B. (2013). A importância do design para tornar as redes sociais mais interativas. *Texto Livre - Linguagem e Tecnologia*, pp.150-164.

- Santos, I. (2013). *Comportamento do consumidor online: Modelização da utilização das redes sociais* [Dissertação de Mestrado]. Instituto Politécnico de Coimbra - Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital.
- Schäfer, G., Leivas, P. G. C., & Santos, R. H. dos (2015). Discurso de ódio: da abordagem conceitual ao discurso parlamentar. *Revista de informação legislativa: RIL*, 52(207), pp. 143-158.
- Shifter (25 de setembro de 2019). *Império Facebook continua a dominar em Portugal*. Obtido de Shifter: <https://shifter.sapo.pt/2019/09/dominancia-facebook-portugal/>
- Silva, D., Frizzi, F., Júnior, J., Cabestré, S., & Santos, T. (3-5 de julho de 2013). Redes Sociais e Relacionamento Interpessoal - Um Estudo no Âmbito Universitário. *XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudoeste*.
- Silva, L., & Francisco, R. (2020). Gestão de Conteúdo de ódio no Facebook: um estudo sobre haters, trolls e naysayer. *P2P & Inovação*, pp. 38-56.
- Souza, D. (2019). *A Representação da Comunidade LGBTQ+ em Vídeos Publicitários* [Dissertação de Mestrado]. Universidade da Beira Interior.
- Souza, Y., Moreira, R., Cabral, H., & Souza, C. (2018). *A influência das Redes Sociais Digitais na Homofobia*. XV Encontro Virtual de Documentação em Software Livre e XII Congresso Internacional de Linguagem e Tecnologia Online.
- Stein, M., Nodari, C., & Salvagni, J. (janeiro/março de 2018). Disseminação do ódio nas mídias sociais: análise da atuação do social media. *Interações*, pp. 43-59.
- Steyerl, H. (2016). *A Sea of Data: Apophenia and Pattern (Mis)Recognition*. In *e-flux journal*, v.72.
- Subramanian, K. (2017). Influence of Social Media in Interpersonal Communication. *International Journal of Scientific Progress and Research*, pp.70-75.
- Tian, Y., Galery, T., Dulcinati, G., Molimpakis, E., & Sun, C. (3-7 de Abril de 2017). Facebook Sentiment: Reactions and Emojis. *Fifth International Workshop on Natural Language Processing for Social Media*, pp. 11-16.

- Vendrame, F. (2015). *A Homofobia Institucionalizada em Portugal e no Brasil* [Dissertação de Mestrado]. Universidade de Coimbra.
- Vermelho, S., Velho, A.& Bertoncello, V. (2015). Sobre o conceito de redes sociais e seus pesquisadores. *Educação e Pesquisa*, v.41, n.4, pp.863-881.
- Wellman, B. (2001). Physical Place and CyberPlace: The Rise of Personalized Networking. *International Journal of Urban and Regional Research*, vol 2, n.2.

Anexo A

Análise dos Comentários

Análise dos comentários e reações da investigação - Homofobia nas Redes Sociais – Uma Análise de Discurso Homofóbico no Facebook									
N úmer o Come ntário	Comentários Analisados	G ênero do utiliza dor que publi cou o come ntário	C ódigo da Notíci a	C ódigo do Come ntário	Palavras- chave	N úmer o de reaçõ es ao come ntário	Ti po de Come ntário (Positi vo, Neutr o ou Negati vo) em relaçã o ao conte údo	Int ensidad e do Coment ário	D ireçã o do Come ntário
1	"Que tenho a ver com essa merda?"	M	N 1	C N0100 1	Discriminaç ão; Desaprovação; Preconceito; Indiferença.	4	N egativ o	For te	(- 3)
2	"Nuno Fialho deve achar que não é relacionado por sangue ou por amizade com alguem LGBTQ+..uma vez que parece não ter compaixão com o resto da humanidade, pelo menos pense nos que estão próximos de si! Só lhe desejo que venha a descobrir que uma pessoa próxima faz parte desta comunidade, assim pde ser quev perceba o	I N	N 1	C N0100 2	Comunidad e LGBTI+; Respeito; Igualdade.	7	P ositiv o	For te	(+3)

	que TODOS temos a ver com essa `merda`.."										
3	"Enquanto não seja obrigatório ser gay eu estou descansado. Contudo, infelizmente acho que já estivemos mais longe ..."	M	1	N	C N0100 3	Gay; Igualdade; Preconceito.	6	1	N egativ o	Mé dio	(- 2)
4	"Henrique Pereira o que devia ser obrigatório era teres cérebro em vez de merda na cabeça. Infelizmente quem tem merda na cabeça também está autorizado a fazer comentários."	M	1	N	C N0100 4	Preconceit o; Respeito.	6		N egativ o	For te	(- 3)
5	"Henrique Pereira não se preocupe que ninguém o vai obrigar a ter sexo com homens! se isso acontecer vai ser sempre crime, violação. a não ser que você goste....."	I	1	N	C N0100 5	Sexo; Homossexualid ade; Violência; Crime;	1		P ositiv o	Mé dio	(+2)
6	"Morga Wayne Eagledove eu não gosto, mas muitos gays acham graça. O glory hole diz-lhe algo ?"	M	1	N	C N0100 6	GAY; Preconceito; Discriminação; Preferências sexuais;	0		N egativ o	For te	(+3)
7	"Henrique Pereira conheço o conceito. deve ser onde você vai, não sei de que lado do buraco mas tem de ter a parede pelo meio porque você desse ser um daqueles encafuados dentro do armário com um cheiro nauseabundo a naftalina"	I	1	N	C N0100 7	Preconceit o; Respeito.	0		N egativ o	Mé dio	(- 2)
8	"Não sei porque é que ainda dão conversa às contas falsas do chega."	M	1	N	C N0100 8	Lobby; Dissimulação;	1		N egativ o	For te	(- 3)

9	"Miguel Costa Vaz porque estão a querer normalizar o ódio e a fazer outros pensar que há mais gente assim em Portugal do que na verdade.."	I	N	1	N	C N01009	Incentivo ao ódio; Preconceito;	2	P ositiv o	Mé dio	(+2)
0	1 "Morga Wayne Eagledove ódio aonde ? Onde transparece ódio nas minhas palavras ? Não sejam estúpidos. Só se vê ódio e ofensas gratuitas é nas vossas respostas."	M	N	1	N	C N01010	Incentivo ao ódio; Discurso de ódio;	2	N egativ o	For te	(- 3)
1	1 "Henrique Pereira Ok, voltemos ao início: "Enquanto não seja obrigatório ser gay eu estou descansado. Contudo, infelizmente acho que já estivemos mais longe ..." Você acha que a comunidade LGBT quer obrigar as pessoas a ser 'gays'??"	I	N	1	N	C N01011	Gay; Aceitação; Comunidade LGBTI+;	0	P ositiv o	Mé dio	(+2)
2	1 "O que é pedido é para apenas não ser homofóbico."	I	N	1	N	C N01012	Homofobia; Preconceito;	1	P ositiv o	For te	(+3)
3	1 "Aposto que as bicicletas não têm selim"	M	N	1	N	C N01013	Preconceito; Discriminação; Incentivo ao ódio;	3	N egativ o	For te	(- 3)
4	1 "Paulo Helder o que lhe interessa a si?? pelo menos são felizes e teem orgulho dos que vieram antes deles e abriram caminho para poderem ser abertamente quem são, ao contrário de alguns que passam a vida frustrados sexualmente e a comentar piadas porcas sobre assuntos sobre os quais não sabem nada!"	I	N	1	N	C N01014	Orgulho; Liberdade sexual; Preconceito; Luta por direitos e igualdades;	4	P ositiv o	For te	(+3)

5	1	"Não podiam ter escolhido coisa menos aberrante que um arco íris. Por amor da santa que demode. Nem que fosse um lilás ou um bordeaux."	M	1	N	C N01015	Preconceito; Discriminação; Incentivo ao ódio;	0	Negativo	Mé	(-2)
6	1	"Francisco Lopes "Fontes sugerem que Baker teve fortes inspirações na canção "Over the Rainbow", além de se basear no movimento hippie, em que o arco-íris era um símbolo de paz e harmonia." via wikipédia sobre quem criou a bandeira"	I	1	N	C N01016	Orgulho; Comunidade LGBTI+;	0	Positivo	Mé	(+2)
7	1	"circo 🏠"	I	1	N	C N01017	Discriminação; Desaprovação; Preconceito; Indiferença.	2	Negativo	For	(-3)
8	1	"Orgulho em prevalecer apesar de vocês"	F	1	N	C N01018	Discriminação; Desaprovação; Preconceito; Indiferença.	2	Negativo	For	(-3)
9	1	"Mas que comentários idiotas, vivam e deixem viver."	F	1	N	C N01019	Preconceito; incentivo ao ódio; indiferença;	9	Positivo	For	(+3)
0	2	"Só vejo por aqui comentários homofóbicos. A educação e o respeito ficam para quem os pratica."	M	1	N	C N01020	Homofobia; Incentivo ao ódio; respeito; Discurso de ódio; Luta por direitos e igualdades;	9	Positivo	For	(+3)
1	2	"Se tivessem más é juízo... 🙄🙄🙄🙄🙄"	M	1	N	C N01021	Incentivo ao ódio; desaprovação;	0	Negativo	Mé	(-2)
2	2	"Se você não fosse mas é homofóbico..."	M	1	N	C N01022	Homofobia; Luta por direitos e igualdades; Incentivo ao ódio;	1	Positivo	Mé	(+2)
3	2	"César Aires Pereira O vosso problema é que quem não concorda convosco é automaticamente homofóbico e racista e sexista e "faxista", etc.... 🤔🤔🤔🤔🤔🤔🤔🤔🤔🤔🤔"	M	1	N	C N01023	Homofobia; Desigualdade; Incentivo ao ódio;	1	Negativo	For	(-3)
4	2	"João-Felix Almeida O problema é que quem faz comentários	M	1	N	C N01024	Homofobia; Discriminação; Discurso homofóbico;	3	Positivo	For	(+3)

		homofóbicos, adivinhe... Exato, é homofóbico."								
5	2	"Mas precisam de edentificar -se ??????"	F	N	C N0102 5	Incentivo ao ódio; Discriminação;	0	N egativ o	Mé dio	(- 2)
6	2	"Maria Alves Sim! Imagine que você não podia dar um abraço, dar a mão ao seu marido na rua com medo de ser espancada? Precisamos que as pessoas percebam que qualquer pessoa pode ser gay e não há problema com isso! O seu médico pode ser gay! Um familiar seu pode ser gay! Quer que passem a vida com medo de manifestar afecto a quem amam com medo de represálias?? Viver uma vida dupla??"	I	N	C N0102 6	Gay; discriminação; Preconceito; Igualdade; Desrespeito;	0	P ositiv o	Mé dio	(+2)
7	2	"E você precisa mostrar que é homofóbica?"	M	N	C N0102 7	Homofobia;	0	P ositiv o	Mé dio	(+2)
8	2	"Assim- como- assim, espera-se que o governo, no seu já avisado controle de intervenções de ódio, leve em conta os comentários homofóbicos de pessoas menos arejadas que recorrem a velhas moletas machistas, sexistas e de linguagem pouco sã."	I	N	C N0102 8	Discurso de ódio; Discurso Homofóbico; Sexismo; Heterossexismo ;	4	P ositiv o	Mé dio	(+2)
9	2	"Bandeiras, Marchas, Passadeiras, Organismos, Arco Iris e não sei mais o quê! Porquê? Eu gosto de ovos estrelados e não ando com uma galinha em cima da cabeça."	M	N	C N0102 9	Comunidade e LGBTI+; Desrespeito; Incentivo ao ódio; Lobby gay; Discriminação;	1	N egativ o	Mé dio	(- 2)

0	3	"Terrível que 99% dos comentários contra a marcha e homofóbicos são homens.. Sinto-me muito desiludida na procura de uma cara metade que mereça o meu respeito.."	I	N	1	N	C N0103 0	Comunidade e LGBTI+; Marcha LGBTI+; Homofobia; Respeito; Sexismo;	2	P ositiv o	For te	(+3)
1	3	"Morga Wayne Eagledove sabe o que distingue a raça humana das restantes espécies animais? A racionalidade! No reino animal os filhos reproduzem com as próprias mães. Porque será que não é uma prática comum nos humanos? Não, eu não sou homofóbico. Só não concordo com estas manifestações, que deixaram de ser reivindicações de direitos para passarem a ser promoção e incentivo ao resto da sociedade de algo que só diz respeito à cada pessoa individualmente: intimidade. Fique bem."	M	N	1	N	C N0103 1	Desrespeito; Heterossexismo ; Liberdade de expressão; Intimidade;	2	N egativ o	For te	(- 3)

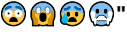
2	3	"Não é que eu tenha de lhe dizer isto, mas até vou, só para o senhor entender q já se devia ter calado à muito tempo.. eu sou heterossexual, e não me sinto superior a ninguém, se bem me lembro foi o senhor que fez a comparação ridícula entre gostar de ovos e usar uma galinha na cabeça para o mostrar e a liberdade de terceiros. Isto sim para mim é arrogância, eu aceito a diferença de todos, já você dúvida. A minha moral é inclusão, qual é a sua? Comparar galinhas a liberdade? Isso diz muito mais acerca de si do que quem participa no pride.. Em vez de estar aqui a discutir desde ontem a sua opinião ignorante (isto nao é agressividade, é realidade, peço desculpa) já tinha ido pesquisar e já tinha entendido o que é que o PRIDE e porque é que ainda faz sentido hoje em dia acontecer.. se se preocupassem mais com o que se passa dentro de vossa casa e menos com a vida de terceiros estes comentários todos nao estariam aqui.. enquanto houverem pessoas do mesmo sexo a serem espancadas porque estão de mãos dadas na rua ou porque dão um beijo em	F	N	C N0103 2	Heterossexual; Igualdade; Liberdade de expressão; Comunidade LGBTI+; Integração;	1	P ositivo	Mé dio	(+2)
---	---	--	---	---	-----------------	--	---	--------------	-----------	----------

		público (como qualquer casal heterossexual faz sem ter metade da rua a olhar e a comentar) estas marchas continuam a fazer sentido, só não vê quem não quer ou quem, como o senhor, realmente se preocupa mais com não gostar "de carnavais" do que com liberdades básicas de outro ser humano. Um bem haja para si e amor, consigo ver que precisa 😊"									
3	3	"Se eles gostam de levar no cu, deixá-los levar, se gostam de engoli-lo até à glote, deixá-los engasgar-se! 🌈"	M	1	N	C N0103 3	Discriminação; Preconceito; Desrespeito; Incentivo ao ódio;	1	N egativ o	Mé dio	(- 2)
4	3	"Tirem o slim que eles e elas gostam mais!"	M	1	N	C N0103 4	Discriminação; Preconceito; Desrespeito; Incentivo ao ódio;	0	N egativ o	Mé dio	(- 2)
5	3	"Orgulho hetero"	M	1	N	C N0103 5	Heterossexismo; Incentivo ao ódio;	0	N egativ o	Fra co	(- 1)
6	3	"Para quando uma marcha do orgulho Heterossexual com a pompa que estas são encaradas, pelos organismos estatais, não me choca nada a comunidade LGBT mas haja bom senso e igualdade..."	M	1	N	C N0103 6	Heterossexismo; Incentivo ao ódio; Igualdade; Preconceito; Comunidade LGBTI+;	1	N egativ o	For te	(- 3)

7	3	"Sou adepta liberdade e da individualidade de cada pessoa, seja ela em forma de plumas ou não. Não sei porque raio isso lhe fere tanto a vista!! Não o faco mas também não critico. A marcha não é so plumas ou carnaval como lhe chama! E depois vem p aqui com discuross que a comunidade está inserida. Vá mas é evoluir"	F	1	N	C N0103 7	Discriminaç ão; Comunidade LGBTI+; Marcha LGBTI+; Incentivo ao ódio;	0	P ositiv o	Fra co	(+1)
8	3	"Façam as marchas que quiserem, mas não são precisas macacadas."	M	1	N	C N0103 8	Discriminaç ão; Marcha LGBTI+; Preconceito;	1	N egativ o	For te	(- 3)
9	3	"É Marcha- Atrás ?"	M	1	N	C N0103 9	Discriminaç ão; Incentivo ao ódio; Preconceito; Desrespeito; Preferências sexuais;	0	N egativ o	Mé dio	(- 2)
0	4	"Homofóbico ."	M	1	N	C N0104 0	Homofobia;	0	P ositiv o	Mé dio	(+2)
1	4	"Para quando a marcha do orgulho hetero? Esta gente não se dá conta que com estas marchas se está a auto-discriminar.."	M	1	N	C N0104 1	Heterossexi smo; Discriminação; Marcha LGBTI+;	6	N egativ o	Mé dio	(- 2)
2	4	"Orgulho hetero ou será antes um orgulho homofóbico? 😊"	M	1	N	C N0104 2	Heterossexi mo; Homofobia;	1	P ositiv o	Fra co	(+1)
3	4	"Vivam as vossas vidas e deixem-de de merdas... Sempre a bater na mesma tecla"	I	1	N	C N0104 3	Indiferença; Discriminação; Preconceito;	1	N egativ o	For te	(- 3)
4	4	"Sem sentido algum..."	F	1	N	C N0104 4	Indiferença; Discriminação; Preconceito;	0	N egativ o	For te	(- 3)
5	4	"Marcha para quê? Fodei vos pah."	F	1	N	C N0104 5	Preconceit o; Marcha LGBTI+; Incentivo ao ódio; Discriminação;	0	N egativ o	Mé dio	(- 2)
6	4	"A pedalar? Como pedalam para trás?"	I	1	N	C N0104 6	Preconceit o; Marcha LGBTI+; Incentivo ao ódio; Discriminação;	2	N egativ o	Mé dio	(- 2)

7	4	"Bruno Padilha, Pedro D Oliveira... ousi dizer que é sem selim..."	M	1	N	C N0104 7	Preconceito; Marcha LGBTI+; Incentivo ao ódio; Discriminação;	5	N egativ o	Fra co	(- 1)
8	4	"O exibicionismo está-lhes na pele 😊😊😊"	M	1	N	C N0104 8	Discriminação; Preconceito; Desrespeito; Incentivo ao ódio; Liberdade de expressão;	2	N egativ o	For te	(- 3)
9	4	"pedala mas é montado no crlh"	M	1	N	C N0104 9	Incentivo ao ódio; Discriminação; Violência; Sexo;	4	N egativ o	For te	(- 3)
0	5	""É verdade que existe a ideia propagada de que as pessoas homofóbicas são, no íntimo, gays reprimidos. No entanto, esta tem vindo ao longo dos anos, a ser substanciada consistentemente por diversos estudos científicos, sobretudo americanos. Universidades de Rochester, Califórnia ou Georgia, nos Estados Unidos e Essex, em Inglaterra, são algumas das entidades que realizaram estudos indicadores de que as pessoas que crescem em ambientes familiares e sociais dominados pelo machismo e por círculos repressores, recalcam os seus desejos mais íntimos, e que num processo de defesa e receio de estigma, suprimem a atração que sentem por pessoas do mesmo sexo, tornando-se extremamente preconceituosas. Segundo	M	1	N	C N0105 0	Sexualidade; Homofobia; Repressão; Heterossexualidade; Gay; Inversão;	7	P ositiv o	For te	(+3)

	Journal of Personality and Social Psychology, esta é a forma de defesa e preservação da sua individualidade. O resultado dos estudos do Departamento de Psicologia da Universidade da Georgia, concluiu que na maior parte dos casos, há um conflito tão grande quanto à própria sexualidade, que a repressão se transforma em repúdio e agressividade.""								
1	5 "Orgulho LGBT..?!?.. porquê..?.. quem quiser ser panáscó, é panáscó... quem quiser ser hetro é hetro... tudo em paz amigos.... cada um faz o que bem entende com o seu corpo..!!!.. Uns gostam de levar, outros gostam de receber;..... tirando aqueles que só querem dar.... 😊"	M	N 1	C N0105 1	Orgulho LGBTI+; Discriminação; Preconceito; Heterossexualismo; Preferências sexuais;	2	N egativ o	For te	(- 3)
2	5 "Palhaçadas"	M	N 1	C N0105 2	Discriminação; Preconceito;	1	N egativ o	Fra co	(- 1)
3	5 "Beijocas de todas as cores!!!!"	F	N 1	C N0105 3	Discriminação; Preconceito; Comunidade LGBTI+;	4	N egativ o	Fra co	(- 1)

4	5	"Voces tem medo do que nao entendem. Amor e Amor, Amor ha de sempre sair vitorioso no fim, voces passam nesta vida vazios sem ele. Com Amor vem respeito por ti, e pelos outros. Estas marchas sao ainda necessarias em pleno 2020 porque estes comentarios ainda sao feitos em 2020. Voces param tudo para festejar feriados que sao tradicionais ou futebol. Isto e sobre a vida de muita gente. Real."	F	N	C N0105 4	Respeito; Amor; Igualdade; Marcha LGBTI+;	8	P ositiv o	For te	(+3)
5	5	"Frutabol Clube! 	M	N	C N0105 5	Discriminaç ão; Preconceito; Comunidade LGBTI+;	0	N egativ o	Fra co	(- 1)
6	5	"Luis Carreira vê lá se as botas desse senhor combina com a tua bandeira... Se fores olha q as bicicletas n tem celim."	M	N	C N0105 6	Comunidade e LGBTI+; Discriminação; Incentivo ao ódio;	1	N egativ o	Mé dio	(- 2)
7	5	"Mas o chega não foi fazer uma marcha contra ninguém.... Não fez sentido nenhum esse protesto"	M	N	C N0200 1	Desaprovaç ão; Incentivo ao ódio; Desvalorização Política;	2 7	N egativ o	For te	(- 3)
8	5	"O jovem foi lá mostrar a bandeira. Não houve nenhuma reação por parte de nenhum manifestante. Onde está o tal ódio de que fala o texto? Só vi pessoas civilizadas de ambos os lados."	F	N	C N0200 2	Comunidade e LGBTI+; Desvalorização política; Incentivo ao ódio; Respeito;	6 4	N egativ o	Fra co	(- 1)
9	5	"Ana Boléo nas redes sociais e na vida real. Sim estavam lá extremistas direitas que já foram condenados não são civilizados eles acham que os negros têm de ser eliminados."	M	N	C N0200 3	Discriminaç ão; Redes sociais;	1	P ositiv o	Fra co	(+1)

		Mas também como foram humilhados em praça pública. Ninguém dos outros partidos é lue não ligou nenhuma a um partido de racistas nazistas xenófobos"									
0	6	"O João foi provocar, mas do outro lado estavam pessoas educadas que se manifestaram contra o racismo. O João foi ignorado. Não se passa nada!"	M	N	C N0200 4	Incentivo ao ódio; Liberdade de expressão; Desvalorização;	5	5	N egativ o	For te	(- 3)
1	6	"Será que este jovem sabe que LGBT e Chega não se misturam?"	M	N	C N0200 5	Comunidade e LGBTI; Política;	2		N egativ o	Fra co	(- 1)
2	6	"O Joao levou uma bofetada de mão cheia de civismo e respeito pelo outro!!! Ups, o João ficou triste por ninguém o ter agredido ou insultado para que assim tivesse algum protagonismo na abertura de um qualquer noticiário, contudo, o público tenta explorar algo onde não há nada!!!"	M	N	C N0200 6	Incentivo ao ódio; Liberdade de expressão; Desvalorização; Desaprovação;	6	4	N egativ o	For te	(- 3)
3	6	"O rapaz foi enganado pensava que era uma manif contra os gostos sexuais mas afinal era uma manif contra os racistas do SOS racismo"	M	N	C N0200 7	Incentivo ao ódio; Preferências sexuais; Liberdade de expressão;	5	1	N egativ o	Mé dio	(- 2)
4	6	"O manifestante gay foi de uma coragem singular! Os manifestantes do CHEGA foram de uma tolerância de louvar."	F	N	C N0200 8	Gay; Tolerância; Liberdade de expressão; respeito; Política;	0	2	N egativ o	For te	(- 3)

5	6	"Não tinha nada para fazer ."	M	2	N	C N02009	Incentivo ao ódio; Liberdade de expressão; Desvalorização;	1	Negativo	For	(-3)
6	6	"Cérebros trocados..."	M	2	N	C N02010	Incentivo ao ódio; discriminação;	0	Negativo	Fra	(-1)
7	6	"Nunca houve tanta gente com pena de si própria 😊"	F	2	N	C N02011	Incentivo ao ódio; discriminação;	7	Negativo	Mé	(-2)
8	6	"Há um provérbio hippie que diz"quando te falarem em bombas,atira lhes com amor."This is it. 😊🌈💙"	F	2	N	C N02012	Comunidade LGBTI+; Amor;	18	Positivo	For	(+3)
9	6	"Teve tomates... mas não concordo com este tipo de provocações, se se fosse o fascistas do Chega numa manifestação de democrata já estava meio país aos berros. Respeitar para ser respeitado"	M	2	N	C N02013	Respeito; Igualdade;	6	Negativo	For	(-3)
0	7	"Estamos numa DEMOCRACIA idiota!!pt"	M	2	N	C N02014	Desigualdade; Liberdade;	2	Positivo	For	(+3)
1	7	"O João foi ignorado, o João não conseguiu provocar como pensava que conseguia, o João ficou deprimido e o Público está a tentar fabricar uma notícia de ódio porque são incapazes de publicar notícias verdadeiras"	M	2	N	C N02015	Incentivo ao ódio; desaprovação;	76	Negativo	For	(-3)
2	7	"o João recebeu mil "obrigados" de toda a comunidade LGBT que viu a Marcha ser cancelada para dar espaço à manifestação do Chega."	M	2	N	C N02016	Comunidade LGBTI+; Marcha LGBTI+;	11	Positivo	Mé	(+2)

3	7	"Jorge Borges isto não é uma notícia de ódio 😊 é uma notícia de coragem, de cidadania e de iniciativa. É um exemplo de responsabilidade individual na luta pela liberdade daquilo que se acredita."	F	2	N	C N0201 7	Incentivo ao ódio; Luta por direitos e igualdades; Cidadania;	2	P ositiv o	For te	(+3)
4	7	"Queria provocar...ele aue faça isso na Rússia ou na China comunista..."	M	2	N	C N0201 8	Desrespeito; Discriminação; Incentivo ao ódio;	0 1	N egativ o	Mé dio	(- 2)
5	7	"Qual ódio? Não vi agressões nem insultos ou destruição. Eu queria era ver ao contrário numa manifestação da esquerda alguém aparecer com um símbolo conservador. O ódio está a esquerda onde se derruba estátuas e se maltrata a polícia."	M	2	N	C N0201 9	Incentivo ao ódio; Política; Contrastes ideológicos;	3 2	N egativ o	For te	(- 3)
6	7	"Ninguém lhe tocou, porque nas senhoras não se bate nem com uma flor.... Enquanto o público se preocupa com estes assuntos "importantes" o NB e a TAP chulam valente a metade de tugas que paga impostos...."	M	2	N	C N0202 0	Incentivo ao ódio; Discriminação; Preconceito;	7 1	N egativ o	For te	(- 3)
7	7	"Ninguém na manifestação quis saber dele e ele estava à espera de se fazer de vítima se tivesse sido maltratado pelos manifestantes, mas como isso não aconteceu, foi só fazer figura de palhaço."	M	2	N	C N0202 1	Incentivo ao ódio; Discriminação; Preconceito;	7 1	N egativ o	Mé dio	(- 2)
8	7	"Para Mim cada Macaco no seu galho a manifestação do Chega era só para o Chega quando for o LGBT é só para eles dar o	M	2	N	C N0202 2	Comunidade LGBTI+; Respeito; Igualdade.	1	N egativ o	Mé dio	(- 2)

	Respeito para ser respeitado!!!"								
7 9	"Depois se acontecesse alguma coisa era ódio. 🙄🙄🙄🙄🙄 Uma pessoa que vai provocar desta forma está bem da cabeça?"	M	N 2	C N0202 3	Incentivo ao ódio; desaprovação;	3	N egativ o	Fra co	(- 1)
8 0	"Alguém à procura de sexo fácil. Desta vez não se desenrascou."	M	N 2	C N0202 4	Incentivo ao ódio; sexo;	6	N egativ o	Fra co	(- 1)
8 1	"Mais uma prova que a segurança e o respeito pelo outro cabe nesta manifestação, a bandeira do LGBT nunca esteve tão segura como aqui e o Público pode confirmar 😊"	M	N 2	C N0202 5	Comunidade e LGBTI+; Respeito;	6	N egativ o	Fra co	(- 1)
8 2	"Público, mas era suposto ter acontecido alguma coisa ao cidadão ou à sua bandeira? 😞"	M	N 2	C N0202 6	Incentivo ao ódio;	9	N egativ o	Fra co	(- 1)
8 3	"Seriamente, só gente com convicção e mente segura admitiu o rapaz e o deixou passar a sua mensagem. Deslocada e de provocação. Levou sopa e o Chega provou que as pessoas sabem estar. Facam o inversa numa manif da CGTP ou do PS ou do Bloco ou do PCP..."	M	N 2	C N0202 7	Igualdade; Liberdade de expressão;	1 4	P ositiv o	Fra co	(+1)
8 4	"O que vale é que para esta comunicação social, tudo é notícia. Essa "do ódio" não percebi. 🐼🐼"	F	N 2	C N0202 8	Incentivo ao ódio;	1	N egativ o	For te	(- 3)
8 5	"E a sua posição foi respeitada... Mais um tiro nos pés da malta da esquerda irresponsável e utópica q mais q nunca espalha o ódio"	M	N 2	C N0202 9	Incentivo ao ódio; respeito;	2 5	N egativ o	For te	(- 3)

6	8	"Mas o que está a fazer o miúdo? Era uma manifestação sobre Nao Racismo. NADA contra homossexualidade. Nada contra outra cor...Bolas...estou farta destes tipos."	F	2	N	C N0203 0	Homossexualidade; Categorização;	3	1	P ositiv o	Fra co	(+1)
7	8	"Bom, pelos vistos foi respeitado e ninguém se meteu com ele. Gostava de ver se fosse ao contrário!!!!"	M	2	N	C N0203 1	Respeito;	1	1	N egativ o	Fra co	(- 1)
8	8	"Se fosse ao contrário com uma bandeira do partido, de certeza que não chegava a sair da rotunda. O João, só conseguiu provar que as pessoas são livres de terem as suas orientações sexuais, pois isso só diz respeito, a quem de direito. Bravo João, por demonstrares que és livre e podes circular em todo lado e em qualquer manifestação! #one_race_the_human_race #patriots"	M	2	N	C N0203 2	Liberdade; Orientação Sexual;	5		P ositiv o	For te	(+3)
9	8	"Um gajo à procura de sexo fácil. Não se desenrascou. Saiu da manifestação e entrou na sede do BE."	M	2	N	C N0203 3	Discriminação; Sexo; Incentivo ao ódio;	1	1	N egativ o	Mé dio	(- 2)
10	9	"Mais depressa um homossexual conservador é aceite no chega que um hetero socialista!"	M	2	N	C N0203 4	Homossexual; Categorização;	9		N egativ o	Mé dio	(- 2)

1	9	"Que sacanas. Este gajo foi para provocar confusão. Ninguém tem dúvidas disso. Levou desprezo e foi ignorado. Então, segundo o imbecil, os manifestantes estavam "a dizer coisas que não ouvi"."	M	2	N	C N0203 5	Incentivo ao ódio; Discriminação;	7	N egativ o	For te	(- 3)
2	9	"O que este indivíduo quer é apenas protagonismo. Com certeza à espera de ser entrevistado por algum canal sensacionalista pronto para perguntar como é transportar a bandeira do orgulho gay numa manifestação de um perigoso grupo de extrema direita. Correu-lhe mal. Agora gostava de o ver fazer o mesmo numa manifestação do PNR"	M	2	N	C N0203 6	Incentivo ao ódio; Comunidade LGBTI+; Gay;	8	N egativ o	Mé dio	(- 2)
3	9	"Mas a malta que estava na manifestação esteve à altura e ignorou o homem por completo. Se fosse alguém de direita a defender que as minorias tem de cumprir os deveres numa manifestação de esquerda ia ser linchado. Esta manifestação foi um exemplo de civismo e de respeito."	M	2	N	C N0203 7	Incentivo ao ódio; Discriminação;	9	N egativ o	Mé dio	(- 2)
4	9	"essa de que o Chega quer proibir o casamento homossexual é um mito urbano. não só o Chega é a favor da união civil entre homossexuais, como quer legalizar a adoção de crianças por casais homossexuais - o	M	2	N	C N0203 8	Homossexu al; Direitos;	3	1 positiv o	For te	(+3)

	que não é permitido em Portugal."								
5	9 "O bom desta malta achar que já é fixe mostrar os vários tipos de -fóbico que são é que agora fazem-no com a cara e nome completo à mostra."	F	N 2	C N02039	Homofobia; Discriminação;	2	P ositiv o	Mé dio	(+2)
6	9 "Dulce Paes Reis acho que os grunhos nem perceberam o significado da presença do rapaz nem da bandeira que trazia. Provavelmente pensaram que era apenas mais um na manif um pouco mais "colorido" 😊😊"	M	N 2	C N02040	Discriminaç ão; Preconceito; Comunidade LGBTI+;	1	N egativ o	Fra co	(- 1)
7	9 "Mas não percebem que com os comentários, estão a dar tiros nos pés» Mas qual provocação, ou tentativa de confusão? Não era uma manif anti racismo? Deveria ser então, anti homofobia, anti-xenofobia, no geral, anti-preconceito! Este corajoso e talvez heroi, só vos veio dizer, que ele representou uma minoria, com todo o direito de estar onde quiser e ser aceite como um igual. Mas não, foi uma ofensa à moral e bons costumes dos chegófilos."	F	N 2	C N02041	Liberdade de expressão; Igualdade; Preconceito; Homofobia;	2	P ositiv o	Mé dio	(- 2)
8	9 "E fez bem, aquilo era uma manifestação de heterobichas."	M	N 2	C N02042	Discriminaç ão; Heterossexismo ; Incentivo ao ódio;	4	N egativ o	For te	(- 3)
9	9 "Provocação e a única palavra que me merece, como ninguém lhe ligou	M	N 2	C N02043	Incentivo ao ódio; desaprovação;	6	N egativ o	For te	(- 3)

	nenhuma volta ao seu local de trabalho no parque Eduardo sétimo"									
00	1 "O CHEGA é contra os homossexuais? Alguém o ofendeu na manif? São só perguntas que faço"	M	2	N	C N0204 4	Homossexualidade; Incentivo ao ódio;	5	N egativo	Mé dio	(- 2)
01	1 "Metam o João no cu do namorado junto com as vossas notícias de merda 🍌🍌🍌🍌"	M	2	N	C N0204 5	Preconceito; Discriminação; Incentivo ao ódio;	5	N egativo	For te	(- 3)
02	1 "Tanto odio que vai por aqui contre uma pessoa que foi expressar a sua opiniao,nao disse nada ,nao mostrou odio,nem faze gestos nazis,so mostrou a bandeira!!Grande rapaz,parabens!!!"	F	2	N	C N0204 6	Incentivo ao ódio; Comunidade LGBTI+;	8 1	P ositivo	For te	(+3)
03	1 "Eu queria ver se fosse um senhor de extrema direita com uma bandeira numa manifestação LGBT... era logo "um provocador e o seu lugar era na prisão".. não me façam rir. Este palhaço quis foi protagonismo ou que alguém lhe fizesse algo para ser falado e visto como um herói.. teve tanto azar que ninguém lhe passou cartão, como ele tanto gosta. Vão todos ter uma surpresa daquelas nas eleições! Abraço Viva Portugal !"	M	2	N	C N0204 7	Comunidade LGBTI+; Preconceito; Discriminação; Incentivo ao ódio;	6 1	N egativo	For te	(- 3)

04	1	"Alguém quer tirar direitos à minha comunidade. Minorias no geral. PESSOAS. Esse alguém pode ganhar poder no nosso país. Não fui mostrar ódio. Fui mostrar que nós existimos, e que ouvimos. Por todos. E que queremos igualdade. Não ofendi ninguém. Longe disso. ao contrário do líder deste partido que já usou palavras homofóbicas demasiadas vezes."	M	2	N	C N02048	Comunidade LGBTI+; Direitos; Igualdade; Discurso homofóbico;	55	1	P ositivo	For te	(+3)
05	1	"Se foi para provocar, saiu-lhe o tiro pela culatra. Nunca o Chega teve posições homofóbicas."	M	2	N	C N02049	Incentivo ao ódio; Desaprovação; Homofobia;	9	2	N egativo	Mé dio	(- 2)
06	1	"Eu gostaria que ele e todos os presentes tivessem tido a responsabilidade de ficar em casa , com todo o respeito pelos ideais que defendem , há tanta forma de fazer a diferença."	F	2	N	C N02050	Respeito; Diferença; Aceitação;	0	0	P ositivo	Mé dio	(+2)
07	1	"O João é um triste!"	M	2	N	C N02051	Incentivo ao ódio; Discriminação; Discurso de ódio; Repressão;	6	0	N egativo	For te	(- 3)
08	1	"O João ganhava mais ,em ter ficado na cama com o namorado."	M	2	N	C N02052	Incentivo ao ódio; Discriminação; Liberdade de expressão;	7	0	N egativo	Mé dio	(- 2)
09	1	"Grande João! 🇵🇹"	M	2	N	C N02053	Comunidade LGBTI+; Aceitação; Liberdade de expressão;	4	1	P ositivo	Mé dio	(+2)
10	1	"Grande João. Mais amor e menos ódio. Nunca se esqueçam que o 25 de abril foi feito com cravos e não com balas. O mesmo 25 de abril que deu direito a estes senhores se manifestarem."	F	2	N	C N02054	Comunidade LGBTI+; Aceitação; Liberdade de expressão; Liberdade	0	1	P ositivo	Mé dio	(+2)

11	1	"Foi á procura de confrontação, e despertar ódio, foi tratado com respeito e foi á sua vida! Agora queria ver o João a fazer este teste, ir a uma manifestação da esquerda com uma bandeira do CHEGA. Isso é que era de Homem!"	M	2	N	C N0205 5	Incentivo ao ódio; Preconceito; Discriminação; Respeito;	1	1	N egativ o	te For	3) (-
12	1	"A prova disso é q o chegan e homofóbico eu tive lá, ele foi bem tratado e ninguém o mandou embora. Isso chama se demogracia"	M	2	N	C N0205 6	Homofobia; Respeito	2	1	N egativ o	te For	3) (-
13	1	"E a sua posição foi respeitada... Mais um tiro nos pés da malta da esquerda irresponsável e utópica q mais q nunca espalha o ódio"	M	2	N	C N0205 7	Liberdade de expressão; Igualdade; Homofobia; Política;	5	2	N egativ o	te For	3) (-
14	1	"Que atitude de coragem! É fácil falar quando por se ser heterossexual, nunca se sofreu qualquer palavra, olhar ou consequência movida pelo ódio ou falta de respeito. É por isso que faz sentido o orgulho LGBT. Parabéns 🇧🇷🇵🇹"	M	2	N	C N0205 8	Discurso de ódio; Comunidade LGBTI+; Liberdade de expressão;	7	1	P ositiv o	te For	(+3)
15	1	"Hmm só tenho pena de não existir uma marcha pelo orgulho hetero..."	M	2	N	C N0205 9	Discriminaçã o; Heterossexismo ; Incentivo ao ódio;	2		N egativ o	Mé dio	2) (-
16	1	"Força João, tenho pena que não haja mais gajos como tu. Para deixar mais mulheres livres para mi 😊"	M	2	N	C N0206 0	Incentivo ao ódio; Discriminação; Heterossexual;	6		N egativ o	te For	3) (-

17	1	"Obrigada João, por mim, por ti, por nós todos! Por um futuro sem ódio onde o respeito seja a palavra de ordem. Obrigada João por tornares o mundo que a minha filha vai herdar, melhor! Não te conheço, não sei quem és, mas és um dos meus heróis."	F	2	N	C N0206 1	Comunidade LGBTI+; Liberdade de Expressão; Luta por direitos e igualdades;	4	1	P ositiv o	For te	(+3)
18	1	"Este queria macho"	I	2	N	C N0206 2	Discriminação; Preconceito; Incentivo ao ódio;	2		N egativ o	Mé dio	(- 2)
19	1	"O Ventura cada vez surpreende mais, não é por acaso que cada vez mais tem simpatizantes temos de ser honestos é o único que defende todos em vários pontos distintos. Seja forças de segurança pública, é o único a defender, seja o povo pelos seus impostos que pagamos altíssimos agora os homossexuais e minorias o único a defender o patriotismo e a nação que uma boa parte de esquerda despreza .. os esquerdalhos vão se ver entre as 10 e as 11 pra conseguir parar este homem, sou de direita mas cada vez mais me revejo neste partido Carrega Ventura"	M	3	N	C N0300 1	Política; Homossexualidade; Comunidade LGBTI+; Política;	6		N egativ o	For te	(- 3)
20	1	"Não foi o mesmo que criticou o Papa Francisco especialmente sobre a sua visão sobre a comunidade gay, e também não foi ele que foi meter flores na Campa do Salazar ?"	M	3	N	C N0300 2	Comunidade LGBTI+; Discriminação; Incentivo ao ódio;	3		P ositiv o	For te	(+3)

	Humm ... a convicção e a palavra de um fascista vale tanto quanto a sua pessoa ou seja NADA."									
1 21	"Navegar ao sabor do vento. Não admira que defenda o casamento gay , talvez o namorado dele o tenha pedido em casamento. Quanto ao aborto , ele é um"	M	3	N	C N0300 3	Discriminaç ão; Desaprovação; Preconceito; Desrespeito; Incentivo ao ódio;	5	N egativ o	Mé dio	(- 2)
1 22	"Sim senhor. Não tarda quer as mulheres a conduzir e a usar calças..."	F	3	N	C N0300 4	Discriminaç ão; Preconceito; Desrespeito; Incentivo ao ódio; Liberdade de expressão;	4 1	N egativ o	Mé dio	(- 2)
1 23	"Aconselhem -no a dar uma entrevista mas aos seus apoiantes, porque eles andam equivocados. É vê-los nas notícias sobre gays, Lgbt ou aborto na Polónia, a comentar e a defenderem o oposto do que a criatura defende aqui. A menos que...ah já sei, é como a sua tese na univ. de Cork, uma coisa é o que escreve, outra coisa (oposta) é o que diz. Deve ser isso..."	M	3	N	C N0300 5	Comunidade e LGBTI+; Liberdade de expressão, Política; Discurso de ódio;	1	P ositiv o	Mé dio	(+2)
1 24	"Eis a estratégia do policia bom/policia mau. O Chega é o mau e o Ventura é o bonzinho, que até defende aborto e casamentos gay."	M	3	N	C N0300 6	Política; Homossexualid ade; Direitos; Igualdade; Comunidade LGBTI+;	4	N egativ o	For te	(- 3)
1 25	"Vai sair do armário!"	M	3	N	C N0300 7	Discriminaç ão; Comunidade LGBTI+; Incentivo ao ódio;	0	N egativ o	Mé dio	(- 2)

26	1	"Completamente ridículo este artigo. O que é que interessa para o desempenho das suas funções a orientação sexual que tem? É melhor secretário de estado por dar conta da sua preferência? Qualquer dia vai ser notícia: "Ministro é o primeiro Vegan do executivo e conseguiu que cantina do hemiciclo tenha 4 pratos diários". Podem, por favor, tentar dar mais ênfase a notícias que realmente sejam importantes para todos os portugueses?"	M	4	N	C N0400 1	Orientação sexual; política; discriminação; Incentivo ao ódio;	3	N egativ o	For te	(- 3)
27	1	"Parabéns pela atitude! Sem dúvida mais homem que todos estes homofóbicos que abundam aqui. É incrível que agora a homofobia vem disfarçada de... não tenho nada a ver com isso... o que é que isso interessa?... INTERESSA SIM! É relevante sim! Não me venham com a lógica do racismo inverso!!! Ainda gostava de entender como funciona a cabeça destas pessoas pelas quais só posso lamentar e sentir pena."	M	4	N	C N0400 2	Homofobia; Discurso Homofóbico;	5	1 P ositiv o	For te	(+3)
28	1	"E? O que é que as preferências sexuais da pessoa têm que ver com as suas funções governativas? Se houver um ministro que gosta da posição X ou Y do Kamasutra, o que é que interessa? Quero é que	M	4	N	C N0400 3	Orientação sexual; política; discriminação; Incentivo ao ódio;	7	N egativ o	Mé dio	(- 2)

	sejam competentes e honestos."										
29	1 "Que interesse tem saber se se é homo ou hetero... Tem é de cumprir com a sua função governativa com honestidade e com responssabilidad e o resto a cada um diz respeito. Deviam deixar de fazer notícia destas coisas que em nada revelam sobre o carácter da pessoa pública. Esse sim deveria ser notícia."	F	4	N	C N0400 4	Homossexu alidade; Heterossexualid ade;Indiferença;	1	1	N egativ o	For te	(- 3)
30	1 "Um comentário acima refere que só há homofobia porque não sabem manter a intimidade. Concordo quando se fala em manter intimidade, mas em qualquer casal. Contudo, aqui trata-se de não castrar a identidade e a orientação. Se sair com esposa/namorada não lhe dê a mão nem abrace... preserve a intimidade. Se lhe perguntarem se a esposa está bem, não responda...preserve a intimidade. Seguindo a lógica de "manter a informação", se um africano soubesse preservar as suas características hereditárias, não haveria racismo. Uma das minhas alegrias era quando o meu filho (e já estou a expor intimidade, upssss), quando tinha cerca de 5 anos, via dois homens a trocarem	F	4	N	C N0400 5	Homofobia; Intimidade;Ident idade; orientação sexual;	2		N egativ o	Mé dio	(- 2)

	carinhos e me perguntava ... por que motivo havia pessoas a olhar para eles tão espantados 👍❤️🌸"								
1 31	"Como, na generalidade, as pessoas são analfabetas funcionais e só lêem "as gordas", aqui transcrevo a parte da entrevista em que o Secretário de Estado fala sobre a importância do coming-out público: "Sem fazer "especial alarde público" sobre a sua orientação sexual, André Moz Caldas reconhece que não se trata apenas de um "aspecto" da sua vida pessoal. "Espero que isso possa significar, para os jovens portugueses, que não estão condenados a um ostracismo. Se houver um jovem que, pelo meu exemplo, se possa sentir mais livre para viver a sua orientação sexual abertamente, eu ficaria muito feliz", declarou André Caldas" De nada."	M	4 N	C N0400 6	Orientação sexual; política; Luta por direitos e igualdade;	5 6	P ositiv o	te For	(+3)

32	1	"Para mim o que me interessa e é importante, é que ele desempenhe bem as suas funções como governante. O resto, não me interessa. É a vida dele, não estou interessada."	F	N	C N04007	Indiferença; Igualdade;	4	P ositiv o	For te	(+3)
33	1	"Obrigada pela conversa pública sobre isto. Representatividade de é importante! Vejo regularmente em Lisboa casais do mesmo sexo de mãos dadas e até com demonstrações de afecto e penso sempre que sortuda que sou por viver num país onde isto é possível sem nenhum tipo de problema. Dá-me fé nos portugueses! Perseguir pessoas por quem elas amam, é de sociedades doentes."	F	N	C N04008	Representa tividade; Respeito; Comunidade LGBTI+;	4	1 P ositiv o	For te	(+3)
34	1	"Realmente esta questão é importantíssima para o bem estar social, económico, político do país. Ide trabalhar no campo ou nas obras, como diria o meu avô."	M	N	C N04009	Desrespeit o; Indiferença; Incentivo ao ódio;	1	N egativ o	For te	(- 3)
35	1	"Porque será que há muitos "heterossexuais" que se incomodam quando se aborda o tema?!"	M	N	C N04010	Heterossex ualidade; Desaprovação; Orientação sexual;	4	1 P ositiv o	Mé dio	(+2)
36	1	"As redes sociais tresandam a um cheiro nauseabundo. Tenham vergonha e percebam que o casamento entre pessoas do mesmo sexo, está plasmado na lei portuguesa. São uns mal amados os que vêm falar contra a	M	N	C N04011	Redes Sociais; Casamento Gay;	3	1 P ositiv o	For te	(+3)

	honestidade do homem."								
37	1 "Sinceramente, há necessidade de fazer esta revelação? Na minha opinião denota preconceito. Não estou a ver a relevância da afirmação deste indivíduo. Ridículo"	M	N 4	C N0401 2	Preconceito; Discriminação; Incentivo ao ódio;	5	N egativ o	Mé dio	(- 2)
38	1 "Bem são notícias destas que não fazem falta nenhuma, o ideal seria está a desempenhar as funções correctamente?!que é para isso que lá está não é para fazer publicidade gratuita as suas orientações"	F	N 4	C N0401 3	Indiferença; Incentivo ao ódio;	0	N egativ o	For te	(- 3)
39	1 "Gostava era que trabalhasses em prol do povo português, a tua orientação sexual é irrelevante"	M	N 4	C N0401 4	Orientação sexual; Indiferença;	1 2	N egativ o	Mé dio	(- 2)
40	1 "Então devias falar era das tuas funções governativas e qual o resultado das mesmas, e não da tua orientação sexual. Quem é que quer saber disso?"	M	N 4	C N0401 5	Orientação sexual; política; indiferença;	1 0	N egativ o	Mé dio	(- 2)
41	1 "Acho muito bem que seja publicado. Deve ser naturalizado o casamento entre pessoas do mesmo sexo."	M	N 4	C N0401 6	Casamento gay; Igualdade;	1 4	P ositiv o	For te	(+3)
42	1 "Mas a que propósito é que este artista vem publicamente falar da sua sexualidade? A mim interessa a competência, mas pelos vistos ele está preocupado é com o lobby."	M	N 4	C N0401 7	Sexualidade; Lobby; Incentivo ao ódio;	9	N egativ o	For te	(- 3)

43	1	"Mas quem saber da sexualidade desta criatura?"	M	4	N	C N04018	Indiferença; desrespeito; sexualidade;	5	N egativ o	Mé dio	(- 2)
44	1	"Vim só aqui ver os comentários de quem não quer saber do assunto mas não deixa de comentar e alguns de forma ordinária...."	F	4	N	C N04019	Desrespeito; discriminação; discurso de ódio;	3	1 P ositiv o	Mé dio	(+2)
45	1	"Que coragem?? ainda não perceberam que a aceitação do casamento entre pessoas do mesmo sexo não foi por livre vontade .. a lei foi imposta pelo parlamento ainda se desconhece se a maioria dos cidadãos está de acordo com o casamento entre pessoas do mesmo sexo.. Sendo assim a grande maioria dos cidadãos pensa ok desde que não me incomodem vivam a vossa vida com quem quiserem é um tanto faz... A xenofobia e racismo são assuntos bem diferentes naturalmente não deviam existir não podem ser extintas por decreto têm de ser os cidadãos aceitarem naturalmente."	M	4	N	C N04020	Casamento gay; Discriminação; incentivo ao ódio; desaprovação; preconceito;	2	N egativ o	For te	(- 3)
46	1	"ô Caldas!... Quero lá saber com quem dormes... Quero é que faças um bom trabalho mas, pelos vistos, preferes arvorar bandeiras da sexualidade, a mostrar resultados das funções desempenhadas."	M	4	N	C N04021	Comunidade LGBTI+; Sexualidade;	4	N egativ o	For te	(- 3)
47	1	"O que tenho eu a ver com a sexualidade dele ou de outros (mediático ou	M	4	N	C N04022	Sexualidade; Indiferença; Preconceito;	2	1 N egativ o	Mé dio	(- 2)

	não)? Cada um sabe da sua 🙄"									
48	1 "Não precisamos de saber nada da sexualidade dos membros do Governo. Queremos competência e essa o Senhor..."	F	4	N	C N04023	Sexualidad e; Indiferença; Preconceito;	9	N egativ o	For te	(- 3)
49	1 "Não interessa nada a sua homossexualidad e e nem sei o interesse em o divulgar .As suas funções no governo não tem dependem da sua sexualidade mas do desempenho do cargo"	M	4	N	C N04024	Sexualidad e; Indiferença; Preconceito; Política;	5	N egativ o	For te	(- 3)
50	1 "Aqui se nota que a mente interfere nestas posições , quem anda a falar das suas relações sexuais e de como o fazem"	F	4	N	C N04025	Sexo; indiferença; preconceito; representativida de; categorização;	3	N egativ o	Mé dio	(- 2)
51	1 "E eu tenho alguma coisa a ver c a orientação sexual de cada um????"	F	4	N	C N04026	Sexualidad e; Indiferença; Preconceito;	3	N egativ o	For te	(- 3)
52	1 "Não se reproduzem.....mas cada vez há mais.kkkk....o meu comentario não é ofensivo, não falo mal de ninguém.!!...mas estou a ver comentarios xenofobia contra minha pessoaque agressividade..... kkkk ...mas acredito que a muitos paais que s3 soubessem tinham batido uma.....poolleetta."	M	4	N	C N04027	Incentivo ao ódio; discurso homofóbico; sexo; preconceito; desrespeito;	04	N egativ o	Mé dio	(- 2)
53	1 "Afinal o que é a liberdade de expressão 🙄🙄"	M	5	N	C N05001	Liberdade de expressão;	13	N egativ o	Mé dio	(- 2)
54	1 "Eu bem digo daqui a pouco vai ser obrigarorio ser gay!"	M	5	N	C N05002	Discriminaç ão, Discurso homofóbico; Desrespeito; Gay; Incentivo ao ódio;	1	N egativ o	Mé dio	(- 2)

55	1	"A base da ética...." a minha liberdade termina onde começa a liberdade dos outros. Se nem esta base da convivência o Autarca consegue perceber, então imagina-se as outras! Depois reclamam dos políticos, pois eles não o espelho a sociedade. Muitos deviam reclamar de si próprios 😊"	M	5	N	C N0500 3	Liberdade; Respeito; Política;	9	P ositiv o	Mé dio	(+2)
56	1	"Modernices. O lobby gay não reconhece a liberdade de expressão. 😊"	M	5	N	C N0500 4	Lobby gay; incentivo ao ódio, liberdade de expressão; Discurso Homofóbico;	3	N egativ o	Mé dio	(- 2)
57	1	"Viado, viado, viado e viado!!!"	M	5	N	C N0500 5	Discriminaç ão; Discurso homofóbico, Preconceito; Gay;	0	N egativ o	Fra co	(- 1)
58	1	"Uma coisa é respeitarmos a orientação sexual de cada um, outra coisa é proibir alguém de pronunciar/ articular ou expressar opinião, era o que faltava. As bichas andam doidas"	M	5	N	C N0500 6	Orientação sexual; Liberdade de expressão; preconceito; gay; discurso homofóbico;	0	N egativ o	For te	(- 3)
59	1	"Acho muito bem"	M	5	N	C N0500 7	Luta por direitos e igualdades; respeito;	6	P ositiv o	Fra co	(+1)
60	1	"Paulatinamente a paneleiragem está a tomar conta de todos nós!"	M	5	N	C N0500 8	Orientação sexual; Liberdade de expressão; preconceito; gay; discurso homofóbico;	0	N egativ o	Mé dio	(- 2)
61	1	"Mariquices"	M	5	N	C N0500 9	Orientação sexual; Liberdade de expressão; preconceito; gay; discurso homofóbico;	1	N egativ o	Fra co	(- 1)
62	1	"RIP liberdade de expressão!"	M	5	N	C N0501 0	Liberdade de expressão; preconceito;	8	N egativ o	Fra co	(- 1)
63	1	"E bem!"	M	5	N	C N0501 1	Luta por direitos e igualdades; respeito;	0	P ositiv o	Fra co	(+1)

64	1	"Enfim essas "flores" de jazigo são mto sensíveis"	M	5	N	C N0501 2	Orientação sexual; Liberdade de expressão; preconceito; gay; discurso homofóbico;	2	N egativ o	For te	(- 3)
65	1	"Liberdade de expressão não implica ofender, excluir, rebaixar, atentar contra o outro, etc. E mesmo havendo liberdade de expressão, não invalida que as pessoas sejam condenadas pelo que dizem. Ou então podemos começar já a tratar aqui alguns por filhos da puta, e ninguém deve ficar ofendido, certo?"	M	5	N	C N0501 3	Liberdade de expressão; Repressão; Exclusão; Preconceito;	1 3	P ositiv o	Mé dio	(+2)
66	1	"Os novos Candidatos a Autarcas deviam fazer formação em Regras de Eticamente Correcto na Postura, nas Palavras, Nos Actos"	F	5	N	C N0501 4	Política; Respeito;	2 1	P ositiv o	Fra co	(+1)
67	1	"Nem as acções são criminalizadas neste país e vão criminalizar palavras! Surreal. País do politicamente correcto e da impunidade dos piores crimes."	M	5	N	C N0501 5	Incentivo ao ódio; Indiferença; Repressão;	5 4	N egativ o	For te	(- 3)
68	1	"É levá-lo ao confessionário que o Cláudio Ramos trata dele ."	M	5	N	C N0501 6	Incentivo ao ódio; discurso homofóbico; sexo; preconceito; desrespeito; gay;	8	N egativ o	For te	(- 3)
69	1	"O cambada de bixonas históricas"	M	5	N	C N0501 7	Orientação sexual; Liberdade de expressão; preconceito; gay; discurso homofóbico;	0	N egativ o	Mé dio	(- 2)
70	1	"Tirania das minorias, a tirania do século XXI"	M	5	N	C N0501 8	Incentivo ao ódio; Indiferença; Repressão;	5	N egativ o	Fra co	(- 1)

71	1	"Preconceito ... tem que ser combatido e severamente punido. Cassação do mandato e prisão, em casos reincidentes."	M	5	N	C N05019	Preconceito; Luta por direitos e igualdades; Crime;	3	5	P ositivo	For	(+3)
72	1	"Preconceito não é sinónimo de liberdade de expressão. "Levar no cú" para algumas pessoas pode não ter o mesmo significado para outras, já pensou nisso? Felizmente não gostamos todos da mesma fruta, e ainda bem, afinal ainda vivemos num país LIVRE!"	M	5	N	C N05020	Preconceito; Incentivo ao ódio; discurso homofóbico; liberdade de expressão; sexualidade;	2	2	N egativo	For	(-3)
73	1	"Querem ser aceites e impôr as suas regras contra uma maioria. Era processar essas minorias por HETEROFOBIA igualmente!!!!"	M	5	N	C N05021	Heterossexismo; Incentivo ao ódio; Preconceito; Liberdade de expressão; Heterossexualidade;	4	1	N egativo	Mé dio	(-2)
74	1	"Ganha vergonha... Vcs é que são preconceituosos para com os hetero... No fundo acho que será uma certa raiva de não terem os mesmos gostos e tendências 😏😏"	M	5	N	C N05022	Preconceito; Heterossexualidade; Heterossexismo; Incentivo ao ódio; Reprovação;	0		N egativo	For	(-3)
75	1	"Moderna ditadura, anti liberdade de expressão...."	M	5	N	C N05023	Liberdade de expressão; Repressão; Exclusão; Preconceito;	3		N egativo	Fra co	(-1)
76	1	"Não há dúvida o lobi das florinhas do campo,mandam isto tudo. Era o que mais faltava!"	M	5	N	C N05024	Preconceito; Comunidade LGBTI+; Discriminação; discurso homofóbico; incentivo ao ódio, desrespeito;	6		N egativo	For	(-3)
77	1	"Isto é discriminação para com o autarca!!! Onde é que isto vai parar?! 😏😏 É o fim do mundo..."	M	5	N	C N05025	Discriminação, reprovação; incentivo ao ódio;	5		N egativo	For	(-3)
78	1	"inda bem que foi. Chamar "panel"irão" a alguém não é	M	5	N	C N05026	Discriminação, reprovação; incentivo ao ódio; Gay;	8	2	N egativo	For	(-3)

	digno de um funcionário que trabalha para o público."				Discurso homofóbico;				
79	1 "É contra cristofobia ?"	M	N 5	C N0502 7	Incentivo ao ódio; discriminação; religião; reprovação;	0	N egativ o	Fra co	(- 1)
80	1 "Tanta homofobia , nojo"	M	N 6	C N0600 1	Homofobia; Discurso Homofóbico;	1	P ositiv o	Mé dio	(+2)
81	1 "Lgbt com dinheiro. E depois ainda se dizem humanistas."	M	N 6	C N0600 2	Comunidade LGBTI+; Lobby Gay;	0	N egativ o	Mé dio	(- 2)
82	1 "Os comentários demonstram mesmo que as pessoas não têm nenhuma noção - a mais remota noção - do quanto estão sendo manipuladas por imposições progressistas, cujo objetivo é a destruição da família e da sociedade. O nível de alienação é inimaginável!"	F	N 6	C N0600 3	Família; Preconceito; Repressão; Heterossexismo; Incentivo ao ódio; Inversão,	8 2	N egativ o	For te	(- 3)
83	1 "Paulo Piteira Meu caro, por mim vc pode ser gay, trans, hétero, LGBTQXYZ, I don't care! Cada um faz o que quer da sua vida. Simplesmente o que eu estou dizendo é: isso não é da minha conta nem da conta de ninguém. POR QUE toda a população é obrigada a tomar conhecimento das escolhas sexuais das pessoas, sobretudo quando são homossexuais? POR QUE isso é um assunto PÚBLICO e não da esfera privada? Eu vou lhe dizer por quê: a esquerda apropriou-se da "causa" dos homossexuais, e se tornou (aparentemente)	F	N 6	C N0600 4	Orientação sexual; Comunidade LGBTI+; Liberdade; Indiferença; Incentivo ao ódio; Igualdade;	0	N egativ o	For te	(- 3)

	defensor da causa. MAS, não se iluda: se vc for um homossexual DE DIREITA, vc não terá direito a NADA. Você é apenas um reles escravo da esquerda. Você PENSA que é livre pra exercer a sua homossexualidade, mas apenas enquanto vc serve aos interesses da esquerda."								
84	1 "Paulo Piteira A família é o núcleo básico da sociedade, ela não pode ser destruída. Você é homossexual, é sua escolha, a rigor eu não precisava nem de o saber, correto? Cada qual é livre. Mas se todos fossem como você, como poderíamos perpetuar a nossa espécie? Seria a extinção da raça humana. Essa é a verdade. Se a homossexualidade existe e sempre existiu, ela tem que permanecer uma minoria, sob pena de autodestruição. Um outro aspecto do estímulo dos progressistas (o novo nome dos comunistas) é que se não nos reproduzimos, não deixamos herdeiros, e assim, os bens deixados pelos homossexuais irão para o Estado. Quanto mais as pessoas serão pobres, desarmadas, mais facilmente serão dominadas por um Estado fascista."	F	N 6	C N0600 5	Família; Discriminação, Preconceito; Heterosseximo; Incentivo ao ódio; Discurso homofóbico;	0	N egativ o	For te	(- 3)

85	1	"Já não será a primeira vez que Portugal está representado com um stand LGBTI na FITUR. A primeira vez foi o ano passado com a PROUD. Que grande gafe Público."	F	6	N	C N06006	Comunidade LGBTI+;	8	Positivo	Mé	(+2)
86	1	"Mais uma deste jornal ao serviço da agenda LGBT! Já nem disfarçam..."	M	6	N	C N06007	Comunidade LGBTI+; Repressão; Liberdade de expressão;	2	Negativo	Mé	(-2)
87	1	"Piada.....nã o somos todos iguais???"	M	6	N	C N06008	Igualdade; Liberdade de expressão; Incentivo ao ódio,	2	Negativo	Mé	(-2)
88	1	"É um bocado estranho representar sempre uma das Lesbicas com cabelos curtos. Diria até preconceituoso."	M	6	N	C N06009	Incentivo ao ódio; Preconceito; Discriminação; gay; comunidade LGBTI+;	2	Negativo	For	(-3)
89	1	"So passei aqui para me rir com comentários homofóbicos. Não desiludiu. Não há coisa mais gay do que algum se preocupar com o cu dos outros."	M	6	N	C N06010	Homofobia; Discurso Homofóbico; Gay; Preconceito; Discriminação; Incentivo ao ódio;	1	Negativo	For	(-3)
90	1	"Quanto mais se expõem e lutam pela "integração" mais marginalizados se tornam!!! Porque raio não vivem a sua vida normalmente como toda a gente?! Eu sei de inúmeros casais gays que têm uma vida perfeitamente "normal" como qualquer casal hetero!!! Querem o quê subsídio de "diferença sexual"?!"	F	6	N	C N06011	Integração; Aceitação; Homossexualidade; Igualdade; Incentivo ao ódio;	4	Negativo	For	(-3)
91	1	"Patético. Acho degradante a pessoa ter que ser obrigada a se confrontar com a vida sexual dos outros."	F	6	N	C N06012	Homofobia; Discurso Homofóbico; Gay; Preconceito; Discriminação; Incentivo ao ódio;	9	Negativo	For	(-3)

92	1	"Mas ainda há quem ache , que tem que fazer marchas e marchinhas de determinações e Bla Bla .. Quando vivem num país , onde são perfeitamente respeitados .. Onde o único objetivo é show off .. E quem diz LGBT diz também questões de racismo .. Mas vocês não estão preparados para esta conversa 😊😊😊 .."	M	7	N	C N0700 1	Marcha LGBTI+; Comunidade LGBTI; Preconceito; Discriminação; Incentivo ao ódio;	1	N egativ o	For te	(- 3)
93	1	"Simão Moreira o facto de não existirem tantos ataques físicos ou sexuais não quer dizer que não exista discriminação. Aliás os comentários a este tipo de notícias espelham bem a realidade em que vivemos. E pasme-se! Quase todos feitos por homens. As pessoas lutam pela igualdade. Se formos por essa ordem de ideias, talvez seja melhor acabar com todas as "marchas e marchinhas", incluindo as manifestações de trabalhadores, vítimas de violência doméstica, racismo, crise climática e por aí fora. Sabe, existe uma coisa fantástica em democracia que se chama "direito à manifestação". E todas as lutas são válidas, independentemen te de concordarmos com elas ou não. O resto é Bla Bla."	F	7	N	C N0700 2	Violência; Discriminação; Discurso de ódio; Discurso homofóbico; Igualdade; Marcha LGBTI+; Comunidade LGBTI+; Luta por direitos e igualdades;	4	P ositiv o	For te	(+3)

94	1	"Interessante o olhar ser indicador objectivo. Estaria mais relacionado na maioria dos casos com auto-confiança e auto-estima da pessoa."	M	7	N	C N0700 3	Indiferença; Inversão; Categorização; Discriminação;	4	N egativ o	Fra co	(- 1)
95	1	"Quem nunca foi olhado de lado, atendido com arrogância ou mesmo espicaçado? Quem nunca levou com a má disposição ou com o sentimento de superioridade de alguém? Eu também pertenço a uma minoria, a dos que são cordiais e bem educados. Onde me posso queixar?"	M	7	N	C N0700 4	Indiferença; Inversão; Categorização; Discriminação;	2 3	N egativ o	Fra co	(- 1)
96	1	"A constituição é igual para todos. Os gays também são cidadãos, portanto já assistido pela constituição como qualquer outro ser humano. O problema que eles querem ser exclusivos na sociedade..."	M	8	N	C N0800 1	Igualdade; Gays; Inclusão; Preconceito;	3	N egativ o	For te	(- 3)
97	1	"É triste saber que tem gente nos comentários com cabeça de séculos atrás... enfim, a humanidade evolui, espero..."	M	8	N	C N0800 2	Homofobia; Discurso de ódio; Preconceito; Discriminação;	8	P ositiv o	For te	(+3)
98	1	"Que vergonha que aqui vem !!! abrem os olhos este movimento nao ten nada a ver con a causa homossexual , mas para a degradação do genero humano..."	M	8	N	C N0800 3	Preconceit o; Discriminação; Incentivo ao ódio; Heterossexismo ; Desvalorização;	4	N egativ o	For te	(- 3)

99	1	"Nelson Pereira, João Efigênia, Sofia Chafirovitch, lamento que não atingissem o meu óbvio comentário. Para que entendam uma vez por todas: É lamentável a tamanha falta de humanidade e é dum egoísmo que excede o razoável que figuras públicas e activistas dos LGBTI, escolhessem o timing errado para reivindicarem os seus direitos!! Acaso pensam nos milhares de pessoas, nomeadamente crianças que, neste preciso momento choram por não terem o mínimo necessário para sobreviver e pais de família que, de repente, se viram incapacitados de os sustentar pois ficaram desempregados? ! Isto SIM, é prioritário! E estes "senhores" a preocuparem-se com os seus direitos num momento destes!... Um pouco mais de amor ao próximo não vos ficava nada mal!!"	F	8	N	C N0800 4	Comunidade LGBTI+; Desaprovação; Incentivo ao ódio; Exclusão; Desigualdade;	5	N egativ o	For te	(- 3)
00	2	"Já mete nojo falar, sempre nessa merda..."	M	8	N	C N0800 5	Discriminação; Preconceito; Desaprovação; Incentivo ao ódio; Discurso homofóbico;	1	N egativ o	For te	(- 3)
01	2	"homofobia, transfobia e bifobia !? Não falta mais fobias ? Têm a certeza? 😏"	M	8	N	C N0800 6	Comunidade LGBTI+; Discriminação; Incentivo ao ódio; Preconceito; Discurso homofóbico;	6	N egativ o	Mé dio	(- 2)
02	2	"Parabéns. Merecem apoios sim. A discriminação ainda é real e para	I	8	N	C N0800 7	Discriminação; Aceitação; Respeito;	3 2	P ositiv o	Fra co	(+1)

	isso basta ler estes comentários."									
03	2 "Lutem também pelos deveres E respeito que devem ter pela sociedade que os ignora !"	M	8	N	C N08008	Discriminação; Desvalorização; Incentivo ao ódio; Liberdade; Igualdade;	6	N egativo	Fra co	(- 1)
04	2 "Tristes ,com tantos problemas esta gente não tem que fazer"	F	8	N	C N08009	Discriminação; Desvalorização; Incentivo ao ódio; Liberdade; Igualdade; Preconceito;	7	N egativo	Mé dio	(- 2)
05	2 "Que se passa !!!! Os direitos dos gays estão a ser ameaçados? Querem palco? Esperem pelo fim da pademia para mostrarem o vosso orgulho amaricado."	M	8	N	C N08010	Luta por direitos igualdades; respeito;Gay; Comunidade LGBTI+; Preconceito; Discriminação; Incentivo ao ódio;	1	N egativo	Mé dio	(- 2)
06	2 "Tem que criar associações hetero"	M	8	N	C N08011	Heterossexismo; Homofobia;	5	N egativo	Mé dio	(- 2)
07	2 "Olha....mais uma letra!!😡 Porque é que em vez de se apoderarem de todas as letras do alfabeto não pedem campanhas pelos direitos de TODOS os seres humanos?😏 Abarcava tudo. Se querem tanto a igualdade, conformem-se com o facto de a identificação sexual de cada um não tornar ninguém especial. Parem com tretas de orgulho, símbolos e exigências de tratamento especial. Já têm direitos iguais, agora vivam-nos como toda a gente. E se os sentem espezinhados, façam o mesmo que toda a gente na mesma situação e	F	8	N	C N08012	Comunidade e LGBTI+; Integração; Luta por direitos e igualdades; incentivo ao ódio; Orientação sexual;	7	N egativo	For te	(- 3)

		recorram à justiça, mas parem com esta mentalidade absurda de grupo especial."									
08	2	"Miriam H. Santiago "já têm direitos iguais"? Revê bem esta afirmação"	M	8	N	C N08013	Luta por direitos iguais; Comunidade LGBTI+;	2	P ositiv o	Mé dio	(+2)
09	2	"Como não vou estar a endereçar nenhuma resposta a homofóbicos particulares, vou só aqui deixar um desabafo geral: muitos de vocês que se insurgem, talvez tivessem tido uma vida mais feliz se esta luta e estas campanhas tivessem acontecido antes de terem nascido. Talvez assim, hoje pudessem ser mais verdadeiros, mais vocês mesmos, mais felizes, com mais amor nesses corações e menos amargura nessas bocas❤"	F	8	N	C N08014	Homofobia; Discurso Homofóbico; Amor; Comunidade LGBTI+; Luta por direitos e igualdades;	20	P ositiv o	Mé dio	(+2)
10	2	"Milhares de Pessoas a passarem Fome, sem Emprego e maior preocupação destas pessoas são simplesmente mariquices."	M	8	N	C N08015	Comunidade e LGBTI+; Integração; Luta por direitos e igualdades; incentivo ao ódio; Orientação sexual; desaprovação; preconceito;	0	N egativ o	For te	(- 3)
11	2	"Não entendo a comichão que este assunto ainda faz a tanta gente... basta aparecer a sigla e aparece logo a grunhada a destilar preconceito."	F	8	N	C N08016	Homofobia; Incentivo ao ódio; respeito; Discurso de ódio; Luta por direitos e igualdades;	26	P ositiv o	Mé dio	(+2)

12	2	"Marco Marques sente-se mais másculo por vir despejar esse tipo de comentários ou está a tentar provar alguma coisa a si mesmo?"	F	8	N	C N0801 7	Desrespeito; discurso homofóbico; homofobia; preconceito; discriminação;	0	1	P ositiv o	Fra co	(+1)
13	2	"Cada um é como é e abaixo a discriminação. Sejam felizes e não se metam na vida dos outros. Direitos iguais, porque no fundo somos todos seres humanos. Diferentes mais iguais."	M	8	N	C N0801 8	Discriminação; Luta por direitos e igualdades;		9	P ositiv o	For te	(+3)
14	2	"Boa iniciativa Que comentários tão analfabetos e homofobicos,com merda desta gente o melhor é cagar postas de merda nas suas cabeças."	M	8	N	C N0801 9	Homofobia; Discurso homofóbico; Incentivo ao ódio;	1	1	P ositiv o	For te	(+3)
15	2	"Direitos especiais porque? Não vivemos num país com iguais direitos e deveres para todos? Porque hão-de haver alguns indivíduos com direitos especiais, isso não é discriminação?"	M	8	N	C N0802 0	Discriminação; Preconceito; Luta por direitos e igualdades; Desaprovação;		5	N egativ o	Mé dio	(- 2)
16	2	"Diga lá então quais os direitos reclamados pelos LGBTI+ que você não tem? Sabe ao menos quais são os direitos reclamados? Ignorância nem sempre é uma benção."	M	8	N	C N0802 1	Comunidade LGBTI+; Luta por direitos e igualdades; exclusão; desvalorização;	4	2	N egativ o	Mé dio	(- 2)
17	2	"É a agenda mais importante nesta e em qualquer altura, o Povo nem dorme com esta preocupação.... 😂😂"	M	8	N	C N0802 2	Indiferença; Inversão; Categorização; Discriminação;	4	1	N egativ o	For te	(- 3)